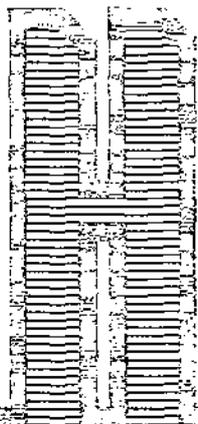




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 160

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26

Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

§ 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis no **caput** deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no **caput** deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do **caput** deste artigo.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

Art. 5º A alínea c do § 1º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou outro no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assim estipulado:

1) Governador e Prefeito — seis meses;

2) Ministro de Estado, Secretário de Estado, Presidente, Diretor, Superintendente de órgão da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; quando candidato a cargo municipal — quatro meses;

3) Ocupante de cargo previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo — seis meses.”

Brasília, 27 de novembro de 1985.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ulysses Guimarães

Presidente

Carlos Wilson

1º-Vice-Presidente, em exercício

Haroldo Sanford

2º-Vice-Presidente, em exercício

Epitácio Cafeteira

1º-Secretário, em exercício

José Frejat

2º-Secretário, em exercício

José Ribamar Machado

3º-Secretário, em exercício

Orestes Muniz

4º-Secretário, em exercício

A MESA DO SENADO FEDERAL

José Fragelli

Presidente

Guilherme Palmeira

1º-Vice-Presidente

Passos Pôrto

2º-Vice-Presidente

Enéas Faria

1º-Secretário

João Lobo

2º-Secretário

Marcondes Gadelha

3º-Secretário

Eunice Michiles

4º-Secretário

RELATÓRIO
Nº 19, de 1985 (CN)

Da Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 68, de 1985-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1985 — Complementar, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, modificada pelas Leis Complementares nºs 38, de 13 de novembro de 1979, e 45, de 14 de dezembro de 1983”.

Relator: Senador Hélio Gueiros

Nos termos dos artigos 59, § 1º, e 81, inciso IV, da Constituição Federal, o Exmº Senhor Presidente da República decidiu vetar totalmente o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1985-Complementar (nº 314, de 1985-Complementar-CD) que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, modificada pelas Leis Complementares nºs 38, de 13 de novembro de 1979, de 14 de dezembro de 1983”.

O autor do Projeto de Lei, o ilustre Senador Henrique Santillo, na Justificação que acompanha o Projeto, aduz a matéria, colocada à apreciação dos Membros do Congresso Nacional, foi já aprovada na Sessão Legislativa de 1984 e estranhamente vetada pelo Senhor Presidente da República, na ocasião o General João Figueiredo, por razões não suficientemente convenientes. E que “as aspi-

rações da edilidade nacional foram frustradas com o veto presidencial, e persistindo os motivos pelos quais nos convencemos da necessidade da modificação da legislação vigente, que avilta o exercício da função de Vereador”, daí insistiu na aprovação do Projeto ora sob nosso exame, por considerar que “a frustração daqueles bravos representantes do povo deriva das dificuldades financeiras por que passa a Nação em geral, e a municipalidade em particular” e que “dessa forma acredita estar conciliando os interesses dos Vereadores do Brasil e das Administrações Municipais, a quem caberá o ônus da medida”.

Teve o Projeto tramitação normal nas Comissões competentes das duas Casas que compõem o Congresso Nacional, sendo enviada à sanção do Exmº Sr. Presidente da República, o Senhor José Sarney, que o vetou totalmente, alegando que o Projeto, em sua formulação, conflita, evidentemente, com o interesse público, especialmente ao preceituar que a despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá exceder a 4% da receita prevista no orçamento anual.

A base de cálculo, desse índice percentual, apresenta-se extremamente instável, variável e incerta, pois considera, tão-somente, a receita orçada, ou meramente potencial, cuja previsão poderá mostrar-se tendenciosa, irreal e inexequível.

A estimativa de receita, que não coincide, necessariamente, com os ingressos públicos efetivamente realizados, se adotada na fixação dos limites de dispêndio com a

verba remuneratória dos Vereadores, poderá afetar a execução do orçamento-programa dos Municípios, comprometendo-lhes, seriamente, a realização dos planos de ação governamental no domínio social”.

É contínua o Senhor Presidente: “Sob esse aspecto, basta que se figure situação de crônica permanência na maior parte dos Municípios brasileiros: a desproporção entre a receita, insuficientemente efetivada, e as despesas concretamente realizadas.

Tal circunstância, se convertido em Lei o Projeto, constringerá os Municípios deficitários a se endividarem ainda mais, para efeito de remuneração de seus Vereadores, com grave repercussão sobre as programações de investimentos e realizações na área social (saúde, transporte, habitação, lazer e educação).

Assim, e sem prejuízo da oportuna elaboração de projeto, visando a presente matéria, em bases mais consentâneas com a situação orçamentária dos Municípios, sua Excelência submeterá à elevada apreciação do Congresso Nacional as razões que o levaram a vetar, por ora, integralmente, este Projeto.

De conformidade com o exposto, acreditamos estarem os Senhores Congressistas aptos a apreciarem o veto apostado pelo Exmº Sr. Presidente da República, ao PLS-124, de 1985-Complementar.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1985. — Senador Nivaldo Machado, Vice-Presidente no exercício da Presidência — Senador Hélio Gueiros, Relator — Deputado Valmor Giavarina — Deputado Brabo de Carvalho.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 375ª SESSÃO CONJUNTA, 27 DE NOVEMBRO DE 1985

Sessão solene destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências.

2 — ATA DA 376ª SESSÃO CONJUNTA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Campanha manipulada pela Rede Globo de Televisão e encampada pelo procurador Sepúlveda Pertence contra o ex-Ministro Abi-Ackel. Rejeição, pelo Supremo Tribunal Federal, de denúncia contra o ex-Ministro da Justiça.

DEPUTADO ANTÔNIO AMARAL — Situação dos países devedores. Transcrição do discurso proferido pelo Presidente José Sarney na ONU.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Posição do PMDB diante de fatos mencionados por S. Exª Artigo do jornalista Carlos Eduardo Novaes, publicado no *Jornal do Brasil*, de hoje, intitulado *Enterrem o PMDB*.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Falecimento do vereador de Bauru — SP, Adenor Costa.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Afastamento do Sr. José Dion de Melo Teles da Presidência do Serpro.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Considerações relativas à matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Análise dos resultados das recentes eleições municipais.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Registro, nos Anais, de discurso proferido pelo Deputado estadual Luciano Monticelli, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder — Urgência para projeto de lei que prorroga o prazo de isenção dos impostos sobre álcool carburante.

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Incompetência do Congresso Nacional em julgar o aspecto da constitucionalidade do Decreto-lei nº 2.159/84, constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JORGE CARONE, como Líder — Campanha eleitoral para a prefeitura de Belo Horizonte.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à promulgação de emenda constitucional.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 28/85-CN, que rejeita o texto do Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências. Votação adiada, após usarem da palavra os Srs. Raul Bernardo e Bonifácio de Andrada, suscitando questões de ordem contraditadas pelo Sr. Darcy Passos e indeferidas pela Presidência.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATAS DE COMISSÕES

Ata da 375ª Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odaí Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes

— João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto

Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaño — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canclás — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Mata — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcelino — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcisio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Afonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ángelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etúlvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildário de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Darcelino Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Perin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos

Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horacio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturval Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganeila — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Morais — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárek Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcídes Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional que convoca Assembléa Nacional Constituinte e dá outras providências.

Convído o Ministro Rafael Maia, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, para fazer parte da Mesa. (Palmas.)

Convído os presentes para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional

— É executado o Hino Nacional nas galerias, com os presentes de pé.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Emenda Constitucional, cuja elaboração ora chega a termo, originou-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985, de autoria do Sr. Presidente da República, que foi encaminhada ao Congresso Nacional através das Mensagens nºs 48 e 49, de 1985-CN, e que tramitou em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 44 e 52, de 1985, de autoria, respectivamente, dos Srs. Deputados Sérgio Cruz e Jorge Arbage, e outros Srs. parlamentares.

Para estudo da matéria foi designada comissão mista composta dos Srs. Senadores Hélio Gueiros, José Ignácio Ferreira, Alfredo Campos, Martins Filho, Passos Pôrto, Helvídio Nunes, Lenoir Vargas, Octávio Cardoso, Marcondes Gadelha, Aderbal Jurema e Carlos Chiarelli e dos Srs. Deputados João Agripino, Hélio Manhães, Flávio Bierrenbach, Valmor Giavarina, Luiz Henrique, Siqueira Campos, Bonifácio de Andrada, Gorgônio Neto, Israel Pinheiro Filho, Mário Assad e Nilton Alves.

Coube à Presidência da Comissão ao Sr. Senador Helvídio Nunes e a função de Relator ao Sr. Deputado Valmor Giavarina.

Perante a Comissão foram apresentadas 13 emendas. A Comissão Mista, em seu Parecer nº 39, de 1985-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, decisão posteriormente ratificada, em dois turnos de discussão e votação, pelo sufrágio de 2/3 dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 48 da Lei Maior.

Os autógrafos da Emenda Constitucional, que tomará o número 26, acham-se sobre a mesa.

Deles foram preparados seis exemplares, destinados, respectivamente, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Arquivo Nacional.

O Sr. Primeiro-Secretário fará a leitura da Emenda Constitucional número 26 e, em seguida, proceder-se-á à assinatura dos autógrafos.

É lida a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 26

Convoca Assembléa Nacional Constituinte e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléa Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléa Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléa Nacional Constituinte.

Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

§ 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no caput deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no caput deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições aos servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do caput deste artigo.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniária da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

Art. 5º A alínea e do § 1º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assin estipulado:

1) Governador e Prefeito — seis meses;

2) Ministro de Estado, Secretário de Estado, Presidente, Diretor, Superintendente de órgão da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista — nove meses; quando candidato a cargo municipal — quatro meses;

3) Ocupante de cargo previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo — seis meses;"

Brasília, 27 de novembro de 1985.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Convído o nobre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, a apor sua assinatura, em primeiro lugar, na Emenda Constitucional. (Palmas.)

— Assinam a Emenda Constitucional o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal.

Convído os demais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aporem suas assinaturas na Emenda (Palmas.)

— Procede-se ao ato das assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro à Nação que está promulgada a Emenda Constitucional nº 26, que convoca a Assembléa Nacional Constituinte. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Exmº Sr. Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional; Exmº Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Ministro Vice-Presidente do colendo Supremo Tribunal Federal; Exmº Srs. Governadores; Exmº Srs. Embaixadores; Exmºs autoridades presentes a este ato; eminentes colegas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal: minhas senhoras e meus senhores; No livro do **Eclesiastes** estão escritas estas palavras de imperecível sabedoria: "Todas as coisas têm o seu tempo, e todas elas passam debaixo do céu segundo o tempo que a cada uma foi prescrito. Há tempo de nascer e tempo de morrer. Há tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou... Há tempo de destruir e tempo de edificar... Há tempo de se espalhar pedras e tempo de as ajuntar... Há tempo de calar e tempo de falar... Há tempo de amar e tempo de ódio. Há tempo de guerra e tempo de paz".

-Hoje, nesta data histórica, começamos a construir atentos ao passado, mas acreditamos firmemente no nosso futuro.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que convoca a Assembléa Nacional Constituinte, foi precedida de árduo e apaixonante debate ao longo da atual Sessão Legislativa. Para alguns a Constituinte é desnecessária. Mas do que isso, é um risco a que se não deve expor a Nação, porque o Poder Constituinte tem ação ilimitada quanto ao direito positivo interno, e só encontra barreira nos princípios fundamentais do Direito e da Justiça, que constituem o apanágio dos povos civilizados. Para os arautos do imobilismo, a convocação de uma Assembléa Nacional Constituinte só se justifica após os grandes acontecimentos que modificam a estrutura do Estado, a fim de organizá-lo de acordo com os novos tempos. Proclamam a inexistência de um processo traumático para realçar a transição pacífica e ordenada. Negam a inexistência de uma rotura da ordem jurídica e ressaltam o funcionamento pleno de todos os poderes para exprobar a solução que se inclinou pela Constituinte ampla e soberana, surdos e indiferentes aos anseios da Nação que deseja novas e grandes mudanças em todos os setores da sociedade brasileira para adequá-las às exigências do nosso tempo.

É impossível ignorar que assistimos ao encerramento de um ciclo da vida brasileira, marcado por erros e acertos, e durante o qual o País cresceu, tornou-se adulto e adquiriu consciência de seu grande destino.

É certo que a transição se opera, mercê de Deus, em ordem e sem profundos traumatismos. Nem por isso deixou de representar uma rotura com o processo anterior, para dar primazia ao projeto que almeja construir, para todos os brasileiros, sem distinção ou discriminação de

qualquer espécie ou matiz, uma sociedade aberta, livre e pluralista, baseada na justiça social.

É imperioso, portanto, chamar o povo, mediante a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para traçar o seu destino, escrever sua história e indicar claramente os caminhos que deseja percorrer.

É o exercício inarredável da soberania, que se manifesta pelo voto e no âmbito de uma Assembleia Nacional Constituinte, ampla e soberana.

Saudemos, pois, a promulgação da Emenda Constitucional nº 26, como um marco singular na História de nossas instituições republicanas.

A responsabilidade dos constituintes a serem eleitos a 15 de novembro de 1986 é imensa. Terão que utilizar a experiência acumulada em mais de um século e meio no trato de matéria constitucional, confrontar textos, expungir os erros e lacunas, mas, antes de tudo, evitar trasladar para o nosso País modelo estrangeiro sem ajustá-lo corretamente às peculiaridades de uma Nação de dimensão continental, hoje a oitava economia do mundo e com cultura própria. Nação que se desenvolve celeremente e avulta entre as que recebem a cada dia maior parcela de responsabilidade na convivência internacional.

Uma lei fundamental, feita por nós, para todos os brasileiros. Nem cópia, nem enxerto, nem remendo. Uma constituição que conduza o nosso país pelo caminho da paz, da justiça social e da democracia na década vindoura e no próximo século.

É urgente inovar e mudar. Arnold Toynbee apontou que a civilização é um movimento e não uma condição, uma viagem e não um porto. E o único modo de conservar e de preservar as instituições, bem como os indivíduos, disse Peter Drucker, é através da inovação e do que fizermos para essa contínua revisão e renovação.

Existem alguns poucos momentos importantes na vida de um País. Momentos que decidem quanto ao seu futuro, à sua grandeza, à sua prosperidade e à felicidade de seu povo. Uma dessas oportunidades é, sem dúvida alguma, aquela em que a Nação tem consciência da necessidade de mudar, de realizar grandes e profundas transformações no campo político, na área social, na esfera econômica e na atmosfera cultural.

Esta obra, porém, só será duradoura se a fizermos sem ódio, mas com amor. Amor ao Brasil e à democracia, que elegemos conscientemente como a forma ideal de governo, atentos à observação oracular de que, com todos os defeitos que possa apresentar, não se criou até hoje nenhuma outra que a supere, porque ela constituiu uma categoria histórico-social que radica suas origens em tempos imemoriais, mas em sua essência permanece imutável. Impossível defini-la ou adjetivá-la, porque há categorias que são ontologicamente indefiníveis, como advertiu-nos dessa insuperável dificuldade Santo Agostinho, em suas "confissões", quando proclamava em relação ao tempo: "a seu respeito ninguém me pergunta, sei o que é; se, perguntado, quero explicar, já não o é".

Enquanto a autocracia é unívoca, como professava o mestre O. Bitarr, só se tolerando a palavra oracular do Chefe, do "Grande Irmão", como diria Georges Orwell, a democracia é multívoca. Daí ser contradição admitir-se democracia inpartidária. Tal multivocidade decorre da natureza conflitante do homem. É o homem visceralmente um ser agonístico, professa o autor de "A Nova Idade Média". Sendo o homem crucialmente aliciado por toda uma escala de valores, ainda que ele mesmo um valor em si mesmo, uma categoria axiológica, a sua luta, a sua agonia, frisemos na conotação etimológica revigorada por Unamuno, logicamente se traslada para o regime democrático. Por isso, não podemos, nessa hora solar, olvidar a advertência de que não são as instituições que fazem a democracia, esta provém da consciência dos homens.

Regime democrático que consagre acima de tudo a liberdade, porque, como advertiu Salvador Madariaga, ela não é algo que esteja fora do homem e que se lhe dê ou se lhe tire, apesar de todas as aparências. A liberdade é um fardo, um ônus, como já dissera Dostoiévsky, na lenda do "Grande Inquisidor".

Regime democrático que preserve os valores éticos e espirituais inalienáveis da nossa civilização.

Lembro, a propósito, esta bela passagem — que é também terrível advertência — da obra de Pontes de Miranda — "Democracia, Liberdade, Igualdade": "O espírito, não a força, há de governar. Napoleão mesmo, o envenenador da Europa Contemporânea, matador da democracia, dizia a Fontanes, no fim da vida: sabes, Fontanes, que é que mais admiro no mundo? É a impotência da força para organizar qualquer coisa. Só há dois poderes no mundo: o sabre e o espírito... Ao longo do tempo, o sabre é sempre batido pelo espírito".

Srs. Parlamentares, encerrando este pronunciamento, em nome da minoria, nesta sessão de gala e esplendor do Congresso Nacional, desejo enfatizar quase como uma mensagem aos futuros constituintes que o regime democrático não é um regime fraco por natureza. Fracos poderão ser os homens aos quais incumbe a sua prática e as instituições às quais cabe a sua defesa. E é essa fragilidade apenas contingente que deve ser evitada, porque há ideais mais altos e mais importantes que não podem ser expostos ao risco de soçobramem.

Por eles, hoje, no Congresso Nacional, erguemos a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pimenta da Veiga.

O SR. PIMENTA DA VEIGA (PMDB — MG, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foram tempos difíceis e inequivocamente corajosos, os que antecederam o momento desta sessão solene, de promulgação da Emenda Constitucional que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

Como Líder de partido, como Líder do PMDB, não farei referências às posições dos demais partidos políticos: nem àqueles que sempre acreditaram, nem àqueles que sempre hesitaram, nem tampouco àqueles que sempre se opuseram à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O julgamento destas posições cabe à opinião pública contemporânea, e já agora, mais ainda, à própria História, que é lenta, porém correta, nos seus registros.

O que importa é que a Assembleia Nacional Constituinte é, a partir deste instante, uma realidade irrefutável.

Emociona-me lembrar os primórdios deste movimento a que assisti como espectador interessadíssimo, mas distante, porque os impedimentos da idade me excluíam a alternativa de ser também seu protagonista.

Os primeiros momentos desta batalha se confundem com o próprio aparecimento do MDB, Partido surgido do puro idealismo de um restrito grupo de homens públicos, o MDB teve como suas marcas fundamentais, de sua origem até esta parte, a fé obstinada e a perseverança quase irrefletida.

O MDB, que veio para combater o autoritarismo e defender a democracia, já nos seus passos iniciais difundia como indispensável à estabilidade política do País e à realização das reformas sociais e institucionais a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

Recordo-me de quando iniciando minha vida pública, nós, peemedebistas, que pregávamos a Constituinte com sincera motivação moral, jurídica e política, éramos contestados pelos defensores do regime arbitrário, às vezes com moderação, outras vezes com irrefreável radicalismo, mas sempre com o desprezo e a superioridade daqueles que se consideravam senhores da verdade e inatingíveis em suas posições de força.

O MDB, e mais tarde o PMDB, sempre acreditou no vigor de sua pregação, pois confiava em que era uma questão de tempo, alguns meses mais ou menos, e seu objetivo seria certamente alcançado, pois ele representava um anseio geral dos brasileiros e, por isso, possuía a força irresistível das verdades nacionais, que sempre acabam vingando.

Este é, portanto, um grande dia para o PMDB, mas é antes disso a vitória da fé, a vitória do idealismo.

Felizmente, foi possível ao Brasil chegar a este momento pela via da transição política. Caminhamos por estradas ásperas, hostis, às vezes, perigosas, quase sempre.

Só o talento, a bravura e a determinação, especialmente de alguns companheiros que ajudaram a conduzir o PMDB nesta cruzada viabilizaram a superação de obstáculos que em dados momentos pareciam intransponíveis.

Os mortos, aqueles que tombaram pela ação do tempo, do destino ou do autoritarismo, eu os homenageio na figura maior de Tancredo Neves, artesão, inspirador e mestre desta fantástica obra, desta inimaginável obra de arte política (Palmas.)

Os vivos, aqueles que ainda podem continuar conosco na luta que prossegue, eu os homenageio na figura singular de Ulysses Guimarães, por sua coragem pessoal, por seu desprendimento e, sobretudo, por sua decência política, moral e humana (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a História, às vezes, nos parece descer de sua imparcialidade e de seu alheamento para influir nos fatos que deveria apenas cadastrar para o conhecimento dos pósteros. Muitas são as referências que poderíamos fazer sobre estranhas coincidências entre datas e fatos históricos.

Restrinjo-me, porém, a lembrar que na legislatura passada a anistia, tão ansiada por toda a Nação, após longa e exaustiva discussão que consumiu dias e dias, acabou aprovada no exato dia do aniversário da morte do venerado Presidente Juscelino Kubitschek, campeão de anistias, síntese do perdão.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje estamos promulgando a emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, no exato dia do aniversário da morte do legendário Senador Teotônio Vilela, que, com a força de seu espírito invulgar, talvez tenha dado à causa da Constituinte impulso que ninguém mais poderia dar.

É um justo tributo que a História lhe paga.

É dever do PMDB, é dever deste Congresso e é dever de todos os brasileiros reconhecer que entre os que contribuíram para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte um se destaca, pois foi sua a iniciativa objetiva, de um ato seu deriva a emenda hoje promulgada. Sem sua participação, sem seu consentimento, sem o resgate de um compromisso que era seu também, não haveria a convocação que todo o Brasil está aplaudindo: o Presidente José Sarney, que em momento algum hesitou nesta histórica decisão.

Mas se, como vimos, a viagem foi tortuosa e arriscada, o certo é que chegamos ao sítio desejado; que não é o derradeiro mas cuja magnitude nos exige uma parada para refletirmos sobre o que fizemos e o que haveremos de fazer daqui em diante.

Está convocada a Assembleia Nacional Constituinte, na forma que buscávamos: livre em sua formação, e soberana em sua ação. A Nova República hoje desabrocha. O compromisso básico dos que a criaram está cumprido. Não haverá um só brasileiro que deseje concorrer às eleições constituintes do próximo ano e que não possa fazê-lo por não obter legenda partidária. Se alguém, no amplo universo partidário nacional, não encontrar partido que o aceite como candidato, ou partido que satisfaça suas convicções políticas, a este cidadão impar sempre restará a hipótese extrema de criar seu próprio partido, o que poderá fazer com o apoio de apenas cem outros eleitores.

Soberana a Constituinte será, pelas expressas disposições desta emenda que a convoca, deixando-a protegida de qualquer restrição e, por isso mesmo, acima dos demais Poderes, o Executivo e o Judiciário.

Acredito nesta Constituinte porque ela vem como resultado de uma transição política. Não é fruto de uma ruptura, da qual o País sai traumatizado; vem num tempo de paz, onde não há vencidos nem vencedores. Fará uma Constituição que represente a vontade de todos os brasileiros. Certamente, a Constituição definitiva que há quase dois séculos buscamos.

Foram corretos e cabíveis os debates travados durante a tramitação da emenda.

De agora em diante, porém, nada vale discutir academicamente conceitos sobre a autonomia, a exclusividade ou o caráter congressual da Constituinte.

Não contempla aos interesses da democracia contestar a Constituinte por divergências meramente formais. Somente serve aos seus adversários, que desejam enfraquecê-la.

Precisamos, isto sim, ampliar os espaços dos desfavorecidos em defesa de seus direitos fundamentais.

Os democratas estarão unidos na campanha da Constituinte, convencidos de que a fixação em outro tema, nestes dias, pode representar prejuízo irreparável para a conscientização dos brasileiros, e como conseqüências para a representatividade da Assembleia Nacional Constituinte.

Convocada a Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, o PMDB esgotou uma fase importante de sua trajetória, mas não esgotou-se como partido.

Resgatamos nossos compromissos institucionais. Haveremos, agora, de dar preferência à vertente social e econômica de nosso ideário.

Acumulamos notável experiência, conquistamos insubstituível confiança popular. Nós, do PMDB, que sempre soubemos diagnosticar os males sociais, precisamos agora aviar a receita para curá-los.

Para isto, é preciso ouvir o doente e com ele discutir o tratamento.

Se há doentes é porque há algo errado. É preciso mudar. As mudanças reclamadas na praça pública, na campanha das diretas e na eleição do Presidente Tancredo Neves precisam ser feitas. O PMDB não pode afrouxar.

Muitos interesses poderão ser contrariados.

O regime é democrático, mas não é permissivo.

O PMDB e a Nova República são responsáveis. Sabemos dizer sim, quando possível; saberemos dizer não, quando necessário.

Não há caminho melhor para as mudanças do que a Assembleia Nacional Constituinte. O brado lançado pelo Presidente Tancredo Neves neste mesmo plenário, após sua eleição, ecoa até hoje e foi renovado pelo Presidente José Sarney: "Vim para fazer mudanças profundas".

A sociedade brasileira as deseja e a Assembleia Nacional Constituinte as viabiliza: Haveremos de fazê-las, profundas e urgentes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, Sr. Decano do Corpo Diplomático; Srs. Embaixadores; Srs. Ministros; Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e representantes de Tribunais de hierarquia nacional; dignas Autoridades; Srs. Senadores e Srs. Deputados; minhas Senhoras e meus Senhores, foi longa, áspera e carregada de sacrifícios a caminhada da Nação para que chegasse a este episódio histórico: a retomada da soberania do povo para, com poderes ilimitados, elaborar, através de representantes livres e diretamente credenciados, o documento jurídico, econômico, social, supremo da Pátria, sua Constituição.

As vozes que agora aqui se fazem ouvir são eco de milhões de vozes que nas ruas, praças públicas, igrejas, fábricas, universidades, nas cidades e nos campos, clamam e exigem a emancipação política da sociedade contra qualquer jugo autoritário.

A convocação que hoje se proclama é do povo, não das elites, para que constitua juridicamente a liberdade, a independência, o desenvolvimento e a justiça social, conteúdos da democracia. Democracia entendida e praticada como forma articulada de vida coletiva, plural e de vida cotidiana.

Após 21 anos de tormentosa espera, a Constituição há de ser Código estruturador e trincheira reivindicatória do homem que se defenderá do Estado contra qualquer extrapolação de poder, e de multidões de homens e mulheres famintos, despossuídos, analfabetos, vítimas da o-

pressão social, que entrarão no Estado como credores de direitos aos bens e valores que dão conteúdo e vigência à cidadania.

Será a Constituição do homem, pelo homem e para o homem. A Constituição da mudança e não do status quo, a Constituição do amanhã. A Constituição de novos dias, com novos direitos para novos homens. A Constituição da Reforma. Mais do que Lei, será Direito, a Justiça como supremo dever do Estado, não como guarda de privilégios, mas para arrasá-los em benefício da coletividade.

Que Deus permita e sustente a fé e a força do povo unido para que seja a Constituição da Esperança.

Os romanos não tiveram Constituição escrita, mas possuíam o transunto como Lei Magna no lema e inspiração para as Nações democráticas: *Salus populi suprema lex est*. É verdade histórica e social: a salvação do povo é a Lei Máxima.

O povo mudou. O Estado será mudado. É a fatalidade da nova Constituição. Ou muda pela evolução, ou a violência será a parteira dessa transformação.

Exemplo raro nas lutas dos povos pela sua autoafirmação, o Brasil chega à Constituinte pelo processo inusitado do reformismo pactuado e não pela beligerância da ruptura.

Não há nem haverá desvio de rota possível. A travessia tem o homem como destino. Senão o homem, milhões deles substituirão os partidos e os Constituintes que os traírem, até pela rebelião.

Testemunho que a convocação da Assembleia Nacional Constituinte uniu todas as representações partidárias no Congresso Nacional, inclusive do PDS, que assim se tornaram mercedores da confiança, do respeito e do reconhecimento nacionais.

Preclamo Presidente, permita que confesse que há vinte e um anos ao vento, à chuva, ao sol e ao luar dos caminhos continentais do Brasil sonho com este dia.

Senhor, abençoe esse sonho para que não acabe em pesadelo!

Aleluia, Senhor! Continue a nos guiar para que cheguemos à Terra Prometida aos homens livres das necessidades e da injustiça social. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exm^o Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer, Srs. Ministros de Estado, Exm^o Sr. Decano do Corpo Diplomático, Srs. Governadores de Estado, Presidentes das Assembleias Legislativas Estaduais presentes, Srs. Embaixadores dos países amigos, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, Pedro Calmon fez uma observação quanto à singularidade da evolução e do progresso brasileiro. O século histórico, diz ele, não coincide no Brasil com o século cronológico. O nosso século XVI começou em 1532 com a fundação de São Vicente, o XVII, em 1625, com a restauração da Bahia; o XVIII, ao contrário, em 1694, com o descobrimento das minas; o XIX, em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa; o século XX iniciou-se em 1888 e 1889 com a Abolição da Escravatura, que transformou a economia, e a fundação da República, que modificou a face política do País. A Revolução de 1888 e 1889 foi profunda e geral. Não era um regime que capitulava, vencido pelas novas circunstâncias da vida nacional — federalismo, liberalismo revolucionário e americanista —, era uma sociedade diferente que tomava o lugar da hierárquica e respeitável sociedade imperial. A ruptura do equilíbrio entre os velhos antagonismos da evolução brasileira — Corte e Províncias; agricultura e indústria; imitação francesa e imitação

americana; ordem e idealismo; os barões da monarquia e os bacharéis; a estabilidade tradicional e o progresso impetuoso — fora até aí protelada e disfarçada pelas hábeis formas conciliatórias do parlamentarismo de D. Pedro II. Mas a máquina desandara nos tumultos da década de 80 a campanha abolicionista, a questão militar, o ceticismo dos partidos políticos, a velhice e a doença do Imperador. A gente nova pedia leis novas.

Um século depois, encontramos singularmente em situação equivalente. A Constituição de 1987 antecipará para esta década, neste século, o início do século XXI no Brasil.

A Abolição da Escravatura e a fundação da República mudaram a economia e a face política da Nação naquele decênio do século passado. Transformações quantitativas e qualitativas em mesperadas proporções na sociedade brasileira, talvez mais ainda no mundo de hoje, mudaram nossa realidade e a influenciaram, a partir dos anos 60. O crescimento demográfico da nossa população; seu deslocamento da área rural para as cidades; a industrialização, com as conseqüentes concentrações de população, de meios de produção e de renda, surgiu uma grande classe média brasileira, sobretudo uma nova e polêmica classe, a tecnoburocracia, tendendo à organização e à produção dos bens e serviços pelo Estado; houve a integração territorial pela quase completa ligação dos seus pontos extremos através das rodovias, das redes aéreas e, mais ainda, dos meios de comunicação — telefone, rádio e televisão; a predominância de uma população jovem, com todos os seus problemas acentuados nesta sociedade consumista; a rápida progressão e organização dos trabalhadores, em sindicatos, e dos empresários em Associações, federações e confederações, funcionando, segundo a feliz frase de Galbraith, "como poderes compensatórios"; os desequilíbrios regionais e sociais que persistem e também a posição do Brasil, como Nação com peso específico no cenário internacional. Tudo isso contribuiu para a profunda transformação da realidade brasileira.

Mas o mundo também sofreu grandes mudanças. Basta lembrar que os anos de 1948 a 1969 constituíram o tempo de contestação, período em que vivemos a descolonização, países novos surgindo em todos os Continentes; a contestação dos valores sociais pelas massas populares e sobretudo pela juventude, todos a procura de novos caminhos e oportunidades, como a sublevação estudantil, em 68, em Paris. As grandes transformações na economia, nas finanças, sobretudo ditadas pelas novas conquistas da ciência e da tecnologia e, ultimamente, da informática, são também fatores externos a influenciar profundamente a vida brasileira.

Por isto acredito que estamos, com a convocação da Constituinte, mais uma vez confirmando aquela observação do saudoso historiador Pedro Calmon, de que o século histórico no Brasil não coincide com o século cronológico. Com a convocação da Constituinte, estamos antecipando, política e socialmente, no Brasil, o século XXI. Não será preciso, porém, aguardamos a promulgação da nova Carta política em 1987 para que antecipeemos o início de um novo marco histórico brasileiro. O século XXI começa para o povo e para a Nação brasileira hoje, aqui e agora, nesta solenidade de promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. (Palmas.)

A Presidência agradece às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesásticas que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-as para uma recepção no Salão Nobre do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 23 minutos.)

Ata da 376ª Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 19 HORAS E 42 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Oda-

cir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Tá-

vora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista

— Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Márgio Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Úbaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurilio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espirito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Aginaldo Timóteo — PDS; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Antônio Villaça — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dário Tavares — PMDB; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emilio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria

Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júma Marise — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airlton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doretto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoio — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zazur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sôlon Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulisses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio U... — PFL; Aroldo Moleita — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Octávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS; Eivaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélho Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiñi de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarc Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento dos 60 Srs. Senadores e 405 Srs. Deputados.

Há número regimental
Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Magalhães. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para solicitar a V. Exª que mande distribuir os avulsos constantes da Ordem do Dia, pois até agora não estão sendo distribuídos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Estão sendo distribuídos.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, às 19h45min do dia 27 de novembro do ano de 1985, venho, mais uma vez, à tribuna do Congresso Nacional para externar minha frustração, minha angústia, minha decepção onde alguns ensinamentos que, lamentavelmente, somos obrigados a absorver no dia-a-dia desta Casa. Quando aqui cheguei, em 1983, tive a impressão de que iria lidar somente com pessoas de mais elevado nível, não só do Parlamento, mas do Poder Executivo. O tempo me ensinou, Sr. Presidente, que nem tudo aquilo que nos jogam na cabeça todos os dias, levando-nos a crer que todas as pessoas ligadas ao Governo passado não prestavam não tem fundamento. O PDS tem gente maravilhosa, bem como o PMDB, o PT, o PTB, enfim, todos os partidos a tem, assim como existem os canalhas.

O tempo passou, Sr. Presidente, e vejo aqui uma porção de pessoas — Parlamentares ou não — ligadas geralmente às empresas de comunicação, falando sobre 21 anos de autoritarismo, sobre 21 anos de ditadura, mas algum dia alguém vai ter de me explicar como é que, em 21 anos de ditadura, se traz de volta Leonel Brizola, hoje, o Governador mais destacado do País. Fico imaginando Sr. Presidente, que as pessoas que falam em ditadura, em 21 anos de autoritarismo — o que é uma farsa, porque é evidente que este País teve seus excessos e continua tendo agora, na pseudo-Nova República — essas

mesmas pessoas continuam aplaudindo a conduta asquerosa, imperdoável, podre do Procurador-Geral da República do PMDB, Sepúlveda Pertence, evidentemente amparado pela máquina promocional da Rede Globo de Televisão. O que essa gente fez com o ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel foi alguma coisa de imperdoável. Milhões de vezes, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pendurar um homem num pau-de-arara, dar-lhe choques, espancá-lo um milhão de vezes, do que fazer o que fizeram com a alma do ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel. Feriram-no interiormente. Feriram sua mulher, seus pais, seu filho, seus amigos e eleitores. Acusaram-no de verdadeiras barbaridades, como de ser partícipe de uma quadrilha que traficava e contrabandava pedras preciosas neste País. A Rede Globo de Televisão engendrou na sua onipotência, no seu poder de manipular nossas consciências nossas cabeças — e já havia provado isso no ano passado, quando fez crer que Paulo Maluf era o demônio e Tancredo Neves era Cristo. E somente Deus pode provar que Tancredo não era Cristo, mas mortal como Paulo Maluf, Sr. Presidente — a campanha profundamente deprimente, covarde, traiçoeira, podre, asquerosa, encampada pelo Ministro Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República, ou melhor, do PMDB, contra o ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel.

Embora chegando aqui como Deputado do PDT, com 503 mil votos, e hoje continuando a ser um Deputado de oposição, aprendi a respeitar todas as pessoas que fizeram por merecer este respeito. E uma das pessoas que sempre me trataram com dignidade, com correção, foi o ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel. Então, Sr. Presidente, não vou falar sobre o problema do Ministro da Reforma Agrária. Fica para outra oportunidade, para não misturar as coisas. Todo mundo já sabe das metretas do Pará.

Sr. Presidente, hoje agradeço a Deus por ainda podermos esperar que este País tenha realmente caminhos melhores para o futuro.

O Supremo Tribunal Federal rejeitou a denúncia que envolvia o ex-Ministro Abi-Ackel com os problemas dos táxis. Eu gostaria de fazer uma pergunta aos demagogos, aos mentirosos e aos farsantes. Gostaria que qualquer Parlamentar desta Casa dissesse qual o Ministro que não ajuda seus amigos. Todos os Ministros ajudam seus amigos, e não seus inimigos. Então, o que tentaram fazer com o Ministro Abi-Ackel foi deprimente, covarde e asqueroso.

Vou concluir, Sr. Presidente. Percebo a pressa da nobre Deputada. Evidentemente essas palavras incomodam, principalmente ao PMDB. E eles têm todo o motivo para estar incomodados, porque a conduta de ontem não é a mesma de hoje. A conduta de oposição não é a mesma de governo. Então, sentem-se incomodados.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos gratificados, pois ainda podemos esperar que a Justiça deste País realmente aja dentro da lei, e não como aconteceu em 84, quando o Procurador do PMDB, Sepúlveda Pertence, impediu que se cumprisse, aqui dentro, a lei da fidelidade partidária e a lei da maioria das Assembleias Legislativas, para que o então candidato Tancredo Neves, que muita gente imaginava que era Cristo — e não era — pudesse ser eleito Presidente da República.

O tempo se encarregará de corrigir outras distorções e mostrar a verdade sempre sobreviverá às mentiras e à covardia.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a V. Exª que esclareça à Casa em qual das duas sessões, objeto da Ordem do Dia, nós nos encontramos neste instante, porque um dos avulsos marca 19 horas para o início da primeira e esta sessão começou às 19h 40 min. Peço a V. Exª que esclareça em qual sessão estamos neste instante.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Eu já havia comunicado o cancelamento da sessão anterior. De sorte que, nesta sessão, temos, na Ordem do Dia, matéria em regime de urgência, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1985.

O SR. RAUL BERNARDO — Então, Sr. Presidente, procedo a minha questão de ordem, porque foi distribuído avulso de uma sessão em que seria examinada a Mensagem Presidencial nº 68. Esta foi cancelada?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Exatamente, e foi comunicado o seu cancelamento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Amaral.

O SR. ANTÔNIO AMARAL (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, peço que seja transcrito nos Anais desta Casa discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República, José Sarney, na Organização das Nações Unidas, para que a História o julgue no futuro.

“Que tempos de viver-se!”

Bandeira Tribuzi,
Rosa da Esperança

“...Que sonho raro
será mais puro e belo e mais profundo
do que esta viva máquina do Mundo?”

Bandeira Tribuzi,
Safrá

“Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do Mundo”

Carlos Drummond de Andrade,
Sentimento do Mundo

Senhor Presidente
Senhor Secretário-Geral
Senhores Delegates

Tenho nos olhos o sofrimento do México.
Pousei naquela terra para ver a tragédia. Ver e levar a solidariedade do Brasil. Levar também o sentimento do Mundo.

Abro este discurso com a solidariedade mundial ao México.

Esta Tribuna impõe respeito e dignidade.

Historia

É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da História do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho — a Paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu País, o Brasil, o privilégio de abrir o Debate Geral da Organização das Nações Unidas

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa. Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

Poesia

Recorro a versos do maior poeta de minha terra para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

“Que tempos de viver-se!”

“.....Que sonho raro

será mais puro e belo e mais profundo do que esta viva máquina do Mundo?”

Sentimento do Mundo

E com esse sentimento do Mundo que falo em nome de uma das maiores nações do Globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas; o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrangendo num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da Terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assuni a chefia da Nação.

Identificação

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do Homem e da sociedade.

A literatura e a política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do Universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e malsimado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismo.

Coragem e resignação

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mas forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Homenagem

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Coerência

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao Mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Exploração colonial

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao Universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a Humanidade viveu entre um outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Saudação

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos Estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta Egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

América Latina

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina, América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais sur-

preendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de conjeturas, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Suímos sincronizados, num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa triplíce definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias

Ponte sobre o abismo

Gandhi, o Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso Continente, que revigoram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste/Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusamos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

Anti-racismo

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos antiracistas. Profunda, entranhada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, Senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e, na música, o universal Villa-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao *gênio negro* e ao *espírito ameríndio*.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação do *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na Terra.

Como Presidente do meu país, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a Humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização

Descolonização

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do Século XX à História da Humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, ha de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Direitos Humanos

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram, promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo Homem na História Contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas

Tortura

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembléia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Direitos da Mulher

Nessa tarefa, destaco a promoção dos Direitos da Mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da Mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Vontade conjunta

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder

Perspectiva

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

"Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O Mundo possui outros pontos cardeais", dizia há 22 anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembleia Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais, muitos aspectos negativos, mas procura perceber o Mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência, nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Responsabilidade solidária

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços do progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Contadora

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da Améri-

ca Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no Continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

Oriente Médio

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Camboja. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

Malvinas

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833, o Brasil apoia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para reservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Tlatelolco

Firmemente empenhado no esforço de proscriver as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem.

Desnuclearização

A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Ciência e Tecnologia

Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o Mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da Ciência e da Tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o Mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

A Grande Ameaça

Senhor Presidente,

Estes são os problemas visíveis. Mas há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

Dívida externa

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados.

Política inadequada

Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Protecionismo

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

Ameaça e inadimplência

É o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Alerta

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o Mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um País de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do Mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim, não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política.

Exortação

Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. É esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segu-

rança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Criação e renovação

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

Cartagena

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

Dimensão política

É imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda per capita que já havíamos alcançado em 1980.

Limite

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível exigir sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Direito

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o Exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de imputação e em ligações débeis e insatisfatórias como o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a uma padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscarmos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

Crescer sem recessão

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dívida. Optamos por crescer sem recessão, sem

nos submetemos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Paz

Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do Homem.

Mas, o que é a paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? O a paz é algo mais transcendental que significa a libertação do Homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo Homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes de essa viagem chegar a esse porto.

Paisagem do nosso tempo

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

Povo livre não faz guerra

A paz de hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. É a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerream; não haverá guerra entre os povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

ONU, paz e democracia

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira de a ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Responsabilidade solidária

Estamos chegando ao fim do século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

— contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de Poder;

— criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

— explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

— recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do Mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

Sentido da liberdade

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais de vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidade. O homem moderno é alguém que vivencia no

presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

— Com a aliança anglo-americana.

Ponderou Roosevelt.

— Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o Mundo.

Liberdade contra a fome

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

Socialização dos alimentos

O Mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mãe Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A Humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

Extinção da fome

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do Século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o Homem tem que ter uma visão humanista da política, senão ele só envergará e só semeará miséris e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao Homem o humanismo renascentista.

Sedução da vida

A conquista do Cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O Mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segredos, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra; hoje devemos trabalhar para evitar os escombros da guerra anônima que é a fome.

Transformação da vida, do Mundo

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do Homem; transformar a vida, transformando o Mundo. Estamos avistando o Século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor à Natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo,

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronunciou o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a doutrina democrática da origem da soberania do Estado consagrou o princípio de que o titular do Poder Constituinte só pode ser o povo. Somente este pode delegar poderes ilimitados à Assembléia Constituinte, que, pelo seu caráter representativo, se confunde com o próprio Poder Constituinte.

Hoje, nos assistimos a promulgação da Emenda que convoca a Assembléia Nacional Constituinte e pudemos presenciar que as galerias estavam totalmente vazias. É que se aprovou uma Constituinte sem povo, sem que este tivesse a oportunidade de se manifestar de forma livre e soberana. O PMDB, lamentavelmente, distanciou-se mais e mais da sociedade civil, e a submissão de seus líderes ao Governo levou o Partido a arriar suas bandeiras de ontem, entre ela e da Anistia ampla geral e irrestrita.

Como fica o PMDB agora, Sr. Presidente, quando o Tribunal Federal de Recursos decide por unanimidade estender a aplicação da Lei de Anistia de 1979 ao marinho José Candido de Carvalho, se esse mesmo PMDB comandou nesta Casa a rejeição da Emenda Jorge Uequed? Como ficam agora alguns Parlamentares peemedebistas, ditos progressistas, que se curvaram também às imposições palacianas afrontando os princípios programáticos de seu próprio Partido?

A verdade é que o PMDB de ontem, o PMDB — Oposição, faleceu, e há muito

“Enterrem o PMDB”, é o artigo de Carlos Eduardo Novais, do *Jornal do Brasil* de hoje, que peço a V. Ex.^a seja transcrito nos Anais desta Casa, como fecho do meu discurso

ARTIGO REFERIDO PELO ORADOR.

ENTERREM O PMDB!

Carlos Eduardo Novais

Palavra de honra: não sei o que o pessoal do PMDB pensa da vida (político-partidário). Dizem que quem vive do passado é psicanalista. Permito-me acrescentar: psicanalista é, no momento, o PMDB. O partido vive hoje de equilibrar no andor da República um governo de burro. Já teve seu tempo, como um dia tiveram a revista *O Cruzeiro*, a TV Tupi, o glorioso Pasquim (para ficar na área de comunicação). Se emplacou alguns governadores em 82 e menos prefeitos em 85, foi muito mais pelos seus 20 anos de estrada — um passo histórico — do que pelo seu projeto político presente. Aliás, que projeto?

O PMDB jamais passou de uma frente. Uma frente importante, nos anos da ditadura. As ditaduras encobrem as nuances ideológicas de um sociedade. A luta se desenvolve num compasso binário; só há dois grupos — os contras e os a favor. Mas, a partir da entrada do país na atmosfera democrática — e da criação de novos partidos —, o PMDB deixa de ser aquele enorme guarda-chuva que por tantos anos abrigou a oposição ao regime. Uma oposição formada por comunistas, socialistas, liberais e conservadores insatisfeitos. Para sobreviver, o partido necessita de uma plástica que redefina seu perfil ideológico. Sobretudo porque ele deixou de ser contra. Duvido que atualmente alguém saiba o que pretende o PMDB. Trata-se de um partido capitalista? Socialista? Reformista? Transformista?

Nem de luneta é possível enxergar os contornos ideológicos do PMDB. Permanece um saco de gatos. Permanece arrastando as contradições que acumulou nos seus anos de formação e crescimento. Sim, porque o PMDB saiu do ventre da ditadura. Passamos duas décadas vivendo dentro de um museu de horrores. Por esses anos, a ditadura fartou-se de gerar figuras monstruosas: o AI-5, o 477, senador biônico, voto vinculado, lei Falcão. Forjou do mesmo barro a Arena, de quem retirou uma costela para criar o MDB. Talvez muitos não se lembrem, porque, na sua trincheira consentida, o MDB foi se tornando um mostriño simpático. Uma espécie de E.T. Seu fã-clube aumentou tanto ao longo das eleições, que, na reforma partidária, os padrinhos decidiram mantê-lo com o mesmo nome. Limitaram-se a acrescentar um P, na certeza de que, ao fecharem o museu de horrores, o fã-clube continuaria crescendo em função dos muitos serviços prestados à pátria.

O PMDB, senhores, foi a antítese da ditadura. Deveria ter sido enterrado com ela para não se tornar — chegando ao poder — a tese confusa desta nova síntese nacional. O PMDB, porém, teve que pagar um preço pelo contrato feito com a Velha República, um contrato exclusivo de oposição, conduzir o país pelos sinuosos caminhos da transição democrática. Isso lhe permitiu uma sobrevivência maior que a do seu irmão, PDS (Arena). Mas que ninguém se iluda, seu fim está próximo. A reforma dos partidos internou o PMDB no CTI da política parti-

dária. De lá para cá, tem vivido na base de tubos, cirurgias, ligado nas máquinas do Poder. Seus líderes esforçam-se para mostrá-lo saudável: exibem vitórias no Congresso, resultados eleitorais. Tudo lembranças do passado. Não se surpreendam se o enterro do PMDB sair na próxima eleição.

O PMDB não é um partido, muito menos de massa. Vem botando gente nas ruas em razão de algumas lideranças pessoais. Deixa-me pasmo a incapacidade de seus caciques fazerem uma leitura correta das multidões nas praças: saímos atrás do trio elétrico do PMDB nas campanhas das Diretas e de Tancredo, porque percebemos que apenas ele poderia nos levar a novos tempos. Nas campanhas eleitorais anteriores, entramos no bloco do partido porque simplesmente não havia outro. Vivíamos tempos de Fla-Flu ou de Gre-Nal. Somente o PMDB poderia nos livrar da camisa-de-força da ditadura. Agora, porém, sob o céu aberto da democracia, os eleitores, podendo escolher, começam a se dispersar por entre partidos com propostas e bandeiras mais claras. *Tai o crescimento do PT e do PDT que não me deixam mentir.*

O PMDB — por incrível que pareça — tornou-se uma figura anacrônica no quadro político-partidário. Transita nos círculos da elite governamental, mas perdeu sua identidade (ligada à ditadura). Caminha pelos quatro cantos do país como o Dr. Frankenstein, um monstro, construído artificialmente de vários retalhos ideológicos. Depois que novos partidos entraram no baile democrático, percebe-se que já não se formam longas filas para dançar com o PMDB. A eleição de hoje confirma que os eleitores saíram à procura de novos parceiros para uma contradança. Parceiros de passos menos confusos. A eleição de amanhã reforçará tal impressão (apesar de o partido ser Governo). A de depois de amanhã vai mostrar o PMDB tomando um chá de cadeira, enquanto a dança come solta no salão.

Vai daí, sugiro ao comandante Ulysses — certamente o último a abandonar o navio — que promova uma grande festa, uma espécie de despedida de solteiro, feche as portas do partido e libere seus homens para sair à cata de outras legendas. O senhor observará, então, seus comandados correndo nas mais diferentes direções ideológicas. Uma boa parte irá se abrigar sob os telhados da esquerda. Sim, porque o transatlântico Brasil aderna para a esquerda. Nem poderia ser de outra forma, diante de tantas desigualdades sociais e econômicas. Anote o que escrevo: o próximo Presidente da nossa República, seja quem for, sairá de uma das fatias da esquerda. Resta saber quantos meses ele governará até que os interesses econômicos e seus cães de guarda apeiem-no do Poder. Sinto dizer que vamos repetir o Chile. Quem viver, verá.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, traz-me a esta tribuna o falecimento de um Vereador da cidade de Bauru. Trata-se do Vereador Adenor Costa, matogrossense de nascimento, radicado em Bauru há muitos anos, que se elegeu vereador diversas vezes. Foi Presidente da Câmara Municipal por duas vezes. Teve a sua vida toda ligada às reivindicações de massa. Sua honestidade esteve, em qualquer tempo, acima de qualquer suspeita. Sua atenção sempre se voltava para os mais humildes, os mais necessitados, justamente para aqueles que têm sido os marginalizados da sociedade. O Vereador Adenor Costa deixou, em Bauru e na região, um exemplo de trabalho, no que diz respeito à representação popular em termos de verança, homem que não mediu esforços para atender àqueles que o procuravam, cidadão probo, que tinha preocupações profundas com os rumos que a Nação tomava e que colocou sua vida a serviço da população de Bauru. Digo colocou sua vida, porque o Vereador Adenor Costa tinha problemas cardíacos, foi operado, implantou algumas pontes de safena, e mesmo esse problema de saúde não o impedia de, diuturnamente, estar em contato com a população, tomando conhecimento dos seus problemas e lutando para resolvê-los.

Sr. Presidente, uma sessão do Congresso Nacional, instituição máxima do Poder Legislativo, é, evidentemente, o local apropriado para homenagear a memória deste Vereador humilde, simples, denotado trabalhador, Parlamentar como nós, que, tenho certeza, se orgulharia

— e onde se encontra evidentemente deve estar-se orgulhando — de ser citado e homenageado em uma sessão do Congresso Nacional, como fazemos agora. Gostaria de registrar o nosso pesar e a nossa lamentação pela perda de um político na verdadeira acepção da palavra, um Político com "p" maiúsculo, como foi o nosso companheiro Vereador Adenor Costa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRª CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Srªs Congressistas, as bancadas do PMDB e do Partido da Frente Liberal assistiram hoje a uma coisa inusitada no convívio entre o Executivo e o Legislativo: dois Ministros da área econômica prestaram conta de novas medidas no setor econômico que serão submetidas ao exame desta Casa. Os depoimentos dos Ministros da área econômica indicam os novos rumos de um relacionamento democrático. Novos rumos, também, porque o direcionamento da carga tributária, embora ainda em grau insuficiente, mostra uma nova política tributária, que faz com que aqueles que detenham renda sejam os que paguem mais impostos, justamente o contrário do que se viu até hoje.

As exposições dos Ministros Dilson Funaro e João Sayad indicam que, no setor econômico, o Governo da Nova República dá, finalmente, os primeiros passos no sentido de redistribuir a renda deste País. Mas, para a implantação de qualquer programa, sobretudo de programa que ainda penaliza os assalariados, de programa que ainda não poderá aliviar a sociedade dos males, dos efeitos e consequências de uma política econômica que era concentradora e antinacional, é necessário que a sociedade, por inteiro, confie naqueles que formulam as políticas brasileiras. Foi dentro desse sentido que formulei hoje, durante a reunião da bancada do PMDB, ao Sr. Ministro Dilson Funaro, indagação sobre um ponto que tem deixado perplexas todas as pessoas relacionadas com os serviços de informática deste País. A Presidência do Serpro, Sr. Presidente, é ocupada pelo Sr. José Dion de Melo Teles, sobre quem pesam as maiores acusações de chantagem e de corrupção. As provas materiais da chantagem e da corrupção do Presidente do Serpro já foram entregues ao Ministro Dilson Funaro pelo Deputado José Eudes, através do Senador Severo Gomes, do Vice-Líder Aírton Soares, do Deputado Hélio Duque e de mim própria. São tão graves as acusações, e é tão peremptório o que pesa sobre o Sr. José Dion de Melo Teles, que não cabe mais ao Ministro Dilson Funaro sequer o direito de mantê-lo por 24 horas na Presidência do Serpro, sob pena de tirar a credibilidade que a Nação começa a ter com os Ministérios da área econômica. É, pois, um apelo de quem apóia as medidas econômicas hoje preconizadas. Para que elas tenham consequência, é necessário que o Governo da Nova República não compactue, não se torne conivente com a corrupção e a chantagem. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que se gaba o Sr. Presidente do Serpro de que não será punido porque detém — chamo a atenção para esta acusação — cópias das declarações de Imposto de Renda de altas figuras da Nova República.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falarei sobre Ministério Público que, afinal, é o tema da sessão desta noite, e sobre o maldito Decreto-lei nº 2.159, que deverá ser rejeitado. Falarei também sobre outro aspecto do Ministério Público que, de certa forma, foi implicitamente invocado da outra tribuna.

Quanto ao Decreto-lei nº 2.159, os argumentos da sua ilegalidade, da sua inconstitucionalidade, do endereço certo, ilegítimo, injusto, com que foi editado, já foram esgotados. Apenas diria que esse decreto-lei é o contrário da própria concepção de Ministério Público.

Se o Ministério Público começou como representante de interesses patrimoniais do soberano, hoje ele postula não como defensor do Estado, mas como paladino da sociedade. Por isso é que o Decreto-lei nº 2.159 foi editado e possibilitou que sabujos se convertessem em ocupantes efetivos, vitalícios nos mais altos cargos do Ministério Público da União. Mas a grandeza do Ministério Público é ser o defensor da lei, da sociedade. Quando o-

ferece uma denúncia, postula perante o juízo a condenação de um cidadão, e o Poder Judiciário emite seu julgamento, certo ou errado, mas aí está na sua competência.

Foi dito da outra tribuna que é preferível o pau-de-arara, a tortura, o choque elétrico do que ser submetido a um inquérito ou a uma denúncia, porque hoje o Supremo Tribunal Federal teria rejeitado uma denúncia do Procurador-Geral da República, Promotor de Justiça, punido pelo arbítrio tanto quanto eu. Acontece que o orador que assim falava não sabe o que é prisão, nem o que é choque elétrico e eu, que conheço a ambos, garantindo que preferiria muito mais ter sido denunciado para que o judiciário decidisse se eu era ou não culpado — no regime autoritário, não na Nova República. Porque fui preso, condenado a cumprir a pena corpórea, física da tortura e só depois me denunciaram — e o Superior Tribunal Militar rejeitou a denúncia. No meu caso, concluiu-se que eu era inocente, depois de eu ter cumprido a pena.

Ocorre que, durante o regime autoritário que o Deputado Agnaldo Timóteo defendia daquela tribuna, eu fui feliz porque pude pagar a pena sem que fosse com a vida. Houve outros casos em que, quando processos chegaram ao final, estavam prejudicados, por inexistência de réu. O que se diz aqui é que o Ministro Abi-Ackel, liberado pelo Poder Judiciário —, que não sou obrigado a assumir, nem a defender —, tem outros processos e acreditações que a justiça formal, a justiça Poder Judiciário, num dos milhares de processos que certamente não de envolvê-lo, haverá de responsabilizá-lo, porque o juízo político, este foi tomado e não é possível dizer-se que o pobre Abi-Ackel foi vilipendiado na sua família, nos seus filhos, tão-somente porque uma primeira investigação chegou ao Judiciário e nem é possível dizer que houve aí ilegalidade. E ele certamente não gostaria — porque se gostasse não teria sido o sabujo da ditadura que sempre foi — de ser submetido a choques elétricos. Mudaram os tempos um homem com perfil imoral, amoral como o que tem o ex-Ministro Abi-Ackel é submetido a uma investigação e levado às barras do tribunal. Homens de compostura muito melhor, homens de dignidade máxima, homens que honraram esta Casa, como o ex-Deputado Rubens Paiva, não puderam nem ser submetidos a choques elétricos nem ser processados porque faleceram, desapareceram.

O que foi dito daquela tribuna é uma infâmia que não podia deixar de ter desta tribuna a resposta, que é esta.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há quem queira contestar os resultados das urnas; há quem, na defesa de seus próprios interesses, condene o pronunciamento soberano do povo, a quem, em nome da democracia que prega, mas que nega na prática, queira definir este ou aquele resultado como injusto; há até quem apregoe o caos, porque este ou aquele candidato foi derrotado. Entretanto, quem se coloca acima das paixões e emoções do momento, está-vamos dizer assim — de alma lavada o País caminha a passos largos para livrar-se das amarras do passado e identifica-se com o seu futuro. E advirto, logo de imediato, àqueles que querem contestar-nos que não venham com esta afirmação barata de que Jânio Quadros é retrocesso, é retorno ao passado, porque isto é falta de argumentação. Quem julga a realidade contrariando uma definição dos fatos é, no mínimo, irracional. E é isto que queremos demonstrar.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, as eleições vieram demonstrar, com evidência cristalina, que o povo não se identifica mais com o ufanismo viciado de quem, boletado no Poder, desconhece os ideais que pregou num passado recente. Quem fez os militares descerem do Poder não foi o PMDB; foi o povo — isso deve ficar bem claro, para que não continuemos a olhar para trás e dizer que o povo nos deve um favor. Ora, foi isto que o PMDB quis nestas eleições: pretensão que o povo votasse, por simples gratidão, em nome de um passado recente, em seus candidatos.

E nisto está o erro do PMDB, contrastando-se com a subordinação popular demonstrada nas urnas. Serve tudo isto como um alerta para todos nós, e não somente para

os políticos do PMDB. Por um momento, houve identificação entre as propostas da Oposição, hoje no Poder, e o interesse do povo. Esse momento retratou a intensa mobilização popular em torno das diretas, assim como ocorreu na explosão de entusiasmo com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e na comoção social que marcou a morte do Presidente eleito, para mim o momento histórico de maior significação político-social destas últimas décadas. Foi naqueles momentos de dores, de sofrimento, de agonia e sobretudo de amor, de entusiasmo cívico que o povo fez uma profissão de fé no futuro, compreendendo que era senhor de seu destino, que estava livre do passado, do medo, do terror e da meirilha. E, compreendendo que estava livre, prestou as suas homenagens àquele que encarnou esse anseio popular.

Mas, literalmente, o povo percebeu que estava nu, mal vestido, maltrapilho, desempregado, pobre, dependente e escravo. Pronuncia-se este povo, pela primeira vez, depois destes acontecimentos ao mesmo tempo trágicos e marcantes de um novo processo de montagem de uma estrutura social nova. E os resultados aí estão: são nítidos os contornos do perfil eleitoral em todo o País, permitindo a formação de um quadro perfeitamente fidedigno da vontade popular demonstrada ao longo destes meses. Não quer dizer que se casam perfeitamente os resultados das urnas com os ideais que determinaram a virada de 15 de janeiro último. Não há discrepância, não há retrocesso, não há descontinuidade no processo reivindicatório de mudanças exigidas pela Nação, e muito menos erro no propósito de escolha demonstrado pelo povo.

Os falsos democratas, os analistas de ótica obtusa, que só vêem um lado do problema, que sentam nos seus gabinetes e acham que o povo deve adorá-los e render-se às suas idéias é que estão errados. E neste ponto eu coloco como farinha do mesmo saco, a serviço de Deus de quem, uma série de pessoas e de organizações que se desmascararam e se deram mal ao jogar todo o seu prestígio nestas eleições municipais.

Começo pelos institutos de pesquisa. Que coisa mais vergonhosa a manipulação sistemática, grosseira, desavergonhada de dados de uma realidade que estava à vista! Os erros foram por demais grosseiros para que haja uma explicação válida. Contudo, foi bom que esses erros acontecessem, porque no Brasil estávamos pretendendo implantar a ditadura das pesquisas, sem prévio julgamento de seus requisitos técnicos e de sua qualidade e confiabilidade. Acontecia aqui o que se viu no passado, quando as pesquisas educacionais — as medidas educacionais — passaram a ganhar um peso que realmente não têm no conhecimento da personalidade do educando, com seu uso indiscriminado para tudo e por todos, para solução de todos os problemas referentes aos orientandos. Mesmo considerando as margens de erros das pesquisas, houve casos que revelaram o completo comprometimento dos resultados de algumas capitais. E o que todo mundo pergunta é isto: O que determinou o erro estatístico? A resposta é simples: falsidade técnica, ou seja, amostra não significativa, escolha de modo não aleatório e falta de fidedignidade, vale dizer, pesquisas mal feitas, sem critério, sem programação séria, sem validade. Ou então manipulação de dados. Se optarmos pelo primeiro caso, estamos simplesmente questionando a idoneidade empresarial e a capacidade técnica dos institutos de pesquisas, se optarmos pelo segundo caso, estará comprometida a idoneidade moral dos institutos de pesquisas e de seus técnicos. Em ambos os casos, o resultado da análise não é menos comprometedor, se vamos entender os porquês dos erros das prévias.

Resta uma pergunta, sr. Presidente, Srs. Deputados e isto é muito sério para consolidação dos princípios democráticos do regime nascente no Brasil. Como ficariam as eleições em Goiânia, em Fortaleza, em São Luís e em outros Estados, se as pesquisas tivessem sido sérias? Houve um comprometimento dos resultados, por causa da falsidade das prévias? O eleitor foi iludido? Foi induzido a votar em um candidato por ser apontado como mais forte? Em São Paulo, por exemplo, até nas últimas horas, as pesquisas apontavam o favoritismo do candidato do Governo. No Rio, as pesquisas não mostravam a diferença tão grande entre os candidatos, e o resultado foi outro. No Recife, a situação não foi diferente.

Fica, portanto, a advertência sobre a validade das pesquisas e sobre a seriedade de seus resultados. Compete

aos dirigentes destas empresas recuperarem a credibilidade abalada, e aos políticos, deixarem de ter fé cega e mostrar maior competência.

Mas continuemos a nossa análise, abordando o segundo ponto deste pronunciamento, focalizando o papel da imprensa. Somos um político que entende que a imprensa exerce o papel relevante na formação de opiniões e na perseguição de objetivos de grandeza para um povo. Mas toda vez que a imprensa larga a sua conduta imparcial e toma partido diante de uma realidade política, ela tende a comprometer-se. Não falamos aqui daquele setor da imprensa decididamente marcado pelo conteúdo ideológico, pelo alinhamento político. Falamos da grande imprensa, das redes de televisão, dos grandes jornais e das emissoras de rádio, inclusive as do Governo. Muitos destes órgãos desceram ao nível das paixões políticas e deixaram muito a desejar, desistindo-se da seriedade, do critério, do bom senso que deve nortear a ação jornalística. Mostrar um lado só da realidade é encher de conteúdo tendencioso, venenoso, o ato de formar opiniões. A imprensa, no seu ministério de uma fecundidade a mais profunda, a mais gratificante, deve colocar-se acima das mesquinhas, para que afluam na comunidade tendências que espelhem o que é melhor, o que é mais apropriado, o que é mais condizente com o interesse de cada um que se soma no interesse geral. Foi infeliz a participação de setores da grande imprensa na campanha política.

Foi a imprensa, entretanto, mais feliz do que o Sr. Sarney. Foi simplesmente horroroso o comprometimento do Presidente da República numa disputa regional, destituída de qualquer interesse maior para a Nação, a não ser o crescimento de um nome familiar, de uma estrela que vai brilhar mais pelos seus atos em prol do desenvolvimento do País do que pelos sucessos eleitorais de sua família em questões limitadas a um Estado, a uma cidade. E vamos aqui, procurando isenção, colocar a questão em duplo aspecto. Se o Presidente sabia do insucesso de seu candidato, através do SNI ou de outro órgão, incorreu numa incúria ao tentar descer ao nível da política regionalista para ajudar sua família; se sabia que seu candidato estava mal e tentou ajudá-lo, incorreu num erro que não condiz com a excelência do cargo que ocupa. O Presidente acadêmico, que é dado como candidato a estadista, se ama as proezas do conto e da prosa, não deve continuar emprestando o cargo que ocupa para aventuras políticas, sob pena de perder a sua credibilidade.

Apesar de tudo isto, o povo demonstrou sua vontade. E foi soberano, mostrando que está consciente do que quer. E aqui cabe a pergunta que todos estão fazendo a si mesmos: em São Paulo, o povo acertou ao eleger o Sr. Jânio Quadros?

Poderíamos começar a responder uma pergunta deste tipo com uma consideração notória, que todos podem ter percebido. O que aconteceu em São Paulo foi que o PMDB tropeçou em suas próprias contradições. O Candidato do Governo, na verdade, não teve como conduzir a sua campanha, porque todos os fatos que apresentava simplesmente eram desmentidos pela realidade político-administrativa de São Paulo, onde se vive uma das principais crises de competência no País.

O conteúdo social da campanha do Sr. Jânio Quadros identificou as suas propostas com os ideais da sociedade. O candidato do PTB teve competência suficiente para descer ao nível da comunidade e dialogar com ela, ao mesmo tempo em que só com muita dificuldade o Senador-candidato do PMDB levou sua mensagem, mesmo assim, com grande dificuldade, a parte da classe média e dos ricos proprietários de São Paulo. Vale dizer que Jânio Quadros se identificou perfeitamente com os ideais que o povo expressou nas ruas, nas praças públicas, nos auditórios e todo público popular nestes últimos meses: pregou o combate à corrupção, ao desmando administrativo e à incompetência, condenou o pouco caso que o Governo vem dando aos problemas do povo e divulgou idéias que mostram sua sintonia que dominam os anseios populares. Tudo isso, Sr. Presidente, mostra de maneira inequívoca o seguinte: de um lado, o desvirtuamento dos princípios do PMDB, que bastou subir ao Poder para relegar a segundo plano os interesses maiores de sua pregação no passado; de outro lado, a retomada pelo petebista Jânio Quadros das propostas que identificaram sua campanha com o desejo do povo. Travamos uma batalha com o engodo, com a mentira e a farsa, e quem

venceu foi o povo, porque viu, nas urnas, o resultado de seu anseio maior de mudança.

E é neste sentido que gostaríamos de chamar a atenção de todos os políticos para uma realidade irreversível que o povo mostrou nas urnas. O povo quer que continuem intactos os ideais que fomentaram as diretas já e culminaram com a derrubada do regime ditatorial em janeiro último.

Analisando o nome, o comprometimento dos candidatos e seus programas, podemos notar que, em todo o País, o povo optou por quem defendesse um trabalho de conteúdo social e fez uma opção clara pela modernização administrativa. Em meu Estado, o povo julgou a administração estadual, cuja máquina emperrada foi o principal cabo eleitoral do PTB. Para quem procura uma razão da vitória do Sr. Jânio Quadros, basta que pergunte ao povo o que acha da administração do Governador Franco Montoro.

O resultado das eleições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi uma chamada às responsabilidades àqueles que estão com as rédeas do poder, para que se decidam logo pelas mudanças que prometeram. Na sua maioria, os candidatos eleitos tiveram uma proposta de modernização do efetivo administrativo, a par da condução do Governo para as parcelas mais pobres da comunidade.

E vai ser assim na Assembleia Nacional Constituinte, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Assistimos agora a uma *avant première* daquilo que o povo fará na eleição da Constituinte. O povo quer candidatos que se identifiquem com seus anseios. Que esta eleição fique como advertência ao PMDB, que está muito distante daquele partido aguerrido do passado. Dizemos isto porque, votantes em Tancredo Neves em 15 de janeiro último, também estamos decepcionados com a Nova República.

Houve até agora muita manchete de jornal, muita conversa fiada, mas nada que representasse uma mudança de atitude de Governo. Digo mais, Sr. Presidente: se, antes, o Governo primava-se pelo comprometimento com obras faraônicas, agora temos apenas os faraós, como no passado, porém sem grandes ou pequenas obras. O povo quer ver o fim dos governadores fracos, tíbios e preguiçosos: quer ver o fim de partidos conduzidos pelas espertezas dos que querem apenas o Poder e não o Poder como instrumento de se realizarem os compromissos partidários.

Falo aos progressistas de todos os partidos e acredito que todos eles entendem a minha linguagem. Não adiantou nada ao PMDB criticar o Sr. Jânio Quadros, se não mostrou competência, se suas postulações hoje estão distantes do povo, se a qualidade de vida da população continua cada vez pior, se a inflação cresce e se manipulam dados para acertar as contas do Governo.

Ninguém duvida que o PMDB saiba e conheça os problemas do povo. Durante quase vinte anos, ele pregou isto ao povo. O problema é que, no Poder, o PMDB não mostrou competência maior do que a Arena ou o PDS nas administrações passadas. E é bom observarmos que, se alguns cantam vitórias, outros no PMDB estão cabibaxos. E que a soma de votos em todo o País, um artifício que o PMDB usava para demonstrar, no passado, sua força, não dá ao partido do Governo grandes vitórias.

Mas o que é certo, Sr. Presidente, é que nasce no Brasil uma nova oposição; indenticada com as classes trabalhadoras, com os anseios populares, ela é mais autêntica, porque não nasce sob o clima da farsa, mas propõe mudanças estruturais na sociedade. Quer uma reforma agrária que não seja um engodo, que não seja apenas um instrumento de continuidade da atual situação de injustiça e de escravização do trabalhador rural; quer a divisão do bolo, com a divisão de renda entre aqueles que efetivamente trabalham, e não somente um sistema que privilegia os grandes, os poderosos, os ricos capitalistas e aplicadores nos meios financeiros.

Nasce no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um novo trabalhismo, que representa o compromisso político com a nova realidade brasileira; um País que tem mais de cinquenta por cento de jovens, mais de 70 por cento de população urbana, cerca de 30 milhões de analfabetos. É com este País que o novo trabalhismo está identificado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a luta pela emancipação do povo brasileiro se trava em todos os quadrantes deste País. A ambição dos banqueiros internacionais, que daqui levam todo o produto do trabalho do nosso povo, é hoje, matéria de denúncia e de luta de todo brasileiro consciente da grave situação do País, e daqueles que querem dar um basta à exploração de nossas riquezas por grupos alienígenas.

Essa luta não está restrita à Câmara Federal, às Assembleias Legislativas. Corajosos Deputados combatem os exploradores de nossa Pátria com obstinação e competência, mostrando ao povo que a classe política consciente é o grande instrumento de luta. Esse instrumento se forma nos partidos políticos, que não abrem mão de libertar o País do jugo do capitalismo internacional.

O nosso partido, o PDT, luta aqui e nas Assembleias Legislativas sem tréguas, e é certamente o partido mais atuante na luta em defesa de nossa terra e nossa gente.

Nessa linha de frente, em defesa da Pátria, se encontra o bravo Deputado Estadual Luciano Monticelli, jovem, experiente e grande liderança política no Estado do Rio de Janeiro.

Educador emérito, político de firmes convicções ideológicas, Luciano Monticelli vem pontificando como um líder competente e corajoso.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que passo a ler o discurso que Luciano Monticelli fez na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o qual, por sua importância, quero que fique nos Anais desta Casa.

Passo a ler:

“O Sr. Deputado Luciano Monticelli — Senhor Presidente, o grande sonho pragmático do Ministro Dilson Funaro foi sepultado em Seul pelo Sr. Jacques de La Rosiere, o todo-poderoso gerente-geral do FMI. Funaro esperava sensibilizar os banqueiros internacionais e a própria diretoria do Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de obter maior flexibilidade no ajuste interno da Economia brasileira ditado por eles, que permitisse um crescimento econômico do Brasil, da ordem de 5 a 6% ao ano. Mas o Sr. La Rosiere fez uma careta de aborrecimento e quase defenestra pela janela o nosso candidato Ministro da Fazenda: o FMI não vai abrir mão de suas condicionalidades draconianas em cima do povo brasileiro, e fim de papo. Mas, Sr. Presidente, como nós vemos tudo isso? Temos para nós que as classes dirigentes brasileiras hoje não têm mais nada a ver com o povo brasileiro. Elas estão engajadas num círculo internacional financeiro muito sólido, embora como sócias menores. E, na condição de sócio menor, permanecem invariavelmente em posição subalterna diante dos sócios maiores que as comandam. Nas atuais circunstâncias do Brasil, a espoliação foi levada tão longe, especialmente nestes últimos vinte anos, que levou essas classes dirigentes a se assustarem e a informarem a seus sócios externos que o País corre sérios riscos de convulsões sociais muito grave. Ocorre, Sr. Presidente, que os sócios maiores, embora reconhecendo a procedência das informações e das lamentações de nossas elites dirigentes, recusam-se a atender ao Brasil em razão de um fato muito significativo: o atendimento a nosso País os obrigaria a ter que ceder a todo Território Mundo, que está em situação semelhante. Essa recusa dos centros financeiros internacionais, representados pelo FMI, por outro lado, assusta demais as classes dirigentes brasileiras, porque são as riquezas e as propriedades delas, o seu intocável patrimônio de privilégios, que estão dentro da área a ser convulsionada, enquanto que as propriedades deles lá fora estão mais distantes, mais protegidas pelo seu poderio armado e em regiões socialmente com mais saúde. As classes dirigentes brasileiras, por seu turno, querem ceder às exigências do FMI, porque sabem que, se não capitularem, as represálias anunciadas de fora para cá, também, atingirão muito mais a elas do que propriamente ao povo brasileiro.

Acontece, porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que antes de lambereem as botas do FMI, as elites que conduzem este País querem garantias das classes trabalhadoras brasileiras — que de certo modo representam a totalidade de nosso povo — de que se comprometem com mais paciência e resignação, re-

tardando por alongamento do horizonte de tempo uma melhora geral do comportamento da Economia brasileira, diante da possível e quase utópica retomada no desenvolvimento do Capitalismo mundial que se esfacela a cada dia, desde sua última crise cíclica começada em 1972.

É, justamente para arrancar a resignação e a paciência dos trabalhadores brasileiros, já esgotadas há muito tempo, fala-se no tão decantando “pacto social” ou “entendimentos”, como prefere o Sr. José Sarney.

Ora, Sr. Presidente, que pacto é este que as classes dominantes propõem, quando o Brasil exhibe à consciência do mundo civilizado um contingente de mais de 40 milhões de seres humanos com incapacidade de viver, descendo aos porões da miséria absoluta? Que diabo de “pacto social” é este diante da dureza das estatísticas oficiais de que hoje apenas 8% consomem cerca de 52% de toda produção, enquanto aos 92% restantes cabem somente os miseráveis 48% que sobram? O pacto aí seria, Sr. Presidente, o enquadramento puro e simples da minoria exploradora, que vem engordando às expensas do sofrimento e da fome aguda de milhões de brasileiros ultrajados pela mais crassa das misérias. Aí sim, Sr. Presidente, poderíamos pensar seriamente em sairmos da postura de quatro em que nos encontramos como animais amendrontados, mandando o FMI para as profundas do inferno e o Sr. La Rosiere plantar batatas. Mas a História confirma que os povos costumam perder todas as lutas por pontos: os povos só vencem afinal, por nocaute. O povo brasileiro resistirá até à batalha final, Sr. Presidente.”

Realmente, não se pode pensar em pacto social, quando esse pacto social atinge unicamente a classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Terminado o período de Breves Comunicações, concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, chamou-me a atenção — até mesmo casualmente — a Mensagem nº 551/85, do Exmo. Sr. Presidente da República, enviada ao Congresso Nacional no dia 4 de novembro, que deu origem ao Projeto de Lei nº 6.822/85. Até agora a Liderança do Governo nesta Casa — Câmara dos Deputados — ou no Senado Federal, não se preocupou com o seu conteúdo. A matéria tramita normalmente, sem qualquer pedido de urgência. A proposição, distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e de Economia, Indústria e Comércio — três Comissões permanentes, portanto — terá de receber o parecer desses órgãos técnicos.

Idêntica matéria recebeu, no Governo da Velha República, tratamento mais cuidadoso: o Decreto-lei nº 1.631, de 12 de agosto de 1978, que concedeu o benefício fiscal, vigia apenas até 31 de dezembro de 1979. Mas antes de o prazo esgotar-se foi editado o Decreto-lei nº 1.690, de 1º de agosto do mesmo ano — 1979 — prorrogando essa benesse fiscal até 31 de dezembro de 1985, ou seja, daqui a mais alguns dias.

O Congresso Nacional encerra suas atividades, por força de dispositivo constitucional, no dia 5 de dezembro, quase um mês após o envio da Mensagem de nº 551/85, que, diga-se, não foi sequer apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, e tem ainda pela frente, depois da manifestação das outras Comissões Técnicas, de enfrentar duas discussões em plenário e a revisão pelo Senado Federal.

Tudo isso em menos de um mês, Sr. Presidente do Congresso. Senador José Fragelli, do PMDB, partido que dá sustentação política e congressual ao Presidente da República.

De que trata este projeto de lei, Srs. Congressistas? Trata da isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, incidente nos álcoois etílico e metílico para fins carburantes, da ordem de 5%.

A exposição de motivos do Ministro Aureliano Chaves, da pasta das Minas e Energia, alerta que a falta dessa isenção fará com que os preços do álcool carburante se aproximem bastante do que estabelecido para a gaso-

lina, gerando intranquilidade e repercussão negativas para o Proalcool. Na justificativa, diz o Ministro Aureliano Chaves:

“Cumprir esclarecer que expirado o processo atual de isenção, a partir de 1º de janeiro de 1986, ao nível de consumidor o preço do álcool forçosamente se aproximará do da gasolina, trazendo em consequência, sérias repercussões negativas para o programa, embora consolidado, como é o Proalcool, mas que ainda tem muitos pontos vulneráveis”.

E segue:

“Por outro lado, levando-se em conta que o consumo médio de álcool carburante deverá alcançar, em 1986, o patamar de 700 milhões de litros/dia a partir de janeiro, com a aplicação desse Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis a receita fiscal será de oitenta e quatro bilhões de cruzeiros. Isto posto, “prossigue o Sr. Aureliano Chaves,” considerando ainda os reflexos negativos dessa incidência tributária sobre os consumidores já bastante sacrificados em seu poder aquisitivo, temos a honra de submeter a V. Exª o incluso anteprojeto de lei, prorrogando por mais cinco anos a isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, relativamente a álcool etílico e metílico para fins carburantes.”

Por que não se tratou do assunto com maior seriedade e antecedência? Será que é desejo do PMDB acabar com o Proalcool, para beneficiar as companhias estrangeiras de petróleo, ou a fome monetária da PETROBRÁS, ou desejará esse Governo do PMDB que o custo de vida seja sempre elevado, aumentando a inflação e criando insustentáveis condições internas? Ou querará o Governo valer-se do instituto repugnante do decreto-lei, que, aliás, já voltou ao cenário político e jurídico brasileiro, recentemente?

Diante disso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, cabe-nos apenas uma indagação: trata-se de desatenção ou será proposital essa situação, porque, se não votarmos até o dia 5 de dezembro este Projeto de Lei nº 6.822, que prorroga o prazo de isenção do Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, incidente em álcool etílico e metílico para fim carburante, a partir de 1º de janeiro, o álcool dos automóveis dos taxistas e dos que circulam na rua, terá o mesmo preço do litro de gasolina. Votamos aqui, em matéria de urgência, às vésperas das eleições de 15 de novembro, quando ainda queriam ganhar a eleição em São Paulo, o projeto de lei que dava isenção aos taxistas do pagamento do IPI para aquisição de automóveis a álcool, zero km. Entretanto, até este momento, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara não recebeu o Projeto de Lei nº 6.822, que prorroga por 5 anos o benefício fiscal da isenção do Imposto Único de Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não sei se este desprestígio ao anteprojeto de Aureliano Chaves é porque S. Exª Ministro da Frente Liberal, de Minas Gerais, não é do PMDB, nem tampouco de São Paulo. Não consigo entender como esta mensagem, que tem reflexo no País, até hoje não teve seu pedido de urgência requerido, e que não tenhamos ainda conhecimento de sua importância.

Indago da Frente Liberal o que houve; indago do PMDB o que houve. Ou será — e aí, sim, me parece que se planta com mais força a semente da dúvida — que o Governo deixou no silêncio essa isenção de impostos para que, depois do dia 5, faça com que esta medida seja aprovada por decreto-lei, dando uma justificativa moral pra repristinar esse instituto imoral?

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é fundamental que ainda tenhamos condições de apreciar a matéria. Vou aqui solicitar aos Líderes do PMDB e da Frente Liberal, que compõem a Aliança Democrática, requerimento de urgência para essa mensagem do Poder Executivo nº 551/85 — Projeto de Lei nº 6.822, para que, antes do dia 5 de dezembro, possamos votar a matéria, que traz no seu bojo a prorrogação do prazo de isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, ou seja, sobre o álcool, por mais cinco anos, para que o litro do álcool carburante não custe, a partir

de 1º de janeiro de 1986, o mesmo preço que um litro de gasolina.

Ouçõ o aparte do nobre Deputado Cunha Bueno.

O Sr. Cunha Bueno — Deputado Roberto Jefferson, V. Exª coloca o assunto com o brilhantismo de sempre. Realmente, entedemos sim que o Governo da República quer cobrar impostos, para pagar a ineficiência das empresas governamentais.

O Sr. Odilon Salmoria — V. Exª deve usar o outro microfone.

O Sr. Cunha Bueno — Posso usar este microfone, porque a Oposição não o faz para dar respostas às críticas e acusações que temos feito ao Governo da Nova República. É grave o que V. Exª traz ao Plenário na noite de hoje. Correram para aprovar a isenção de impostos dos carros a álcool para os motoristas de táxis. Entretanto, se essa medida não for aprovada em regime de urgência, teremos novamente, a partir do dia 5, a cobrança do imposto sobre o álcool e a condenação do PROÁLCOOL, quem sabe, a um total isolamento em benefício, sem dúvida, das companhias estrangeiras de petróleo no País e, ainda mais, do próprio Governo, através desse imposto. Portanto, a interogação de V. Exª é muito importante. É oportuno, também, que se pergunte ao PMDB por que não assinar o pedido de regime de urgência para este projeto que salva o PROÁLCOOL no Brasil e também contribui efetivamente para o bolso do trabalhador que, hoje, tem o seu automóvel a álcool. Deixei, propositadamente, nobre Deputado Roberto Jefferson, para fazer mais uma indagação ao Líder do PMDB, nesta noite. Aguardei o dia todo que alguém do partido viesse a essa tribuna explicar como foram apreendidos, dentro de um automóvel do gabinete do Ministro da Cultura, 5 bilhões de cruzeiros em notas falsas, que iriam ser derramadas em Brasília. O automóvel de S. Exª encontra-se detido na Polícia Federal. E é do texto penal que o produto e os instrumentos do crime sejam devolvidos à Fazenda Nacional. Queremos fazer aqui um apelo ao Ministro Dilson Funaro, para que devolva o automóvel que tinha 5 bilhões de cruzeiros falsos ao Ministério da Cultura, que sabemos ser pobre. A cultura precisa ser incentivada no País. A bancada do PMDB não veio dizer se já foi demitido o funcionário que transportava, no automóvel do gabinete do Ministro da Cultura, 5 bilhões de cruzeiros em notas falsas, que seriam derramadas em Brasília esta semana.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Deputado Cunha Bueno, recebi, com muita satisfação, o aparte de V. Exª e incorporo ao meu pronunciamento, mas não quero que o assunto seja desvirtuado para um tema que não seja o da isenção de impostos para o álcool carburante. Recebo a primeira parte do aparte de V. Exª como apoio ao Projeto de Lei nº 6.822, do Executivo, que concita a Liderança do PMDB a requerer urgência, para que possamos ainda votá-lo neste esforço concentrado, requerido, inclusive, pelo Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.

Quanto à segunda parte do aparte do Deputado Cunha Bueno, quando S. Exª relata o fato da apreensão de dinheiro falso num carro do Ministro da Cultura do PMDB, digo a S. Exª que traio a matéria com o devido carinho e respeito para com o Ministro da Cultura. Deve ser fato isolado, um caso policial, que vai ser apurado dentro em pouco. Não posso crer numa acusação e a não chancelaria, só porque um funcionário subalterno, usando carro de um Ministro, seja ele o PMDB, ou de qualquer partido, sendo preso, possa macular a imagem do Ministro e, acima disto, porque é um Ministro da Nova República ou do partido que lhe dá sustentação, o PMDB.

O Sr. Milton Reis — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Divirjo da colocação do Deputado Cunha Bueno e sei que na apuração policial haveremos de encontrar a verdade. Pelo que nos parece, segundo a notícia, de primeiro plano o crime está circunscrito apenas a um funcionário subalterno que usou indevidamente o carro do Ministério.

Ouçõ o aparte do Deputado Milton Reis.

O Sr. Milton Reis — Agradeço a V. Exª a concessão do aparte, bem como a resposta que deu ao nobre Depu-

tado Cunha Bueno. Esclareço a V. Exª que o carro parece ser do Ministério da Cultura. O carro não é do Ministro. O Ministro é um dos mais sérios homens públicos do País. Segundo, esse funcionário é subalterno; informações sobre sua vida já estão sendo levantadas e será imediata e exemplarmente punido. Posso afiançar-lhe em nome do Ministro Aluizio Pimenta.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Deputado Milton Reis, pedi para que não desvirtuassem o tema fundamental do meu discurso, que para mim é mais importante do que um ato isolado, um crime de um funcionário subalterno. Temos que requerer urgência para aprovar o Projeto nº 6.822, — de autoria do Executivo decorrente de exposição de motivos do Ministro Aureliano Chaves, e encaminhado pelo Presidente Sarney no dia 4 de novembro — que trata da prorrogação do prazo da isenção de Impostos sobre o Alcool Carburante, porque tal isenção, por ser benefício legal, se extingue no dia 31 de dezembro, e a partir de 1º de janeiro de 1986 o litro de álcool carburante estará custando o mesmo preço que o litro da gasolina.

Ouçõ o aparte de V. Exª

O Sr. Luiz Sefair — Nobre Deputado, primeiramente quero cumprimentar V. Exª pelo seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, solidarizar-me com a defesa que faz da agilização dos esforços no sentido de que esse projeto seja realmente colocado na Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Faço este registro, porque no dia 5 de dezembro vamos entrar em recesso e o projeto se encontra na Câmara desde 4 de novembro. Se não o votarmos, vai parecer à opinião pública que somos incompetentes, um grupo de gazeteiros, de preguiçosos, que fizemos ouvidos moucos a um dos mais importantes programas sociais deste País. O reflexo da não-aprovação é direto no bolso do contribuinte, e, quando bate no bolso do contribuinte, sua ira se redobra. Por isso, chamo a atenção do Congresso para a importância dessa mensagem do Executivo.

O Sr. Luiz Sefair — Quero dizer a V. Exª que, da minha parte, não faltará a contribuição junto aos meus pares, especialmente junto à Liderança do meu partido nesta Casa, para que ocorra o que V. Exª deseja, que é o que também desejamos. Mas eu me permitiria apenas, porque o assunto foi abordado em hora imprópria, em hora indevida, dizer algo com referência ao que aqui foi exposto pelo Deputado Cunha Bueno, especificamente sobre o episódio que o *Jornal de Brasília* hoje publicou, dando conta de que ontem uma funcionária do Ministério da Cultura foi presa e, no momento da sua prisão, estava utilizando um veículo do Ministério da Cultura. Não vi na notícia a afirmação de que o carro era do Ministro, mas, sim, do Ministério da Cultura. Nem o Deputado Cunha Bueno disse que era do Ministro. Mas, ainda que fosse, as autoridades superiores nada têm a ver com um funcionário subalterno que pratica um crime dessa natureza. Quero dizer que a honorabilidade do Ministro Aluizio Pimenta é a do Ministério que compõe o atual Governo do Presidente José Sarney não deve estar em cheque num momento como este. Quando um funcionário comete um ato dessa natureza, que todos repudiamos, o que esperamos é que a Justiça deste País seja agilizada para punir o culpado, se realmente crime foi praticado, conforme a imprensa noticiou, ou se comprovado que os criminosos são exatamente aqueles autuados em flagrante.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Logo que recebi o aparte do Deputado Cunha Bueno, fiz esta colocação. Não podemos confundir um subalterno agindo por vontade própria com o interesse de um Ministro, com o interesse da República ou com o interesse de um partido.

Sr. Presidente, não me preocupa se, transportando dinheiro falso, a funcionária usava um carro do Ministério. É um ato de crime e é de "intuito personae". Preocupa-me, sim, se ela estava usando carro a álcool. E aí fico preocupado, pois se nós não votarmos em regime de urgência a Mensagem do Executivo, de nº 6.822, a partir do dia 31 de dezembro, o álcool carburante no Brasil estará custando o mesmo preço do litro da gasolina.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como Líder concedo a palavra a V. Exª

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG, Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas...

O Sr. Cunha Bueno — Deputado Raul Bernardo, antes que V. Exª comece seu discurso, que já antevijo brilhante, gostaria somente de esclarecer à Casa que não acusei o Ministro da Cultura de transportar no seu automóvel 5 bilhões de cruzeiros falsos. O que eu disse — e não adianta o PMDB querer subestimar aquilo que está nos jornais de hoje — é que um automóvel do Ministério da Cultura está apreendido na Polícia Federal. E por quê? Porque no seu porta-malas transportava 5 bilhões de cruzeiros em notas falsas. E o que eu disse aqui hoje é que já eram oito e tanto da noite e até então os Deputados do Governo não se lembram de vir a este microfone para dar manifestação à Nação deste ato que considero imoral e ilegal. Em nenhum momento acusei S. Exª o Ministro da Cultura, a quem, aliás, não conheço pessoalmente, mas tenho dele as melhores referências sobre o seu caráter, sobre o seu passado, sobre a sua moral, sobre seu comportamento. Portanto, quero que fique claro que não fiz aqui acusação ao Ministro da Cultura, porque conheço o seu passado. Fiz a denúncia de que um automóvel do Ministério da Cultura está apreendido na Polícia Federal porque transportava no seu porta-malas 5 bilhões de cruzeiros, impressos numa gráfica particular da cidade do Rio de Janeiro, que seriam distribuídas em Brasília. Só denunciei que o carro do Ministério era o portador desse dinheiro, era uma espécie de agente do crime que iria ser praticado. Em nenhum momento, quero deixar claro, falei da figura do Ministro da Cultura, mesmo porque não tenho nada contra S. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Continua com a palavra o nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no nosso entendimento, estão ultrapassadas, sem deliberação desta Casa, as 10 sessões convocadas para a apreciação do Decreto-lei nº 2.159/84. Conseguiu-se, assim, a aprovação desse importante diploma legal, a despeito de toda a campanha de infâmias, calúnias, injúrias e meias verdades que se desencadeou contra os membros do Ministério Público da União e o Governo do ex-Presidente João Figueiredo, responsáveis pela expedição daquele ato legislativo.

Mais uma vez, prevaleceu o bom senso das lideranças políticas no Congresso Nacional, inclusive dos integrantes do PMDB, que, não obstante se tenham empenhado em discutir amplamente a matéria, acabaram por deixar íntegro o ato legislativo, em boa hora expedido, para tornar os membros do Ministério Público efetivamente protegidos contra o arbítrio e os movimentos de ocasião, que pretendam atrelar a nobre instituição a credos e ideologias políticas incompatíveis com a sua destinação constitucional e legal.

Mantendo aquele decreto-lei, o Congresso Nacional praticou ato de sabedoria política, sem impedir, por outro lado, que a questão da constitucionalidade do mencionado ato legislativo pudesse e certamente viesse a ser examinada, no foro competente, que é o Supremo Tribunal Federal, onde a matéria já está sob exame, graças a um mandado de segurança, de alguns interessados na anulação do Decreto-lei nº 2.159/84, e a uma representação de inconstitucionalidade, de iniciativa do atual Procurador-Geral da República.

Sabendo-se, como se sabe, que a rejeição do decreto-lei, se acaso tivesse ocorrido, não anularia as efetivações nem as promoções dos Procuradores beneficiados pelas suas disposições, porque assim determina taxativamente o § 2º do artigo 55 da Constituição Federal, age bem o Congresso Nacional ao se recusar a rejeitar aquele decreto-lei, que, assim, somente poderá vir a ser anulado se o Supremo Tribunal Federal considerá-lo inconstitucional.

Não cabendo ao Congresso Nacional, que não possui jurisdição, julgar da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público, porque essa competência a Constituição deferiu com exclusividade ao Poder Judiciário,

restaria ao Parlamento apenas apreciar, sob-ponto de vista político, se o mencionado decreto-lei deveria ou não continuar em vigor, porque a decisão de rejeitá-lo possui eficácia simplesmente revogatória, que se projeta sobre o futuro. Não o havendo rejeitado, o Congresso Nacional consentiu em que a norma permanecesse em vigor, em decisão acertada, porque, assim agindo, não suprimiu do Supremo Tribunal Federal a oportunidade de vir a apreciar a sua constitucionalidade, para declarar se ele é válido ou não, em face do texto da Lei Maior.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a bancada do PDS, que sempre se empenhou na defesa da independência do Ministério Público, independência que seria afetada gravemente se tivéssemos rejeitado o Decreto-lei nº 2.159/84, quer se congratular com todas as lideranças no Congresso Nacional, porque mais uma vez demonstraram maturidade e sensibilidade política, não se deixando influenciar pelas paixões e pelos desequilíbrios daqueles que, motivados por interesses exclusivamente pessoais ou de grupos, agridem pessoas e instituições, pouco se importando com os prejuízos que daí decorram para a sociedade como um todo.

Passadas as paixões e rejeitados os interesses fisiológicos de uns poucos, que viam na derrubada do Decreto-lei nº 2.159/84 a oportunidade de ocuparem os lugares daqueles que eventualmente viessem a prejudicar na carreira do Ministério Público, devemos proclamar, alto e bom som, que a cúpula daquela nobre instituição, justamente acreditada e respeitada perante os tribunais superiores da República, não será substituída por motivações subalternas, não ensejando, assim, que ascendam à direção do Ministério Público da União pessoas que não demonstraram, ao longo da campanha por eles mesmos desencadeada, o mínimo de equilíbrio que a sociedade exige de todos quantos pretendam agir em seu nome, como fiscais da lei e dos interesses indisponíveis dessa mesma sociedade.

A propósito, para encerrar, vale trazer ao conhecimento desta Casa, que, no curso das sessões convocadas para apreciar a matéria, os membros do Ministério Público Federal, que se empenharam na defesa do Decreto-lei nº 2.159/84, jamais adotaram comportamento desrespeitoso para com os congressistas acaso comprometidos ou inclinados à rejeição daquele diploma legal, o mesmo não se podendo dizer daqueles que combateram o decreto-lei, cujo comportamento, por vezes agressivo e emocional, atingiu as raízes do respeito e da grosseria para com seus adversários de idéias.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do PDS, mais uma vez, se congratula com o Congresso Nacional, a cuja clarividência a sociedade, em geral, e o Ministério Público, em particular, ficam a dever a preservação de uma grande conquista, que foi a de extinguir, definitivamente, daquela instituição, a esdrúxula, precária e aviltante investidura comissionada, que abastardava o Ministério Público e comprometia a liberdade dos cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone, como Líder do PDT.

O SR. JORGE CARONE (PDT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero declarar que, quando falam em eleições diretas-já é preciso imediatamente modificar a legislação. Oitenta por cento dos Srs. Deputados não voltarão a esta Casa. A legislação que aí está é para eleger banqueiros, representantes de multinacionais e grandes industriais. Quero esclarecer, a bem da verdade, que, quando resolvi ser candidato a prefeito de Belo Horizonte, numa prévia davam-me 17% de votos, sem eu ser candidato; a Maurício Campos 42%, e a Sérgio Ferrara, 5%. Que aconteceu em seguida? Prévias compradas e pagas. Elas deram, durante dois meses e meio, a Sérgio Ferrara, 60%; a Maurício Campos, 17%; e a mim, 2%. Com 2% não se consegue nem ajuda para colocar carta no correio. Que aconteceu nesses dois meses e meio? A imprensa falada e escrita foi comprada. Verifiquem V. Ex^{ts} como as televisões e os jornais faturaram. Não havia um espaço que não fosse realmente pago. É preciso mudar isso. Não pode haver prévias eleitorais. As prévias eleitorais prevêm a derrota deste ou daquele candidato. Quero lembrar a V. Ex^{ts} aqui que, na campanha de Sérgio

Ferrara, aparecia Tancredo Neves falando na televisão. "Este é o homem que tem orgulho de pertencer a uma cidade". A campanha de Sérgio Ferrara foi feita com **out-doors**. Tancredo Neves, depois de morto, apareceu e disse: "Este é o meu candidato". E o que aconteceu? A campanha dele cresceu e, por uma série de acontecimentos, depois ela caiu, e caiu muito, crescendo a candidatura de Maurício Campos e a minha. Dois ou três dias antes do pleito já sentíamos isto. Entretanto, quero informar a V. Ex^{ts} que 2.100 boletins — e vou trazê-los aqui — estavam sem assinaturas de fiscais, 200 boletins estavam sem as assinaturas dos mesários e do Presidente da Mesa e 240 boletins não conseguiram passar pelo computador. Existe até a grave suspeita de troca de urnas, e a respeito disso estou providenciando esclarecimentos junto ao Tribunal. Na hora em que eles sentiram que a vitória poderia ser certa — o Deputado Agnaldo Timóteo falou sobre Ibrahim Abi-Ackel; durante 14 ou 16 anos meu nome este nas primeiras páginas dos jornais porque eu havia sido acusado por peculato, apropriação indébita e enriquecimento ilícito — lembrei-me de uma carta endereçada a mim e escrita de próprio punho por Tancredo Neves e comecei a espalhá-la pela cidade para demonstrar a opinião de Tancredo sobre mim. Nesse momento as coisas mudaram e eles tiveram de praticar fraudes. Quando divulguei a carta, retiraram os **out-doors** de Tancredo Neves.

Eis o teor da Carta:

Rio, 28-8-71

Ilmo. Sr

Jorge Carone Filho

Saudações

Só hoje fui informado haver sido arrolado para depor, como testemunha, em processo que ocorre na Justiça de Belo Horizonte.

Acontece, porém, que estou viajando, ainda hoje, para Paris, onde vou representar o Congresso Nacional na próxima Reunião da Conferência Interparlamentar, a realizar-se de 1º a 20 de setembro.

Estarei, pois, impossibilitado, por esse motivo, de encontrar-me este mês em Belo Horizonte, mas tão logo regresso ficarei à disposição para atender à convocação, em dia, lugar e hora que me forem designados.

Conheço-o de longa data e tenho acompanhado de perto o desdobramento de sua vida privada e pública em nosso Estado. Prefeito de Visconde do Rio Branco, Deputado Estadual, Prefeito de Belo Horizonte, em todos esses cargos revelou sempre os seus predicados de leal servidor do povo, sempre animado de caloroso espírito público, que se exteriorava na honestidade do seu propósito e na elevação cívica do seu comportamento.

Homem de luta, sempre ao lado dos humildes e injustiçados, nada mais natural que a sua atuação lhe tenha criado, no curso de sua vida pública, inimizades e ódios, que não lhe têm perdoado o desassombro de suas atitudes, a firmeza de suas convicções e a veemência dos seus pronunciamentos."

Reccebi esta carta quando estava sendo processado. Na época de Médiçis, Tancredo Neves teve coragem.

"Um homem com a sua capacidade de liderança e o seu poder de aliciamento constitui uma permanente ameaça aos usufrutuários da ordem estabelecida, e a sua permanência no cenário da política tornou-se para muitos uma presença incômoda.

Era necessário emudecê-lo e marginalizá-lo. E isto foi feito com todos os requintes do farisaísmo político: difamação, deformação, inquéritos e processos.

A tudo você vem resistindo" — e vou resistir — "com bravura e honra. Aos que o acusam de beneficiário dos cofres públicos, você responde com a sua pobreza honrada.

Aos que pensaram abatê-lo e humilhá-lo, você responde com a infatigável atividade do seu trabalho árduo, fecundo e dignificante. Aos que o supunham proscrito do apreço e da confiança dos homens de bem, você responde com a sua nobre existência, e a cada dia mais estimado, respeitado e admirado.

Esta é a sua legenda e dela você deve orgulhar-se. É o mais rico dos patrimônios que você deixará aos seus filhos. Você se engrandeceu enfrentando os ódios e se enobreceu arrostando a injustiça. Tancredo Neves"

Distribuí cento e poucas mil cartas em Belo Horizonte e eles foram obrigados a fraudar as urnas.

Concederei o aparte ao Deputado Bonifácio de Andrada e depois ouvirei o Deputado Dimas Perrin.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Nobre Deputado Jorge Carone, em primeiro lugar, quero prestar a minha homenagem a V. Ex^a Sou testemunha do seu desempenho, da sua bravura e da sua coragem cívica. Eu o conheço desde Visconde de Rio Branco e das memoráveis lutas em Belo Horizonte e na Assembléia Legislativa, onde V. Ex^a foi um dos mais destacados Deputados e um dos mais destacados líderes. De modo que ao expressar-se dessa tribuna — quando se refere ao saudoso Presidente Tancredo Neves — o faz de forma não só elegante, mas autêntica, enquanto que outros usaram a recordação do Sr. Tancredo Neves para deturpar o voto do povo e, através do apoio de veículos de comunicação, alienar a população de Belo Horizonte a respeito da sua verdadeira opção no tocante à escolha do prefeito daquela grande cidade mineira. Na oportunidade em que homenageio V. Ex^a, quero pedir permissão para fazer referência ao debate relativo à matéria que está em pauta e solicitar ao PMDB que venha a essa tribuna, como o faz V. Ex^a, e esclareça à Casa aquilo que ainda não esclareceu. Permite-me V. Ex^a?

O SR. JORGE CARONE — Pois não.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Do manifesto divulgado pela Associação Nacional dos Procuradores da República consta este trecho:

"Os aspectos positivos do decreto-lei em foco — a transformação de cargos de Subprocurador em cargo de promovimento efetivo, do final das respectivas carreiras, bem como a criação de novos cargos — poderão e deverão ser preservados mediante projeto de lei a ser enviado ao Congresso pelo Poder Executivo, em regime de urgência, transformando os cargos em comissão e ampliando o seu número."

A Associação Nacional dos Procuradores da República é contra o princípio dos cargos em comissão de Subprocuradores e os quer como cargos de carreira. No tocante a esse projeto de lei, até hoje o PMDB não se manifestou, porque, no fundo e infelizmente, é contra a tese central da Associação Nacional dos Procuradores da República. Receba V. Ex^a nossas homenagens pelo discurso que pronuncia.

O SR. JORGE CARONE — Respondendo a V. Ex^a, Deputado Bonifácio de Andrada, acho necessária uma reformulação completa na Justiça com relação aos quadros dos Procuradores.

Nos processos a que respondi os Promotores que me acusavam foram imediatamente promovidos a Procuradores e os que pediram a minha absolvição ficaram esperando oportunidade para serem nomeados Subprocuradores — e não o foram; os Juizes que tentaram condenar-me foram alçados ao Tribunal de Justiça e os que me absolveram aguardaram cinco anos nas listas de promoções e ainda tiveram seus terrenos desapropriados.

Tem razão V. Ex^a Temos que dar total independência aos Procuradores, aos Juizes, aos Desembargadores, para que não fiquem nas mãos dos políticos.

Ouçõ V. Ex^a, o nobre Deputado Dimas Perrin.

O Sr. Dimas Perrin — Ilustre Deputado Jorge Carone, conheço-o há muito tempo, desde quando V. Ex^a era Prefeito de Belo Horizonte e Vereador na mesma cidade. Posso, então, testemunhar sua fibra no trabalho e o seu estilo autenticamente popular de resolver os problemas relacionados aos interesses do povo. Contudo, na última campanha eleitoral, lamentei profundamente a saída de V. Ex^a do PMDB para se lançar candidato em outro partido, mas respeitei a sua posição. Creio que V. Ex^a tem alguma razão no que toca à influência da imprensa e do poder econômico nas eleições. Porém, o que foi decisivo no último pleito em Belo Horizonte, parece-me, não foi

essa força — deve ter havido também isso — mas o bom senso do povo de Belo Horizonte que, num determinado momento, compreendeu que qualquer voto que fosse retirado de Sérgio Ferrara significaria arriscar-se a dar a vitória a Maurício Campos, que representava, na ocasião, a volta do regime autoritário de que ficamos livres com muito sacrifício. Assim, o povo em peso descartou seus votos no candidato do PMDB, Sérgio Ferrara. Agora, rendo homenagem não apenas a V. Ex^a, à sua fibra de trabalhador do povo, mas também à sua esposa e aos seus filhos, como autênticos trabalhadores em favor do nosso povo. Quero dizer que o prezo muito e lamento o que aconteceu. Desejamos que V. Ex^a colabore com o Prefeito Sérgio Ferrara para que ele faça um trabalho autenticamente em favor do todo o povo de Belo Horizonte, como sei que é o desejo de V. Ex^a.

O SR. JORGE CARONE — Nobre Deputado, respondendo a V. Ex^a que o povo de Belo Horizonte ficou realmente esclarecido, mas houve fraude e vou provar isto. Sérgio Ferrara nunca foi de Oposição; nunca fez, como V. Ex^a, pronunciamentos contra o Governo Federal, contra o regime militar. S. Ex^a, fazia parte da "turma da bandinha" na Câmara Municipal, que aprovou e apoiou todos os Prefeitos bionicos. E o seu Vice-Prefeito, Álvaro Antonio, era "Arenão". São "farinhas do mesmo saco", o Sr. Maurício Campos e ele. Não houve diferença, a verdade é esta. Fique V. Ex^a sabendo que a realidade é esta. O povo votou, mas houve muitas mudanças e estou aqui para desafiar quem quer pedir somente. São 2.010 urnas e estou afirmando que muitas foram trocadas. O próprio Deputado Jorge Vargas disse-me que há pouco tempo, quando ele iniciou sua vida pública, um Coronel seu amigo...

O Sr. Aldo Pinto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE CARONE — ...Prometeu-lhe duzentos votos em Minas Gerais. Os votos não apareceram na apuração e o Coronel foi lá e fez com que essa votação surtisse.

(Tumulto no plenário.)

Não adianta querer tumultuar, não tenho medo de cara feia. Estou acostumado com gritos. (Palmas.) Sou homem e vim aqui para lutar.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Aldo Pinto.

O Sr. Aldo Pinto — Nobre Deputado Jorge Carone, os nossos colegas nesta Casa, independentemente do partido a que pertençam, não podem esquecê-lo, a menos que queiram fazer injustiça. V. Ex^a, Deputado Jorge Carone, foi um homem sacrificado, sofreu cassações, passou por tudo o que um homem público poderia sofrer sob o regime ditatorial que viveu neste País. Por esta razão, nós, do PDT, sentimos-nos imensamente orgulhosos por ter tido um homem da competência de V. Ex^a como candidato do nosso partido à Prefeitura de Belo Horizonte. Foram poucos aqui, talvez, aqueles que sofreram, como V. Ex^a, na própria carne, a ação do regime ditatorial que o País, infelizmente, teve de agüentar ao longo dessa noite escura. V. Ex^a, Deputado Jorge Carone, com dignidade e respeito — o que é reconhecido não só pela comunidade de Belo Horizonte, mas pelas de Minas Gerais e de todo o País — indiscutivelmente, foi um dos maiores Prefeitos que Belo Horizonte teve até hoje. Nós, do PDT, registramos, deste microfone de apartes, o nosso aplauso e o nosso agradecimento por V. Ex^a ter exposto seu nome para concorrer na nossa sigla. Nós, Deputado Jorge Carone, que passamos a ser o segundo partido do País, vamos fazer o Presidente desta Nação e V. Ex^a será, sem dúvida alguma, um dos nomes mais importantes na luta que vamos ter dentro em breve. Em nome do meu partido e dos meus colegas cumprimento V. Ex^a, sua esposa e seus filhos, toda a sua família, a quem respeito. V. Ex^a só nos deu motivo de orgulho e de satisfação, e posso deixar bem claro que contamos, mais do que nunca, com o Deputado Jorge Carone, e sua esposa nesta luta que, em breve, teremos, não só em Belo Horizonte, mas em todo o País em busca não das eleições para o Governo do Estado, mas da escolha direta para Presidente da República. Meus cumprimentos, Deputado Jorge Carone, em nome do nosso partido, do meu, do seu, do grande partido nacional que haverá de ser o nosso PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito a V. Ex^a que não conceda mais apartes, pois o seu tempo já está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO ATAÍDE — Serei breve. Deputado Jorge Carone. V. Ex^a é uma pessoa que muito admiro nesta Casa. V. Ex^a tem toda a razão quando reclama da manipulação da imprensa na divulgação de pesquisas que não correspondem à realidade. Sabemos que o poder econômico tem tudo para transformar essas publicações da imprensa e nós, do PMDB do Rio de Janeiro, fomos vítimas disso, porque a imprensa manipulada prestigiou o candidato do Governo estadual durante toda a campanha eleitoral e isso nos trouxe também, como trouxe a V. Ex^a, prejuízos, Deputado Jorge Carone. Quanto aos outdoors do Deputado Ferrara, em que o Tancredo o indicava para Prefeito, quero dizer, meu nobre Deputado, que a coisa evoluiu de maneira tal que aquilo foi uma mensagem psicografada e que o Tancredo "baixou" para indicar o Ferrara e é por isso que o companheiro não teve a indicação do seu velho companheiro.

O SR. JORGE CARONE — Agradeço a V. Ex^a o aparte. E V. Ex^a está certo. Vejo que o companheiro Djalma Bom está hoje contra a posição do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso.

O SR. JORGE CARONE — Porque acompanhou a jogada do Governo. O PT foi o grande beneficiário, disso tudo, pois enquanto eu sentia o povo estar a meu favor...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso.

O SR. JORGE CARONE — ...em dois meses e meio essas pesquisas me colocaram em quarto ou quinto lugar, em Belo Horizonte. Ali o PT foi o grande beneficiário. Nós sabemos disso. O Governo fez o jogo do PT. A verdade é esta, e está mais do que demonstrado.

Muito obrigado e encerro, infelizmente, o meu discurso, porque não posso continuar. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A presidência convoca sessão conjunta, solene, a realizar-se amanhã, às 19 horas neste plenário, destinada à promulgação da emenda constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único do projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1985-CN (apresentado como conclusão do Parecer proferido em Plenário pelo Sr. Senador Hélio Gueiros), rejeitando o texto do Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Sub-procurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Sub-procurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia, nos termos do § 1º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 7ª sessão).

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a palavra, baseada no art. 131 do Regimento Comum, pelo espaço de cinco minutos, para propor uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra o nobre Deputado Raul Bernardo, para uma questão de ordem.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a Presidência do Congresso Nacional reclama elevada postura de magistrado, equidistante das paixões e interesses das diversas correntes político-partidárias em conflito. Vossa Excelência, a egrégia Mesa desta Casa, tem dado esse cunho de imparcialidade e nobreza na direção dos trabalhos, e, é confiante nisso, que levanto a presente questão de ordem.

2. Os arts. 109 e 111 do Regimento Comum, que disciplinam a apreciação do decreto-lei, porque anteriores à

Emenda Constitucional nº 22/82, estão em conflito com o parágrafo 3º do art. 51 da Constituição, precisamente no que respeita à denominada aprovação por decurso de prazo que, antes da Emenda nº 22, tinha tratamento diverso do que atualmente possui. Transcrevemos os arts. 109 e 111 do Regimento Comum:

"Art. 109 Dentro em 5 (cinco) dias da publicação do texto de decreto-lei expedido pelo Presidente da República, na forma do art. 55 da Constituição Federal, o Congresso Nacional deverá realizar Sessão Conjunta destinada à leitura da matéria e constituição da Comissão Mista para emitir parecer sobre a mesma.

Art. 111. Com o Parecer da Comissão, ou sem ele, o decreto-lei será submetido à deliberação do Plenário em Sessão Conjunta, convocada até 40 (quarenta) dias após a sessão destinada à leitura da matéria."

3. Tanto é certo que na doutrina, "Processo Legislativo", 4ª edição, 1985, de Sara Ramos de Figueiredo, publicação do Senado Federal, está dito às fls. 142, *verbis*:

"Atente-se, de logo, para o fato de a norma estabelecida no art. 109 da Lei Interna não mais se coadunar em todo o seu conteúdo com a nova redação do § 1º do art. 55 da Constituição, na forma da Emenda Constitucional nº 11, de 1978.

Prevê o art. 109, citado, a possibilidade do exame do decreto-lei pelo Congresso, após sua publicação no *Diário Oficial*, independentemente do recebimento da Mensagem enviada pelo Sr. Presidente da República. A providência se justificava em face da redação anterior do dispositivo constitucional, que assim rezava:

"Art. 55. ...
§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido por aprovado."

Hoje, a regra do art. 109 é descabível, porquanto a nova norma constitucional torna explícita a competência do Sr. Presidente no sentido de enviar o decreto-lei para o exame do Congresso. A permanência da regra regimental decorre da não-atualização do Regimento Comum às disposições da Emenda Constitucional nº 11, de 1978. Acrescente-se, também, que a Lei Interna do Congresso Nacional não contém ainda as novas prescrições pertinentes à matéria constante do texto constitucional vigente, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1982."

4. Por isso, Sr. Presidente, com surpresa vemos V. Ex^a submeter ao agrêgio plenário desta Casa a matéria referente ao Decreto-lei nº 2.159/84, que operou transformações no Ministério Público da União.

5. O decreto-lei em causa, após a tramitação regular prevista no parágrafo primeiro do art. 55 da Constituição, isto é, *verbis*:

"Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51", sujeitou-se ao parágrafo 3º do art. 51 da Carta Magna, que declara, *verbis*:

"Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na Ordem do Dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, ao final, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado."

6. Ora, Sr. Presidente, no dia 11 do corrente mês, uma segunda-feira, o decreto-lei entrou na Ordem do Dia do Congresso Nacional, em obediência ao dispositivo constitucional que determinou sua inclusão na Ordem

do Dia, automaticamente, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos.

7. Na primeira semana foram consumidas quatro sessões (dias 11, 12, 13 e 14), porque, no dia quinze de novembro, dia feriado, não houve e nem poderia haver sessão convocada, como é óbvio.

8. Na semana seguinte, do dia dezoito ao dia vinte e dois, foram consumidas mais cinco sessões, isto é, uma sessão para cada dia, de maneira automática e sucessiva, como determinado pelo parágrafo 3º do art. 51 da Constituição Federal. É lógico que assim sucedeu, pois, embora ao longo da semana passada o Congresso tenha realizado inúmeras sessões, mais de uma por dia, em face da numerosa matéria constante da pauta de reuniões, somente uma sessão por dia pode ser computada. Desnecessário lembrar aos eminentes membros da Casa que o parágrafo 3º do art. 51 resultou da Emenda Constitucional nº 22/82.

9. Assim sendo, na presente semana, no dia vinte e cinco, completou-se inexoravelmente, constitucionalmente, o ciclo de dez sessões subsequentes em dias sucessivos. Aplicável é, portanto, a parte final do parágrafo 3º do questionado art. 51, *verbis*, "se, ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado".

10. A questão, Sr. Presidente, já foi objeto de questão de ordem, suscitada pelo eminente Senador Hélio Gueiros, na sessão do Senado Federal realizada no dia 1º de novembro de 1985, publicada no *Diário do Congresso Nacional* de 2 de novembro de 1985, páginas nºs 4357 e 4358, de teor seguinte:

"Sr. Hélio Gueiros (PMDB — PA. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ontem, no decorrer da reunião, o eminente Senador Luiz Cavalcante, com base em artigo de jornal, levantou dúvidas sobre a procedência do comportamento da Mesa convocando sessões do Congresso Nacional, quando de antemão deveria saber que não há número. S. Exª — citando sempre o jornal — declarou que uma sessão do Congresso Nacional saía por 500 milhões de cruzeiros e, portanto, era um desperdício o que a Mesa do Congresso Nacional estava realizando.

Não sei, eminente Sr. Presidente, até que ponto essa opinião, baseada em notícia de jornal, possa ter afetado ou mudado o comportamento da Mesa do Congresso Nacional, e é por isso que, respeitosa e, levando essa questão de ordem.

Sr. Presidente, o art. 51 da Constituição Federal declara:

"Art. 51. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal."

E no § 3º diz:

"Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, no final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado."

O art. 55 no seu § 1º estabelece o mesmo rito e procedimento quando se tratar de decreto-lei.

Nessas condições, Sr. Presidente, entendo que a Mesa do Congresso Nacional é obrigada a convocar sessões para apreciação da matéria em pauta. Pouco importa se a Mesa desconfia ou não se vai haver número. O problema não é da Mesa do Congresso Nacional. Acima de notícia de jornal e de opinião de Senador — que se confessou inclusive, jejuno, em Constituição e Regimento e por isso é estranhável que quem se considera jejuno levante uma questão, e esta, a Mesa é obrigada a convocar sessão. Se houver número, muito bem; se não houver a sessão não é para votar. Será apenas para discussão, não há necessidade de *quorum* qualificado, nem de maioria absoluta."

Sr. Presidente, eu desejava levantar esta questão de ordem para dar o meu testemunho também de que não é faculdade exclusiva da Mesa do Senado estar convocando ou deixar de convocar sessão do Senado. Claro que as notícias dos jornais podem incomodar, mas creio que o Congresso Nacional não tem por que temer quando está cumprindo a Constituição e o Regimento. O alto custo da sessão é irrelevante no caso. Posso achar que o carnaval custa caro ao Brasil, mas que o povo brasileiro tem o direito de brincar o carnaval. Posso entender que um feriado também traz muito prejuízo para a Nação brasileira, mas acredito que devemos ter feriado. Acredito até que o sábado e o domingo causem prejuízo à Nação, mas, nem por isso, vou querer cancelar sábado e domingo. Acho que para o funcionamento do estado democrático tem que haver Congresso Nacional custe 5, 10, 100, 300, 500 milhões! O custo não interessa. O Congresso Nacional vale esse preço.

De modo, Sr. Presidente, que é para dirimir a questão e evitar dúvidas que levantei esta questão de ordem, para mostrar que a Mesa do Senado, a Mesa do Congresso Nacional, está constitucional e regimentalmente obrigada a convocar essas sessões do Congresso Nacional. Não importa se haverá ou não *quorum*, porque os projetos só entrarão em mora — para usar essa expressão jurídica — se houver essas sessões previstas pela Constituição Federal."

11. A questão de ordem, Sr. Presidente, foi assim respondida pelo Senador José Fragelli:

"O Sr. Presidente (José Fragelli) — Nobre Senador, a Mesa tem entendido o assunto da mesma forma que V. Exª, tanto que tem convocado essas sessões. E como já tivemos oportunidade de dizer é um procedimento que vem sendo adotado pelo Congresso desde que entrou em vigor esses dispositivos da Constituição, o artigo 51, o qual declara que o Presidente da República poderá enviar ao Congresso projetos de lei dos quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do seu recebimento da Câmara e de igual prazo no Senado Federal. Portanto, trata-se aqui de matéria de aprovação de projetos enviados pelo Executivo, pelo decurso de prazo. E o § 3º da mesma disposição constitucional citado por V. Exª, sem dúvida alguma, exige que as sessões sejam convocadas, para cumprimento do conjunto de dispositivo — digamos assim, — de que se compõe o art. 51 da Constituição Federal. Esse procedimento só poderá deixar de ser adotado, se o decurso de prazo vier a ser, no futuro, abolido. De sorte que é, sem dúvida, pelo desconhecimento desta mecânica e destas exigências do art. 51 da Constituição que têm sido levantadas as dúvidas e desfechadas as críticas contra o procedimento da Mesa do Congresso Nacional."

12. Em conclusão, Sr. Presidente, solicitamos a Vossa Excelência a retirada da ordem do dia de hoje do mal-sinado Decreto-Legislativo nº 28, de 1985, considerando definitivamente aprovado, por decurso de prazo, nos termos do que dispõe o § 3º, do artigo 51, da Constituição Federal, o Decreto-lei nº 2.159, de 1984.

13. Em assim procedendo, V. Exª estará agindo de acordo com os precedentes da Casa, mormente os decididos pelos Senadores Moacir Dalla e Passos Pôrto, publicados no *Diário do Congresso Nacional* de 24 de agosto de 1983 e 25 de junho de 1984, respectivamente.

14. O ex-Presidente Moacir Dalla assim decidiu:

"O Sr. Presidente (Moacir Dalla) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para deliberação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-Leis nºs 2.018, 2.019 e 2.020, de 1983, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 66, 64 e 65, de 1983-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo *in fine*."

15. O Senador Passos Pôrto, presidindo a sessão conjunta de 24 de junho de 1984, foi mais explícito:

"O Sr. Presidente (Passos Pôrto) — "... Eu vou esclarecer que, na hipótese de ser aprovado o decreto-lei, pela aplicação da norma constitucional, o projeto de decreto legislativo a ele referente, quer seja aprovando o decreto-lei, quer seja rejeitando, ficaria prejudicado por haver perdido a oportunidade de nos termos do art. 369, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum."

16. Diante disso, espera-se seja dirimida a questão de ordem, na forma do entendimento aduzido: deve ser considerado definitivamente aprovado o Decreto-lei nº 2.159, de 1984.

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS, preliminarmente, argüi precedentes de deliberações de questões de ordem, no caso, a de V. Exª na Presidência do Senado Federal e invoca outros precedentes.

Sobre precedentes de decisões de ordem há, nos Anais da Casa, uma questão de ordem resolvida pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho, que é o cabal: as deliberações de questões de ordem tomadas pela Presidência do Congresso Nacional não induzem a formação de jurisprudência. Logo, ainda que houvesse decisões inúmeras, ainda que houvesse decisões unânimes de questões de ordem no sentido que interessa à Liderança do PDS, não estaria a Presidência do Congresso Nacional, nesta sessão, obrigada a segui-las, porque a Casa é política e não uma biblioteca de repertórios de jurisprudência.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a Constituição é clara, fala em dez sessões e não em dez dias, o que significa que serão dias sucessivos em que possam haver sessões. Portanto, não se contam os dias em que não possam haver sessões e, além disso, fala em sessões e não em desejo, em intenção de sessões. O art. 29, § 1º, do Regimento Comum, estabelece a condição de número na Casa para que a sessão seja instalada. Não havendo número na Casa, não é que a sessão não se instala; ela não se realiza. Sessão que não se realiza não é sessão. Houve uma convocação e não houve sessão. Por exemplo, nos dias 13 e 14 de novembro não houve nenhuma sessão no Congresso Nacional. Poderia ter havido. Terão sido convocadas, mas, não tendo havido *quorum*, não se instalaram, não se realizaram sessões.

Assim, os argumentos supostamente invocados pela Liderança do PDS não conduzem à conclusão que ela gostaria. Se fosse neste sentido, a Constituição, em texto exposto — e, aí sim, o intérprete não pode violar — falaria em dez dias sucessivos, não em dez sessões em dias sucessivos. Não está ultrapassado o prazo, não está aprovado; ao contrário, deve ser submetido a votos o decreto-lei nesta sessão. (Palmas.)

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tenho que responder à questão de ordem, já levantada e contraditada.

O Sr. Bonifácio de Andrada — É matéria nova.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não se trata de matéria nova, mas exatamente da matéria já levantada. Permita-me dar decisão a respeito.

Lida no dia 9-9-85 às 18:30 horas

Incluído em Ordem do Dia em 30-10-85 — deixou de ser apreciado por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

Tramitação em regime de urgência:

1ª sessão: 11-11-85 — 18:50 h.

2ª sessão: 12-11-85 — 19:00 h

Nos dias 13 e 14 de novembro não houve sessões conjuntas do Congresso Nacional porque, devido às eleições do dia 13, não houve número para realização de sessões.

Dia 15 — feriado.

Dias 16 e 17 — sábado e domingo.

3ª sessão: 18-11-85 — 18:47 h.

Dia 19-11-85 — Não foi realizada por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos na sessão anterior.

4ª sessão: 20-11-85 — 19:55 h.

Dia 21-11-85 — Não foi realizada porque a sessão de votação da Proposta que convoca a Assembleia Nacional Constituinte prolongou-se até 3:00 h do dia 22.

Dia 22-11-85 — Não foi convocada por causa da votação, no Senado, da Proposta que convoca a Assembleia Nacional Constituinte

5ª sessão: 25-11-85 — 18:45 h.

6ª sessão: 26-11-85 — 19:10 h.

Esta, portanto, é a sétima sessão. Não tendo sido realizada essas sessões, pelas razões alegadas, indefiro a questão de ordem de V. Exª.

O Sr. Raul Bernardo — Decidindo assim, Sr. Presidente, V. Exª está desrespeitando o art. 51, § 3º, da Constituição. Não desejo discutir com V. Exª, mas indeferindo minha questão de ordem, V. Exª não está atentando para o fato de que a Constituição diz que "cada projeto será incluído automaticamente em regime de urgência, em sessões subsequentes, em dias sucessivos". É obrigatório.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, não cabe discussão com a Mesa. A questão de ordem foi decidida.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sr. Deputado, eu indefiro a questão de ordem. V. Exª tem o direito de recorrer, se assim o desejar.

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o art. 132, do Regimento Comum, não concordando, data venia, com a respeitável decisão de V. Exª, na questão de ordem por mim suscitada, respeitosa e justamente dela recorro para a Colenda Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a que pertence.

Em razão da matéria, requiro a V. Exª a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, para que fique sobrestada a sua decisão, na forma do que prevê o art. 449 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicável à espécie, no meu entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (José Fragelli) — O parágrafo primeiro do art. 132 declara que este recurso não terá efeito suspensivo. Portanto, (palmas.) ... sem efeito suspensivo.

O Sr. Raul Bernardo — É constitucional, Sr. Presidente, o recurso está em mãos de V. Exª e solicito que lhe dê encaminhamento devido.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Será dado o encaminhamento ao recurso de V. Exª, sem efeito suspensivo, nos termos expressos do parágrafo primeiro, do art. 132.

O Sr. Raul Bernardo — Agradeço a V. Exª pelo seguimento do meu recurso à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Exª será atendido

O Sr. Bonifácio Andrada — Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, faço uma indagação à Mesa e quero defender um ponto de vista, no tocante a essa mesma questão de ordem. Nos arts. 109 e 110 do Regimento Comum diz-se que "o decreto-lei será votado através do decreto legislativo." Quer dizer, ao invés de se colocar em apreciação no Congresso Nacional

o decreto-lei, coloca-se um projeto de decreto legislativo. Ora, sabe muito bem V. Exª que o Regimento Comum é lei, é a nossa lei interna, e regulamenta a Constituição, a qual, através do Regimento Interno é que se aplica dentro do Congresso Nacional, na área relativa do Regimento Comum. E sabemos, Sr. Presidente, que o projeto de decreto legislativo, como está nos arts. 109 e 110 diz respeito a matéria relativa a projeto e projeto de decreto legislativo, qualquer que seja ele, para ser promulgado tem que ser aprovado pelo Congresso Nacional. Quer dizer, em se tratando de Congresso Nacional refere-se às duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Caso contrário, o decreto legislativo não seria um, mas apenas meio projeto. Ora, o Regimento Comum, nossa lei interna, entendeu que o decreto-lei deve ser apreciado pelo Congresso Nacional, através de decreto legislativo. Portanto, se o decreto-lei deve ser apreciado pelo Congresso Nacional, através de decreto legislativo, é lógico que o projeto de decreto legislativo, de acordo com o Regimento Comum e com os regimentos subsidiários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, decreto legislativo, para ser aprovado, terá que passar pelas duas Casas do Congresso Nacional; do contrário não poderá ir à promulgação, porque não terá apreciação de uma das Câmaras do Congresso Nacional.

Então, pergunto a V. Exª se o decreto-lei será colocado em votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal?

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Para contraditar, Sr. Presidente.

A lei da Casa — o Regimento Comum — estabelece, no art. 43, § 1º:

"O voto contrário de uma das Casas importará rejeição da matéria."

Qual é a matéria? O Regimento Comum, no art. 110 e particularmente no art. 111, diz qual é a matéria objeto de deliberação textualmente. Diz o art. 111:

"Com o parecer da Comissão, ou sem ele, o decreto-lei será submetido à deliberação..."

É a matéria decreto lei e não a forma decreto-legislativo que é submetida à deliberação. Se a Câmara dos Deputados rejeita o decreto-lei na substância, aprovando o decreto legislativo na forma, a matéria decreto-lei estará rejeitada e não será submetida ao Senado Federal porque já terá sido rejeitada por uma das Casas. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A matéria referida pelo nobre Deputado Bonifácio de Andrada é questão meramente regimental.

O procedimento adotado para as deliberações nas sessões conjuntas das duas Casas do Congresso Nacional em nada difere daquele adotado quando as matérias são submetidas em Casas separadas. Este o entendimento da Lei Interna, que rege nossos trabalhos, ao estabelecer, em seu art. 43, que, nas deliberações, os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão sempre computados separadamente.

Assim, do mesmo modo que se dá quando as duas Casas se reúnem separadamente, a matéria rejeitada numa delas não vai à revisão da outra.

Vale lembrar que somente na vigência do atual Regimento Comum e que a tramitação dos decretos-leis passou a ser feita em sessão conjunta. Anteriormente a matéria era submetida separadamente em cada uma das Casas e, tendo ocorrido alguns casos de rejeição de decretos-leis na Câmara dos Deputados, não foram eles submetidos à revisão do Senado (Decreto-Lei nº 346, encaminhado através da Mensagem nº 10, de 1968 — Decreto-Lei nº 347, encaminhado através da Mensagem nº 11, de 1968 — Decreto-Lei nº 350, encaminhado através da Mensagem nº 61, de 1968).

A constituição, o § 1º do art. 55, estabelece que: "O decreto-lei será submetido... ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará..."

Nos termos, portanto, da norma constitucional, a decisão do Congresso Nacional, embora manifestada através de um projeto de decreto legislativo, conforme dispõe o art. 110 do Regimento Comum, recai, realmente,

sobre o decreto-lei. O projeto de decreto legislativo é apenas o instrumento que consubstancia essa decisão.

Assim, se a manifestação da Câmara dos Deputados, 1ª Casa a ser chamada para a votação, for no sentido de rejeitar o decreto-lei, embora tenha, para esse fim, que aprovar um projeto de decreto legislativo, há de prevalecer essa decisão, uma vez que, mesmo havendo manifestação em contrário do Senado Federal, a decisão sobre o decreto-lei não se alteraria — seria considerado rejeitado por não ter conseguido a aprovação nas duas Casas.

Esse o entendimento que vem sendo adotado em todas as deliberações semelhantes, cabendo citar, por exemplo, a apreciação dos Decretos-Leis nºs 2.012 e 2.024, ambos de 1983, rejeitados pela deliberação da Câmara que aprovou, respectivamente, nas sessões conjuntas dos dias 8 de junho e 21 de setembro de 1983, os projetos de Decreto Legislativo nº 67, de 1983-CN e 72, de 1983-CN, que concluíam pela rejeição dos decretos-leis, não sendo eles — os projetos de Decreto legislativo — submetidos à deliberação do Senado.

E não é só quanto aos decretos leis que o caso ocorre. Lembrem-se os Srs. Congressistas que o mesmo procedimento e adotado no referente aos "requerimentos de destaque para rejeição" de partes da proposição principal, como acabamos de ver na tramitação da proposta que deu origem à Emenda Constitucional nº 26, hoje promulgada.

Na deliberação dos destaques, foi aprovado, na Câmara, aquele que pretendia a rejeição da expressão "pelo princípio de antiguidade", constante do § 3º do art. 4º do substitutivo da Comissão Mista.

Aprovado o destaque na Câmara, considerou-se rejeitada aquela expressão, dispensado o pronunciamento do Senado

Este, apenas, um dos inúmeros casos ocorridos e que a Presidência se dispensa de enumerar.

Por todos estes fundamentos, a Presidência indefere a questão de ordem do nobre Deputado Bonifácio de Andrada. (Palmas.)

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, quero fundamentar o meu recurso.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, não pode haver complementação de questões de ordem.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Estou com a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Posso receber o recurso de V. Exª, mas não há discussão sobre decisão de questão regimental. (Palmas)

O Sr. Bonifácio de Andrada — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE — Se V. Exª quer recorrer, recebo o seu recurso sem efeito suspensivo, mas a discussão sobre essa questão...

O Sr. Bonifácio de Andrada — É justamente isso. Quer dizer que V. Exª deslocou a questão para matéria constitucional. Por isso, cabe-nos o recurso. V. Exª deslocou do decreto legislativo, que não vai ser votado.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, não cabe dialogar com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A questão é regimental

O Sr. Bonifácio de Andrada — A questão é regimental na palavra de V. Exª

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, receba o recurso, e passaremos à votação.

O Sr. Bonifácio de Andrada — V. Exª declara que o assunto é decreto-lei e não decreto legislativo. Ora, decreto-lei é Constituição, por conseguinte, matéria constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O processo da matéria é uma questão regimental. A questão já está decidida, não cabendo, portanto, discussão. Indefiro a questão de ordem de V. Exª.

O Sr. Bonifácio de Andrada — V. Exª citou decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Exª vai recorrer da decisão?

O Sr. Bonifácio de Andrada — Recorro da decisão de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Recebo seu recurso, sem efeito suspensivo.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Mas como matéria constitucional, porque V. Exª assim focalizou.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não como matéria constitucional. Não posso receber o recurso de V. Exª

Vamos passar à votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28 ..

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, lavro nosso protesto. Protesto!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — ... apresentando como conclusão do parecer proferido em plenário pelo Sr. Senador Hélio Gueiros, rejeitando o texto do Decreto-lei nº 2.159 de 30 de agosto de 1984, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho e dá outras providências.

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem..

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que explicito ao Plenário se vai colocar em votação, tal como ocorreu em votação anterior, o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, que rejeita o decreto-lei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sim, vamos colocar o Projeto de Decreto Legislativo nº 28 em votação.

O SR. RAUL BERNARDO — É ele que será colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Exato. Os Srs. Deputados que o aprovam ...

O Sr. Walmor de Luca — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Exª a palavra para formular uma questão de ordem.

O SR. WALMOR DE LUCA — (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª determinou que a votação fosse feita pelo processo eletrônico. É praxe da Casa, insisto, fazer soar as campainhas com antecedência, para prevenir os Srs. Parlamentares que estão trabalhando em seus gabinetes, cumprindo, por consequência, as determinações de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nobre Deputado, vou colocar a matéria em votação, que será simbólica, como é o caso. Se for requerida verificação de votação, procederei de acordo com o que V. Exª vem de dizer

O SR. WALMOR DE LUCA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação a matéria. (Pausa.)
Aprovada

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, requero verificação de votação, com base no art. 45, § 1º, do Regimento Comum

O SR. AIRTON SOARES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há voto contrário. Como requerer verificação de votação?

O SR. RAUL BERNARDO — Eu votei contrariamente

O SR. AIRTON SOARES — V. Exª não se manifestou; não pode haver verificação de votação.

O SR. RAUL BERNARDO — Eu fiquei de pé e votei contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Vou suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campainhas para se proceder à verificação de votação.
Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 21 horas e 36 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está reaberta a sessão

É bom esclarecer ao plenário que os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o projeto de decreto legislativo, rejeitando o decreto-lei, e os Srs. Deputados que votarem "não" rejeitam o projeto de decreto legislativo, aprovando o decreto-lei.

De acordo com o art. 177 do Regimento Interno, a votação far-se-á pelo sistema eletrônico. A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares.

Srs. Líderes, registrem no dispositivo próprio, frontal à bancada, seu número de identidade parlamentar. Queiram acionar, simultaneamente, a chave, que se encontra sob a bancada, e o botão preto, conservando-os pressionados até que seus votos sejam iluminados no apregoador.

Os Srs. Líderes já podem votar.

Srs. Deputados, registrem, no dispositivo próprio, frontal à bancada, seu número de identidade parlamentar e selecionem seus votos.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados, inclusive Líderes, que acionem simultaneamente a chave, que se encontra sob a bancada, e o botão preto, até que a luz amarela indicativa se apague.

O Srs. Deputados já podem votar.

(Procede-se à votação pelo registro eletrônico dos votos)

VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB.

Amazônia

Arthur Virgílio Neto — PMDB
Carlos Alberto de Carli — PMDB;
Mario Frota — PMDB
Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS
Francisco Sales — PMDB
Leonidas Rachid — PDS
Mucio Athayde — PMDB
Orestes Muniz — PMDB

Pará

Ademir Andrade — PMDB
Arnaldo Moraes — PMDB
Brabo de Carvalho — PMDB
Carlos Vinagre — PMDB
João Marques — PMDB
Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB.

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB
Heraclito Fortes — PMDB
Jonathas Nunes — PFL.

Ceará

Alfredo Marques — PMDB
Antônio Moraes — PMDB
Chagas Vasconcelos — PMDB
Evandro Ayres de Moura — PFL

Furtado Leite — PFL
Lucio Alcantara — PFL
Manuel Viana — PMDB
Moyses Pimentel — PMDB
Orlando Bezerra — PFL
Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB
Assunção de Macedo — PMDB

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB
Carneiro Arnaud — PMDB
João Agripino — PMDB
Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB
Cristina Tavares — PMDB
Egídio Ferreira Lima — PMDB
Geraldo Melo — PMDB
Herberto Ramos — PMDB
Inocêncio Oliveira — PFL
Jarbas Vasconcelos — PSB
José Carlos Vasconcelos — PMDB
Mansueto de Lavor — PMDB
Maurílio Ferreira Lima — PMDB
Miguel Arraes — PMDB
Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Fernando Collor — PMDB
Geraldo Buihães — PMDB
Manoel Afonso — PMDB
Renan Calheiros — PMDB
Sergio Moreira — PMDB

Sergipe

Batalha Gois — PMDB
Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Antonio Osório — PTB
Domingos Leonelli — PMDB
Fernando Gomes — PMDB
Fernando Santana — PCB
França Teixeira — PFL
Francisco Pinto — PMDB
Genebaldo Correia — PMDB
Haroldo Lima — PC do B
Jairo Azi — PFL
Jorge Medauar — PMDB
José Lourenço — PFL
Marcelo Cordeiro — PMDB
Raul Ferraz — PMDB
Virgildásio de Senna — PMDB.

Espirito Santo

Hélio Manhães — PMDB
Max Mauro — PMDB
Myrthes Bevilacqua — PMDB
Nyder Barbosa — PMDB
Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT
Alvaro Valle — PL
Bocayuva Cunha — PDT
Carlos Peçanha — PMDB
Clemir Ramos — PDT
Daso Coimbra — PMDB
Dello dos Santos — PDT
Denisar Arneiro — PMDB
Figueiredo Filho — PDS
Jacques D'Ornellas — PDT
JG de Araujo Jorge — PDT
José Eudes — PSB
José Frejat — PDT
Lazaro Carvalho — PFL
Léo Simões — PFL

Leonidas Sampaio — PMDB
 Márcio Braga — PMDB
 Roberto Jefferson — PTB
 Sérgio Lomba — PDT
 Simão Sessim — PFL.

Minas Gerais

Cassio Gonçalves — PMDB
 Dario Tavares — PMDB
 Dimas Perrin — PMDB
 Fued Dib — PMDB
 Jairo Magalhães — PFL
 João Herculino — PMDB
 Jorge Carone — PMDB
 Jorge Vargas — PMDB
 José Carlos Fagundes — PFL
 José Maria Magalhães — PMDB
 José Ulisses — PMDB
 Juarez Batista — PMDB
 Junia Marise — PMDB
 Luiz Dulci — PT
 Luiz Baccarini — PMDB
 Luiz Guedes — PMDB
 Luiz Sefair — PMDB
 Manoel Costa Junior — PMDB
 Marcos Lima — PMDB
 Mario Assad — PFL
 Mario de Oliveira — PMDB
 Melo Freire — PMDB
 Navaro Vieira Filho — PFL
 Nylton Velloso — PFL
 Oswaldo Murta — PMDB
 Paulino Cicero de Vasconcelos — PFL
 Pimenta da Veiga — PMDB
 Raul Belém — PMDB
 Ronan Tito — PMDB
 Resemburgo Romano — PMDB
 Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB
 Airton Soares — PMDB
 Alberto Goldman — PCB
 Aurelio Peres — PC do B
 Bete Mendes — PT
 Cardoso Alves — PMDB
 Carcy Passos — PMDB
 Del Bosco Amaral — PMDB
 Djalma Bom — PT
 Doreto Campanari — PMDB
 Flávio Bierrenbach — PMDB
 Francisco Amaral — PMDB
 Francisco Dias — PMDB
 Gastone Righi — PTB
 Horacio Ortinz — PMDB
 Irma Passoni — PT
 Israel Dias Novaes — PMDB
 João Bastos — PMDB
 João Herrmann Neto — PMDB
 Marcio Santilli — PMDB
 Marcondes Pereira — PMDB
 Mario Hato — PMDB
 Mendes Botelho — PTB
 Nelson do Carmo — PTB
 Pacheco Chaves — PMDB
 Paulo Zarzur — PMDB
 Plinio Arruda Sampaio — PT
 Raimundo Leite — PMDB
 Ralph Biasi — PMDB
 Roberto Rollemberg — PMDB
 Samir Achoa — PMDB
 Theodoro Mendes — PMDB
 Tidei de Lima — PMDB
 Ulysses Guimarães.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB
 Fernando Cunha — PMDB
 Genesio de Barros — PMDB
 Joaquim Roriz — PMDB
 Juarez Bernardes — PMDB.

Mato Grosso

Macio Lacerda — PMDB
 Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Edson Garcia — PFL
 Rosário Congro Neto — PMDB
 Ruben Figueiro — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL
 Alencar Furtado — PMDB
 Amadeu Geara — PMDB
 Anselmo Peraro — PMDB
 Aroldo Moletta — PMDB
 Celso Sabóia — PMDB
 Hélio Duque — PMDB
 Irineu Brzezinski — PMDB
 José Carlos Martinez — PMDB
 José Tavares — PMDB
 Léo de Almeida Neves — PDT
 Norton Macedo — PFL
 Oswaldo Trevisan — PMDB
 Paulo Marques — PMDB
 Pedro Sampaio — PMDB
 Renato Bernardi — PMDB
 Santinho Furtado — PMDB
 Santos Filho — PDS
 Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL
 Ivo Vanderlinde — PMDB
 Odilon Salmoria — PMDB
 Renato Vianna — PMDB
 Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT
 Amaury Müller — PDT
 Floriceno Paixão — PDT
 Hurry Sauer — PMDB
 Ibsen Pinheiro — PMDB
 Iraja Rodrigues — PMDB
 João Gilberto — PMDB
 Jorge Uequet — PMDB
 José Fogaça — PMDB
 Matheus Schmidt — PDT
 Nadyr Rosseti — PDT
 Paulo Mincarone — PMDB
 Pedro Germano — PDS
 Siegfried Heuser — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL
 Mozarildo Cavalcanti — PFL.

VOTAM "NÃO" OS SRS DEPUTADOS

Piauí

Ludgero Raulino — PDS.

São Paulo

Estevam Galvão — PFL
 Maluly Neto — PFL
 Natal Gale — PFL
 Ricardo Ribeiro — PFL.

O Sr. Raul Ferraz — Sr. Presidente, para uma questão de ordem sobre a votação

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra o nobre Deputado Raul Ferraz.

O SR. RAUL FERRAZ (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes que V. Ex.^a proclame o resultado, faça um apelo ao PDS para que compareça a este plenário para votar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito aos Srs. Deputados que não votaram que declinem o Estado e o seu voto. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Pará

Lúcia Viveiros — PDS

Pernambuco

Oswaldo Lima Filho — PMDB

Espírito Santo

Stêlio Dias — PFL

Rio de Janeiro

Sebastião Ataíde — PFL

Wilmar Palis — PDS

Goiás

Tobias Alves — PMDB

Mato Grosso do Sul

Saula Queiroz — PFL

Paraná

Renato Loures Bueno — PMDB

Rio Grande do Sul

Júlio Costamilan — PMDB

Oswaldo Nascimento — PDT

Rosa Flores — PMDB

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O resultado já foi apurado: 221 votos sim, 5 votos não.

Não houve quorum. A votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca Sessão conjunta a realizar-se amanhã as 19 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 6/85-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 52 minutos.*)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUEIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS.

**3ª Reunião, realizada em
18 de junho de 1985**

Às dezesseis horas do dia dezoito de junho de mil novecentos e oitenta e cinco na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Roberto Wypych e os Senhores Deputados Octávio Cesário, Saramago Pinheiro, Pacheco Chaves e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Galvão Modesto, Jorge Kalume, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides Paio, Marcondes Gadelha e Carlos Lyra e os Senhores Deputados Augusto Treim, Oswaldo Lima Filho, Dirceu Carneiro, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente, após discurso de abertura, concede a palavra ao Dr. Marcus Peçanha, Presidente da Associação Nacional de Defensores Agrícolas — ANDEF, que enfatiza a necessidade do setor agropecuário de utilizarem defensivos agrícolas para aumentar e garantir a produção.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença do depoente e dos demais membros da Comissão e determina que as notas taquigráficas tão logo sejam traduzi-

das e revizadas sejam publicadas, em anexo, á presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá á publicação.

ANEXO Á ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS. COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Os objetivos desta Comissão são perfeitamente conhecidos de todos os componentes da mesma. Nós, hoje, vamos ouvir uma exposição feita pelo Dr. Marcus Peçanha, engenheiro agrônomo, formado em Lavras, em 1958, e que é Diretor da Divisão Agrícola da Shell Química e é, ao mesmo tempo, Presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

Devo comunicar á Comissão que, de acordo com a indicação feita pelo Líder do PMDB, o Deputado Oswaldo Lima Filho, substituirá o Senador Martins Filho como relator da Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Marcus Peçanha, convidando-o para vir á mesa e fazer a sua exposição; em seguida, passaremos a algumas interpelações que foram feitas pela nossa assessoria técnica e franqueremos a palavra aos membros da Comissão para que façam as perguntas necessárias.

PALESTRA

O SR. MARCUS PEÇANHA — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Três pontos devem ser destacados como amplamente reconhecidos pela nossa indústria:

1) Os defensivos adequadamente utilizados são ainda indispensáveis á manutenção da produtividade agrícola, bem como da extrema importância ao controle de endemias na área de Saúde Pública;

2) O uso dos defensivos devem se restringir rigorosamente á situação em que se constate sua absoluta necessidade, na preservação dos investimentos procedidos pelos agricultores ou no controle das endemias.

3) Controles alternativos, inclusive através de agentes biológicos, devem ser perseguidos pelas áreas de pesquisa da indústria e ou órgãos públicos, visando á futura substituição de parte dos produtos químicos, dentro de um quadro realista de alternativas válidas e comprovadas.

Como primeiro item devemos nos perguntar o porquê das indústrias de defensivos:

a) Porque as perdas anuais mundiais em alimentos, pela ação de pragas, ervas e doenças, são calculadas em valores próximos a US\$ 350 bilhões;

b) Porque, no Brasil e segundo cálculos divulgados pelo Ministério de Agricultura, as perdas nas principais culturas, do plantio á colheita, se situam nos seguintes índices:

	%
Trigo	27% da produção total
Algodão	30
Soja	30
Feijão	33
Milho	40
Café	42
Cacau	44
Cana	44

c) Devemos lembrar ainda a excepcional participação dos defensivos no controle de doenças transmissíveis tais como a Malária, mal de Chagas e recentemente a Febre Amarela. Segundo dados da ONU, somente o uso do

DDT evitou, no período de 1961/71, centenas de milhões de casos de malária no mundo, salvando 15 milhões de pessoas da morte prematura. Deve-se ainda ter em mente o controle de ratos, bem como insetos domésticos, tais como baratas, pernilongos, pulgas, assim como outros insetos transmissores de doenças.

Segundo a FAO/ONU/Banco Mundial, em resolução publicada, incentivava países a diminuir em 15% as perdas das safras devidos ás pragas, doenças e ervas daninhas, o que significará um aumento de produção adicional de 100 milhões de toneladas de cereais por ano, ou o dobro da produção brasileira.

Devemos ainda levar em consideração a explosão populacional, crescendo diariamente 200.000 novas bocas a serem alimentadas, ou dobrando a população mundial a cada 30 anos. Como contribuição efetiva dos defensivos para o Brasil podemos citar:

a) Controle de broca do café nos anos 40, que aniquilava nossa economia, pois as exportações, naquela época, do café, representavam valores próximos a 70% de nossa exportações.

- b) Controle do gafanhoto migratório;
- c) Controle de ferrugem do café;
- d) Controle das pragas da cotonicultura;
- e) Controle da malária e mal de Chagas;
- f) Controle das pragas de solo nas principais culturas.

2) O que é a Indústria de Defensivos?

A nível mundial representa um mercado de 15 US\$ bilhões, sendo que o Brasil representa de 4 a 5% deste total.

A distribuição do consumo se dá no seguinte percentual

	%
EUA	27
Japão	12
França	7,8
Rússia	5,1
Brasil	5,0
Alemanha Oriental	4,0
Itália	3,4

Em termos de consumo por área, temos as indicações:

Japão	10 kg/ha
EUA	5,5 kg/ha
Inglaterra	3,5 kg/ha
Brasil	0,8 kg/ha
América Latina, como um todo,	0,2 kg/ha

O mercado brasileiro se situa por volta de 720 US\$ milhões, ou próximo de 5% do mercado total mundial.

As empresas ligadas ao setor investem hoje, inclusive na área de controle biológico, valores ao redor de US\$ 1 bilhão anualmente, visando a obtenção de produtos mais eficientes e mais seguros ao homem e ao meio ambiente.

3) Mercado de Trabalho — o que representa o mercado de trabalho?

Segundo dados publicados, existem hoje no Brasil cerca de 36.000 engenheiros agrônomos, sendo 8.000 desempregados. O setor ligado á Defesa Sanitária, no que concerne á iniciativa privada, abriga hoje em seus quadros cerca de 1.200 agrônomos, mais de 500 técnicos agrícolas, devendo ser considerado ainda cerca de 400 agrônomos e 200 técnicos agrícolas ligados á rede de distribuição e assistência técnica, trazendo o total de empregos diretos a engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas a números ao redor de 2.300.

4) Processo de Obtenção de Defensivos

Do modo como é divulgado, tem-se a idéia que um produto para ser obtido e atingir o mercado, passe por um processo rápido, frouxo e barato.

Temos a considerar que para cada 15.000 moléculas pesquisadas, apenas uma chega ao mercado, após uma média de 8 a 10 anos de pesquisa e a custos no valor de US\$40/50 milhões sem ser considerado aqui, os investimentos na área de fabricação. Após este tempo e este custo, deve-se resaltar que, no Brasil, se exige de 1 1/2 a

3 anos de análise dos dados apresentados para se obter, para nossas condições, o registro dos produtos, devendo ser lembrado ainda que todo o dossiê toxicológico é entregue, em caráter confidencial, ao Ministério da Saúde. Devido aos altos custos de pesquisa e ás elevadas pressões ambientais, corre-se o sério risco de, em futuro próximo, haver total desinteresse das empresas pelo setor, reduzindo-se dramaticamente o nível de investimentos na área de pesquisa, representando esta situação sério risco á manutenção da produtividade agrícola, pela restrição aos produtos existentes, e não lançamento de novos produtos, retratando a total impossibilidade de se justificar, a nível empresarial, novos investimentos neste setor.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, do total de produtos desenvolvidos no mundo (910) apenas 20%, ou seja, 182 são registrados no Brasil e destes apenas 95, efetivamente, utilizados.

Temos 3.000 formulações registradas para as diversas culturas, comparando a 35.000 existentes nos EUA.

5) Polêmica Sobre os Defensivos

Os defensivos agrícolas são basicamente questionados em 3 pontos: preços, intoxicação na aplicação e contaminação de alimentos e meio ambiente.

5.1 Preços — 50 a 60% dos componentes dos defensivos agrícolas são ainda importados pela impossibilidade econômica de aqui serem produzidos. Temos, então, que substancial parte do custos dos defensivos são reajustados, a cada dia, pela desvalorização diária do cruzeiro.

Temos, para o período de Jan 83 a Maio de 85, apenas como exemplo, as seguintes variações:

- Aumento de preços dos Defensivos autorizados pelo CIP — 1.050%
- Inflação do período — 1.84%
- Desvalorização Cambial — 2.068%

Creio que este quadro pode perfeitamente refletir nossa posição atual.

5.2 Intoxicação de aplicadores

Recentemente um engenheiro agrônomo de São Paulo publicou que 43 000 pessoas eram intoxicadas por hora, no mundo todo, por defensivos.

Um rápido cálculo nos daria que, em 1 ano, uma população de 376 milhões de pessoas estariam se intoxicando. Disse ainda que no Brasil 100.000 pessoas são intoxicadas anualmente.

As afirmações extremamente mentirosas e infelizes. Tomemos o R.G. do Sul, Estado que tem revelado elevado critério na apuração de acidentes. O que temos em 1984: — e apenas destacando o ano de 84. — 192 casos de intoxicação.

Se considerarmos por absurdo que todos os Estados tenham o mesmo nível de intoxicações, mesmo aqueles em que a agricultura é incipiente, teríamos, no Brasil, um número de intoxicações próximo a 4.000 pessoas, das milhões ligadas á atividades agrícolas, lidando diariamente com os produtos.

Se considerarmos o número de acidentes no Brasil, considerada como área crítica, e terceiro maior produtor de alimentos, podemos imaginar o absurdo da afirmação do Engº Agrônomo, bem como outras afirmações correntes na imprensa.

Vemos ainda que, em 1984, foram constatados, no R.G. do Sul, 17 vítimas fatais. Caso sejam válidos os mesmos percentuais encontrados no Paraná, pode-se considerar que 10 destes casos seriam provocados por ingestão voluntária de produtos ou suicídio e os 7 casos restantes, obviamente, pelo uso inadequado dos produtos.

Apenas como termo de comparação, gostaríamos de citar dados da Fundação de Amparo a Tecnologia e Ambiente de Santa Catarina, onde relata que no Estado, na região de exploração de carvão, morrem 11 mineiros por mês, em uma população de 15.000, vítimas de pneumiose, ou seja, intoxicação provocada pela exploração do carvão. Ou que, em apenas um final de semana, no carnaval, morreram nas praias da Baixada Santista 50 pessoas afogadas. Vamos, então, dar melhores condições de vida aos mineiros, ensinar os banhistas a nadar, ou, numa atitude simplista, fechar as áreas de exploração de carvão, e interditar as praias? Gostaríamos ainda de citar dados publicados pela Secretaria de Saúde do R.G. do

Sul, onde relatam todos os casos de intoxicações ocorridos de 1980/1984 sendo:

	%
Medicamentos	30
Picada de animais	20,5
Prod. Industriais	12,2
Domissanitários	10,7
Inseticidas domésticos	8,5
Defensivos Agrícolas	6,3

O que não entendemos é que sendo um dos menores índices de intoxicações, o assunto venha tendo uma tão ampla repercussão, revelando uma atitude de extrema hostilidade a este setor de relevante importância na preservação da produtividade agrícola.

5.3 Contaminação de Alimentos

O que precisa ser esclarecido, inicialmente, é a diferença básica entre resíduo aceitável e contaminação.

Todos os produtos consumidos, hoje, tem resíduo de alguma substância. O que precisamos saber é se este resíduo é danoso ou não à saúde. Por isto são fixados parâmetros internacionais de doses diárias aceitáveis, refletindo para cada produto o que pode ser ingerido diariamente por uma pessoa, durante toda a vida, sem malefícios à sua saúde.

Exemplificando — A aplicação de paration metílico em macieiras vai gerar um resíduo que, para o homem se intoxicar, terá de ingerir, imediatamente, após a aplicação de 180 a 300 kg de maçã, e todas em seguida.

Temos em mão, como exemplo, relatório de análise de resíduos de defensivos agrícolas, procedido pelo convênio Cientec — Finep no R. G. do Sul com participação da Ceasa, Emater e Cibrazem, no período 1982/83, no qual centenas de análises foram procedidas sem que fosse detectado, para os principais produtos, qualquer resíduo acima da tolerância. Temos ainda análises procedidas no início do ano de 1984 até março de 1985, pelo Departamento de Química Vegetal da Superintendência Agropecuária de Minas Gerais, não tendo revelado índices anormais de resíduos de defensivos agrícolas em verduras, frutas e legumes comercializados na central de abastecimento de Minas Gerais, bem como índices extremamente baixos e declinantes em áreas como São Paulo, revelando estes índices, a parcela daqueles produtores que usam inadequadamente os produtos.

Temos ainda denúncias levantadas por engenheiro agrônomo em São Paulo sobre pesquisa realizada pelo Itai, indicando contaminação de alimentos, denúncia esta prontamente refutada pela Sociedade Brasileira de Ciências e Tecnologia de Alimentos (SBCTA) que diz: "Analisando a pesquisa do Itai, realizada em 1980/81, encontrou índices de contaminação muito abaixo dos limites considerados perigosos para a saúde humana. Esta análise levou em consideração os limites estabelecidos pelo Comitê Internacional Conjunto das Nações Unidas — o Codex Alimentarius, que reúne a FAO e a Organização Mundial de Saúde".

O que vemos, na realidade, são pessoas talvez despreparadas divulgando informações que trazem em seu bojo intranquilidade à população, principalmente urbana. Na hipótese de se detectar índices anormais ou acima dos estabelecidos como aceitáveis cabe uma ação educativa dirigida ao produtor ou à região que porventura estejam usando produtos inadequadamente. Esta é uma atitude racional e inteligente seguida pelos países mais evoluídos do mundo.

Concluindo, podemos colocar a seguinte questão: existem alternativas válidas e comprovadas para se eliminar o uso adequado dos defensivos agrícolas?

A curto e médio prazo não existe alternativa. A alternativa chama-se fome, dizem os técnicos internacionais.

A ciência procura intensamente meios alternativos de controle de pragas, doenças e ervas daninhas, mas é muito difícil descobrir métodos que possam abolir completamente o uso dos defensivos agrícolas.

Alguns resultados positivos foram conseguidos! Hoje não se usa, por exemplo, inseticidas para combater a broca da cana, pois o controle biológico dá um resultado excelente. No entanto, a cana-de-açúcar é o segundo mercado brasileiro de herbicidas!

Podemos citar também a cultura do trigo, onde a EMBRAPA, criando em laboratório inimigos naturais e

soltando-os no campo, conseguiu diminuir drasticamente o uso de inseticidas contra o pulgão do trigo. Mas o que fazer com o grande número de doenças que atacam essa cultura? Ainda o fungicida é a melhor alternativa!

O bicudo do algodoeiro, recentemente constatado no Brasil, é conhecido nos USA há mais de 90 anos. Apesar de investimentos maciços em pesquisa, os americanos ainda não conseguiram um controle alternativo e, hoje, são obrigados a gastar um terço de todas as suas despesas com inseticidas somente contra essa praga. Não devemos esquecer que as pragas são mais antigas que o homem. Em 1845, o ataque de uma doença causada por um fungo, destruiu as plantações de batata da Irlanda e causou a morte de 250.000 pessoas e forçou outras 2 milhões a migrarem para a América.

Em 1916, a Alemanha sofreu o ataque dessa mesma doença e 700.000 pessoas (a maioria velhos e crianças) morreram de fome.

No século XVI, a Silésia foi dizimada por um ataque de gafanhotos.

Grande contribuição tem sido dada pelos defensivos à humanidade.

O que deve ser considerado é que o defensivo mal-usado, ou aplicado em desacordo com as recomendações técnicas, bem como a proteção adequada do aplicador, pode ter conseqüências indesejáveis merecendo então a designação de "agrotóxico".

Finalmente, e como Presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, tenho como responsabilidade indeclinável envidar todos os esforços no sentido que nossas associadas invistam na divulgação do uso adequado, racional e somente quando necessário do defensivo agrícola como instrumento indispensável à manutenção da produtividade agrícola, dando ao produtor rural tranquilidade quanto à preservação de seu elevado investimento na produção de alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de dar a palavra aos membros da Comissão que se inscreveram para falar, passarei às mãos do ilustre expositor alguns quesitos, que foram feitos pela Assessoria Técnica da Comissão e pediria a S. Sª que respondesse resumidamente, em função do nosso problema de tempo.

O SR. MARCUS PEÇANHA — A primeira pergunta é a seguinte: "O aumento do número de pragas, 22 espécies, não inviabiliza, a longo prazo, o uso de defensivos? Lembraríamos que no período de 64/69, o aumento de consumo de defensivos foi de 421%, mas as 15 principais culturas aumentaram somente 4,9, nesse mesmo período".

Acho o seguinte: o primeiro ponto, o problema de pragas. Não há, como foi citado ou deverá sê-lo futuramente, o aumento do número de pragas. O que houve foi um aumento da pesquisa sobre pragas, isso foi citado pelo Professor Moriconi, que é o maior entomologista brasileiro, hoje, e alega, se amanhã fizermos uma pesquisa na Amazônia, certamente o número de pragas aumentará e muito, é uma área ainda não pesquisada, à medida que a pesquisa é feita, evidentemente, novas pragas aparecerão e novas pesquisas serão feitas.

Quanto ao aumento dos defensivos e de produtividade agrícola, é claro que os defensivos não aumentam a produtividade agrícola, eles mantêm a produtividade obtida. Então, a produtividade agrícola vem através do fertilizante adequado, do bom preparo do solo, da semente certificada, dos tratos culturais. Se tudo isso for conseguido, mas não tiver uma proteção adequada, certamente a produtividade cairá, ele não aumenta a produtividade, ele mantém a produtividade obtida.

Pergunta — "Como é encarado o fato de que produtos proibidos ou de uso restrito em países, tais como os Estados Unidos e Alemanha, sejam livremente comercializados e utilizados no Brasil?"

O primeiro ponto é o seguinte: No Brasil, temos uso restrito de todos os produtos. O que é bom para a Alemanha não é necessariamente bom para o Brasil, o que é mau para a Alemanha não é necessariamente mau para o Brasil.

Podemos citar o caso, que é bastante comentado, sobre o caso dos organoclorados; esses produtos, hoje, são extremamente restritos no Brasil e usados em casos que ainda não temos alternativas. Exemplo, cultura da

cana de açúcar, tratamento de soja. Tenho comigo aqui, relatório produzido pelo IAA, mostrando uma redução, em São Paulo, de 40% da produção de cana em áreas não tratadas. Controle de formigas. Hoje, temos três formigueiros por habitantes, no Brasil sob controle. Não existe outro produto que tenha as características desse produto. Não existe formiga na Alemanha, não existe cana na Alemanha, não existe café, não existe cacau na Alemanha. Então, a atitude de independência nossa deve ser de analisar esses produtos à luz da necessidade do Brasil e sim tomar decisões pelos nossos técnicos, não aceitar que técnicos de fora digam ao Brasil o que é bom ou ruim. Agora, se há um produto restrito mundialmente por problemas toxicológicos, cujo uso é comprovadamente pernicioso, não conheço nenhum produto no Brasil, hoje, registrado, sendo vendido. Acho que é uma atitude de independência de nossos técnicos analisar todos os produtos existentes e identificar se esse produto é absolutamente necessário dentro de nossas condições.

Apenas como exemplo, esses produtos que foram extremamente importantes no passado, como BHC, DDT que, através da nova tecnologia foram produtos hoje, banidos do uso agrícola porque existem alternativas viáveis hoje, muito mais seguras, econômicas e que dão o respaldo à produtividade agrícola.

Pergunta — "Qual sua posição sobre a exigência do receituário agrônomo?"

Total A indústria apóia o uso do receituário agrônomo, achamos que a transposição do espírito do receituário agrônomo para uma prática é bastante complicada. Achamos que há Estados que possam ter realmente condições de aplicar em determinadas áreas, há Estado que é absolutamente impossível, porque o que prevê o receituário agrônomo, em tese, é que surgiu ocorrência de pragas, o primeiro agrônomo deve ir verificar que praga é, determinar a área para aplicação, voltar à cidade, prescrever o receituário e vender o produto. Temos áreas que que temos um agrônomo e 10, 15 mil produtores agrícolas, ou esse receituário vai ser emitido no balcão, ou é impossível fisicamente se dar cobertura; em teoria, aprovamos totalmente o uso do receituário agrônomo, acho que é uma evolução que deve ser ampliada, temos restrições à praticabilidade do receituário agrônomo, não temos a menor restrição.

Pergunta — "As grandes indústrias estão investindo em controle biológico, quanto, em quais linhas, quanto foi gasto comparativamente, no mesmo período em pesquisa com produtos químicos?"

Resposta — Não tenho esses dados, mas posso apenas dar um exemplo que tenho comigo, a Hoechst é uma companhia alemã, em convênio com o governo alemão, ela fez investimento, durante 2 ou 3 anos, de 10 bilhões de dólares só na área de controle biológico e desativaram pela impossibilidade de se conseguir os resultados práticos. Fico a dever a resposta quanto ao investimento, porque não tenho esse dado, mas posso tentar obtê-lo e mandá-lo posteriormente à Comissão.

Pergunta — "Quais as principais culturas no que se refere à utilização dos defensivos agrícolas?"

Resposta — Certamente, o maior consumo de defensivos é o mercado de soja e algodão, seguido provavelmente do de café.

O SR. CARLOS LYRA — Cana-de-açúcar.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Cana-de-açúcar também. É Soja, algodão... cana-de-açúcar e café, são as quatro mais importantes hoje; temos também arroz e citricultura pela expansão que houve. Essas são as principais culturas que devem representar valores acima de 60, 70% de consumo, certamente.

Pergunta — "Quanto exporta a indústria de defensivos agrícolas?"

Resposta — No ano de 1983, o último dado que tenho, exportamos 58 milhões de dólares e importamos 162 milhões de dólares, dá praticamente o líquido de 100 milhões de dólares.

O SR. CARLOS LYRA — (Fora do microfone) — E a substituição está sendo feita...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Tenho também o número que indica uma evolução crescente da partici-

pação da produção nacional. Em 1975, a importação era de 68,4% e a produção local de 31,6. Em 1983, temos 22% de importação e 77,5 de produção local do produto acabado. Houve, realmente, uma grande evolução, uma economia de divisas pela produção local e com consequente mão-de-obra sendo envolvida no processo.

Pergunta — “Quais os principais itens da pauta de exportação da indústria defensiva, qual o valor? Quais os principais fornecedores?”

Resposta — O principal item na exportação de indústria de defensivos hoje, são os fungicidas, que são exportados basicamente para os países da América Latina e para outros países da Europa, inclusive até para a Austrália. O valor está compreendido naqueles valores, não tenho separado por setor, mas seria por volta de 68 milhões de dólares, e os principais fornecedores nessa área seriam a que é uma produtora e a Dupont, porque elas têm produção local e exportam bastante este produto.

Pergunta: — “Tem alguma sugestão para melhorar o controle a nível de comercialização da utilização de defensivos agrícolas?”

Resposta: A nossa sugestão, primeiro, é uma extensão rural extremamente bem elaborada. É a única maneira, a única fonte de se conseguir chegar ao produtor.

No caso do defensivo agrícola, ele tem uma grande parcela ligada à educação do usuário.

Temos um caso concreto agora, que fizemos uma experiência no Sudoeste do Paraná, em que fechamos uma área e demos uma educação intensiva aos aplicadores. Conseguimos acidentes zero. Então prova que o homem educado, o homem levado à informação correta, ele se utilizando dos conhecimentos, ou aplicando corretamente o produto, o nível de intoxicação cai a grau praticamente inexpressivo, que é o que ocorre nos países mais evoluídos.

Então, como podemos levar isso, como melhorar? Através da educação, através de uma extensão rural muito forte, e através do Governo Federal, estadual, municipal e da própria indústria, também, produzindo materiais de educação, palestras, audiovisuais, que, neste meu mandato, pretendo investir substancialmente nesta área, porque acredito firmemente que na questão do defensivo, a grande parcela se situa na educação do usuário e nas responsabilidades definidas por setor.

Então, o que achamos? Achamos que o produtor deve ter um nível de responsabilidade, que o revendedor tenha a sua parcela, o agrônomo, que subscreve a receita, tem a sua parcela de responsabilidade e o produtor rural também, para que o aplicador tenha o uso adequado do produto, orientado por esse produtor rural. Que o produtor possa dar algum tipo de estímulo, para que esse homem use adequadamente o produto, para que ele use o protetor na hora da aplicação.

Então, achamos que a segmentação das responsabilidades nos setores traz, no final, uma complementação da responsabilidade global, conseguindo reduzir dramaticamente os problemas que possam existir, em termos de intoxicações e mau uso do produto.

O SR. JOSÉ FREJAT — Em que município foi feita essa experiência.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Sanga Guarani. Fizemos um projeto tentando trazer os acidentes a zero.

O SR. CARLOS LYRA — Qual foi a organização?

O SR. MARCUS PEÇANHA — A ANDEF, através de uma organização.

Nós conseguimos trazer o resultado a, praticamente, zero, o número de acidentes, contaminação e de intoxicações.

Inclusive, nobre Deputado, se V. Ex^a quiser posso mandar detalhes dessa experiência.

Pergunta: — “Tem alguma sugestão para o estabelecimento de legislação, visando a punir responsáveis pela poluição química, propaganda enganosa ou pouco esclarecedora do uso de defensivos agrícolas?”

Resposta: Somos totalmente favoráveis a uma lei federal rígida, em que haja responsabilidades definidas e penalidades definidas. É a única maneira que se tem de ter um segmento saudável e que possa trazer uma contribuição muito grande ao produtor rural, o grande esque-

cido. Porque essa problemática de defensivos agrícolas se discute muito, mas o produtor nunca é ouvido, ele tem que ser ouvido, porque realmente ele precisa dar a sua contribuição.

Então, na elaboração de uma legislação, temos que ter todos os segmentos envolvidos, para que possam dar a sua contribuição, para se ter uma lei que seja harmônica e efetiva, para que possa ser cumprida. Não se criar uma lei que, realmente, não possa ser implementada.

Achamos que deve ser uma lei rígida, a duras penas para o infrator e com segmentação de responsabilidades.

Não adianta atribuir todo o problema à indústria, não adianta atribuir todo o problema ao produtor rural. Existe uma série de pessoas no intervalo, que têm que ser penalizadas ou tem que ser acionadas, para complementação da responsabilidade global do caso. Inclusive as próprias autoridades na fase de educação do aplicador rural.

Pergunta: — “Quanto, em média, gastam as empresas produtoras de defensivos em pesquisa? Onde é feita essa pesquisa, quanto gastam em divulgação e tecnologia? E quanto em propaganda?”

Resposta: As empresas hoje, mundialmente, aplicam mais ou menos um bilhão de dólares na pesquisa básica, ou seja, em torno de 5% ou pouco mais.

O SR. CARLOS LYRA — Na indústria mundial, incluindo a Rússia?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Temos poucas informações da Rússia em termos de pesquisa.

O SR. CARLOS LYRA — E quanto representam os Estados Unidos?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Os Estados Unidos representam 25% do mercado.

O SR. CARLOS LYRA — E na pesquisa?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Os Estados Unidos devem investir, hoje, por volta de 300 a 400 milhões de dólares, que é uma área em que investem mais.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Nesse quadro, para aproveitar a oportunidade, qual é a despesa do investimento feito no Brasil em pesquisa?

O SR. MARCUS PEÇANHA — A pesquisa básica, para ser centralizada, é preciso uma síntese. A síntese do produto é feita nos grandes laboratórios, porque ela tem que ser centralizada. Vou dar o exemplo da minha empresa: a empresa em que trabalho tem mais ou menos 500 a 600 PhD centralizados numa situação de pesquisa, pesquisa da molécula.

O SR. CARLOS LYRA — Onde?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Na Inglaterra.

Assim que V. Ex^a consegue obter o produto, ele é distribuído para o mundo, para ser testado em condições de campo. Por exemplo, no Brasil, não adianta termos dados de pesquisa da Rússia, porque lá temos invernos rigorosos, condições de clima diferentes, pragas diferentes.

Então é necessário que esse produto seja trazido na sua forma já final, ao Brasil, e testado aqui, em condições locais.

Então a parte, normalmente, que entra nessas empresas é — não na parte de síntese — mas de extensão do produto, de registro e uso do produto. Aí é que entra, realmente, a despesa das empresas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. S^a tem esses números do Brasil?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não tenho, mas posso mandar para V. Ex^a

É fácil, nós podemos calcular, mas não posso ser exato. Hoje se pesquisa Investimento na parte de pesquisa e desenvolvimento de campo, pode representar neste País 3% do faturamento.

O SR. CARLOS LYRA — E a parte biológica, vocês abandonaram?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não. Temos pesquisas biológicas.

Existem pesquisas biológicas intensas hoje nos laboratórios de síntese.

O SR. CARLOS LYRA — Porque, na cana-de-açúcar, tem melhorado muito e, praticamente, no Nordeste, a chamada cigarrinha foi controlada biologicamente. Antigamente, era negativo o agrotóxico nesta atividade.

O SR. MARCUS PEÇANHA — A aplicação do defensivo na cultura de cana ...

O SR. CARLOS LYRA — Só o herbicida ...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exatamente. Era uma aplicação difícil de ser feita, cara e o controle biológico veio resolver o problema.

O SR. CARLOS PEÇANHA — Resolveu o problema no meu Estado de Alagoas.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Então temos hoje, em termos de controle biológico, biológico controle efetivo, cana-de-açúcar, o grão de trigo e controle da cigarrinha de pastagem.

Funciona dentro de determinadas condições de tempo, porque se se aplicar o controle biológico com muito sol, com muita chuva, se tem problema. Então hoje, efetivamente, se tem isso.

Agora, acho que a pesquisa deve ser voltada ao controle biológico, é uma realidade que tem que ser. Agora, hoje, não existe o controle biológico efetivo contra a maioria das pragas, essa é a realidade hoje, mas a pesquisa deve ser direcionada neste setor, porque ele é menos poluente, ele pode ser extremamente efetivo, apenas o tempo de obtenção de um controle biológico, de um agente, realmente, é bastante longo, e independente de se criar um inseto.

O SR. CARLOS LYRA — Só na cana-de-açúcar ...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Então, em termos da parte de pesquisa de campo, temos a média de 2% a 3% de faturamento. Então, temos, por volta, hoje, de 20 milhões de dólares empregados na parte de desenvolvimento da pesquisa local. Esse é um número aceitável.

O SR. AUGUSTO TREIN — Quanto V. S^a diz nós, está se referindo à totalidade das empresas...?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não, o total é 700 milhões de dólares, é o faturamento de todas as empresas.

A aplicação hoje, na parte de pesquisa e desenvolvimento local, é de 2% a 3% do faturamento.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O que V. S^a denomina como pesquisa local, há laboratórios ou não?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Existem laboratórios não para síntese, existem laboratórios que pegam o composto e passam a fazer um desenvolvimento de dosagem, formulações, toda essa parte de infra-estrutura posterior à elaboração da molécula.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Então é uma pesquisa destinada à aplicação?

O SR. MARCUS PEÇANHA — É, fixação de dosagem...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quer dizer, substitutivos, toxidez, nada disso é investigado?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Tudo é investigado. Nós trazemos todo o pacote, já com 8 ou 10 anos de pesquisa, isto entregue aos técnicos daqui, ao Ministério da Agricultura, que analisam todos os dados e fixam, todos os parâmetros para esse produto ser comercializado ou não no País, de acordo com as necessidades do País. Se se chegar a um determinado produto, que não há interesse para o Brasil, ou que o risco benefício seja menor do que seria desejado, simplesmente esse produto não será usado aqui, não precisa ser usado, ou há um sucedâneo muito mais atrativo.

Agora, a pesquisa básica tem que ser centralizada, é a economia de escala. Jamais poderemos ter laboratórios

de síntese espalhados pelo mundo todo, porque não afeta a característica do produto. O que afeta a característica do produto é o uso do produto em condições de campo — isso é outro problema, aí é que tem que ser testado. Um produto pode ser excelente para controlar uma erva na Austrália, e ser péssimo no Brasil.

Pergunta: "Quantos empregos diretos e indiretos a indústria de defensivos proporciona ao Brasil?"

Resposta: Eu já dei a resposta na minha palestra: por volta de 2 mil e trezentos empregos para técnicos e engenheiros agrônomos.

Pergunta: "Quais as formas de controle e fiscalização adotadas pelo Executivo junto à indústria de defensivos agrícolas?"

Resposta: Acho que é total. Além da fiscalização local das fábricas, existe a vigilância absoluta sobre rótulos, sobre qualidade de produtos, a amostragem colhida, análise; todo produto, quando está fora de especificação em termos de rótulo, ou em termos de especificação do produto, ou qualquer outro, ele é simplesmente apreendido e a firma pode ser autuada; ou as duas hipóteses: ou essa firma — o que geralmente não corre — agiu por dolo ou não. Se ela agiu por dolo, realmente não é possível aceitar. Agora, muitas vezes, na própria formulação de papeladas, um produto pode sair com componentes a mais ou a menos; evidentemente isso é um erro na própria formulação: mas, normalmente, o índice de apuração de resultado é bastante aceitável dentro do que se espera.

Essas são as respostas, eu não sei se teria mais alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Terminamos a primeira parte, vamos agora passar ao debate.

Vamos dar a palavra ao primeiro membro da Comissão que se inscreveu, que é o Sr. Relator, Deputado Oswaldo Lima Filho. Eu pergunto a V. EX B9 se deseja fazer uma exposição ou deseja fazer uma pergunta?

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu desejo formular todas as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Chamo a atenção para o tempo, porque temos cinco inscritos para fazer as indagações.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A primeira indagação é a seguinte: As empresas, que o depoente representa, vendem defensivos agrícolas para uso por avião.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Nossa empresa, especificamente, não.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas as empresas que o Senhor representa?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Sim, são usos, vamos dizer, registrados no Ministério da Agricultura dentro...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O Senhor julga que esse uso é perigoso à saúde das populações ou não?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Desde que aplicado corretamente, não.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O que o senhor chama de corretamente?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Só em áreas pré-determinadas, em áreas que não haja moradias e que não haja rios ou qualquer outra área urbana.

Eu vou dar um exemplo típico: eu vou pegar uma fazenda como a Itamarati, em que há um plantio de 50 mil hectares. Não há possibilidades de se fazer aplicação que não seja aérea, não há tempo hábil, existe uma área completa, não há risco, não há casa, não há nenhum obstáculo; a aplicação é feita sem maiores problemas nessa área, obviamente, a aplicação em pequenas propriedades perto de cidades, perto de córregos, é indesejável.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Então o Senhor reconhece que só seria seguro o uso por aviões em áreas desabitadas, que de resto são muito raras no País.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Eu acho que cada caso é um caso. Teria que ser analisado, primeiro, deveria ser feita uma pesquisa da área em que vai ser aplicado, e posteriormente por questões de segurança que justificasse tal aplicação.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Outra indagação...

O SR. CARLOS LYRA — Quanto ao vento, o horário é muito importante. É muito importante pesquisar a hora que ele seja aplicado.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu creio Senador, eu até hoje não conheço nenhuma área no Brasil desabitada que possa ser objeto de pulverização por DDT ou BHC que não haja seres humanos ou rios que possam ser contaminados. Eu acho, talvez, no Amazonas lá nas florestas...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Realmente, eu acho que a própria aplicação do BHC, DDT estaria fora...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu pergunto se o depoente tem conhecimento de alguma indústria no Brasil que fabrique ou comercialize, ou de qualquer forma, produza derivados de BHC para qualquer uso pesticida ou de defensivo ou de herbicida.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Quanto ao problema do BHC, eu posso responder pela área agrícola. Na área agrícola esses produtos são proibidos, então se há outro uso, parece-me que o BHC ainda é utilizado em termos de controle de "mal de chagas", das endemias rurais. Mas para uso agrícola, ele é banido.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E os herbicidas usam ou não usam BHC?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não, o BHC é um inseticida.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E nos herbicidas, qual é o produto utilizado?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Bom, eu não estou entendendo...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Os herbicidas...

O SR. MARCUS PEÇANHA — São vários produtos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quais são? O Senhor poderia dizer?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Nós temos a *perfluralina*, nós temos *blades*, *jesaparte*, *jesaprin*, há dezenas de herbicidas usados.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não, isso são nomes comerciais, eu digo a base são clorados?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não, não são clorados.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quais são as bases usadas?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Nós temos a *cianasina*, *perfluralina*, nós temos uma série de produtos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E *paraxon*?

O SR. MARCUS PEÇANHA — *Paraxon* sim.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — *Propanil*, *tiocarbonato*...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Sim.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — *Crisalina*, *trifluralina*, *bifosfato*, *diuron*, todos altamente tóxicos, não é?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Sim.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Agora, indago ainda do depoente, como representante das empresas, das indústrias de defensivos, como vê a proibição de fabricação e da comercialização de organoclorados no País e de mercuriais, de defensivos, inseticidas, para-

sitizadas salvo mediante prévia autorização do órgão fiscalizador?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Concordo. Eu acho que os produtos mercuriais estão banidos, não existem mais. E os organoclorados, como já citei na minha palestra, têm uso extremamente seletivo. Então vamos pegar hoje um determinado produto, o *aldrin*, que é um produto bastante comentado. Ele tem apenas cinco usos, hoje, registrados no Brasil: esse produto é usado para tratamentos em batatas na Inglaterra, é nos Estados Unidos de uso extremamente seletivo. Então os usos hoje desse produto são extremamente seletivos, onde não há alternativas válidas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O *aldrin* é usado geralmente também no plantio de banana no Brasil?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exato, são cinco usos autorizados: touceiras de banana, tratamento de solo, formiga, e tratamento de torrões em reflorestamento. Não são usados em folhagens nem culturas alimentares. A sua aplicação tem absoluta necessidade, principalmente na cana-de-açúcar, de um período residual um pouco mais longo, porque se você o aplicou não poderá aplicá-lo novamente. Então, uma das exigências desse produto, é que ele tem efeito residual um pouco mais longo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Pergunto ao depoente se produtos do nome comercial, como o *Radiatox*, *Paration* e *Folidol* se são, ainda, vendidos no País?

O SR. MARCUS PEÇANHA — São vendidos em todo o mundo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — No Japão estão proibidos há 15 anos.

O SR. MARCUS PEÇANHA — São vendidos em todos os outros países desenvolvidos do mundo — menos no Japão.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — No Japão estão proibidos...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Agora, posso citar que o uso do *Paration* é um dos produtos, inclusive, registrado, em quase todos os países do mundo. Não sei a restrição feita no Japão.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — No Japão, eles são proibidos, posso lhe informar.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Na Europa e nos Estados Unidos, eles são usados. É um produto barato e extremamente efetivo. É um produto que não tem nenhuma restrição de ordem toxicológica.

Agora, exige cuidado na aplicação como qualquer defensivo. Os dados foram fornecidos ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura, cujos técnicos julgaram que existe, nesse produto, o risco-benefício que deve ser assumido para se aplicar no Brasil. Se julgarem o contrário, simplesmente as empresas pararão de produzir.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Sr. depoente, pelo que depreendi, as empresas não estão fazendo nenhum investimento em pesquisa de controle biológico no País, certo?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Apenas uma correção: foram feitas pesquisas no Brasil. A pesquisa básica.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu me refiro à pesquisa de controle biológico.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Perfeito. Inclusive a *Abot*, que é uma firma que pesquisou no Brasil, fechou devido aos maus resultados. Este é um caso concreto.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Fechou há quanto tempo?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Há uns três ou quatro anos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Atualmente, as demais não fazem?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não há agente biológico. Este é o problema. Se eu conseguir um agente biológico, tenho que partir para a pesquisa básica.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A pergunta é exatamente esta: o Sr. acha que não há pesquisa das grandes empresas?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Acho que em poucos países do mundo se teria hoje... Não é o caso específico do Brasil.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Uma outra pergunta é se as empresas têm conhecimento ou têm examinado o problema dos efeitos genéticos da aplicação desses agrotóxicos em geral?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Obviamente, nesses testes que são feitos de 8 a 10 anos para o desenvolvimento do produto, 5 ou 6 anos são gastos, exatamente, para testes toxicológicos. Jamais se obterá o registro de um produto, a nível sustentável pela Organização Mundial de Saúde, se houver risco teratogênico ou qualquer outro tipo de risco. Não é possível se obter esse aprova da Organização Mundial de Saúde se houver risco teratogênico ou qualquer outro tipo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas todos os produtos em uso no Brasil têm essa autorização da Organização Mundial de Saúde?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Todos. Claro. Absolutamente. Todos, sem exceção.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O Sr. pode assegurar isso? As informações que tenho são diferentes mas vou me louvar na opinião.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Todos, absolutamente. Inclusive, tenho uma lista, aqui, dos principais, posso dar até a resolução da ONU.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Já que V. S^a fala na ONU, eu lhe pergunto se as empresas têm conhecimento de que os laboratórios de pesquisas de alimentos no Brasil — em São Paulo e Rio de Janeiro — têm registrado índice de resíduos no Brasil, que é muitas vezes superior ao limite que a Organização Mundial de Saúde admite como inócua à saúde?

O SR. MARCUS PEÇANHA — O que posso citar e foi uma pesquisa que citei, aqui, publicado pelo ITAL, com grande estardalhaço na imprensa e desmentido, sumariamente, pela Sociedade Brasileira de Tecnologia.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Como?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Numa pesquisa, que foi dada como resíduos elevadíssimos, publicada pelo ITAL, esta pesquisa foi publicada incompleta visando, exatamente, provocar pânico, e, imediatamente, a Sociedade Brasileira de Alimentação e Normas Técnicas, desmentiu, formalmente, através de uma nota oficial.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Qual o instituto que publicou isto?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Foi o Instituto de Tecnologia de Alimentos.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — É órgão oficial do Governo?

O SR. MARCUS PEÇANHA — É de São Paulo. E, imediatamente, a Sociedade Brasileira de Ciências e Tecnologia de Alimentos — a SBCTA — diz: "Analisando a pesquisa do ITAL, realizada em 1980 e 1981, encontrou índices de contaminação muito abaixo dos limites considerados perigosos para a saúde humana. Esta análise levou em consideração os limites estabelecidos pelo Comitê Internacional, conjunto às Nações Unidas, códigos alimentares que reúne a FAO e a Organização Mundial de Saúde".

Assim como esta, muitas outras são divulgadas sem comprovação básica; sem respaldo técnico.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não, com exceção das mortes e, freqüentemente, nós temos notícias de muitas mortes no País de envenenamento por agrotóxico. Creio que, também com relação a isto, as empresas não contestam.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não contestam. Agora, o que é preciso que seja considerado é se o uso foi devido ou indevido, se houve uso adequado ou não. Eu não contesto que o produto é perigoso.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Dr. Marcus Peçanha, ainda lhe indagaria se as organizações têm conhecimento que mesmo a Food and Druyrs Administration já revelou nos casos omissos que, mesmo lá, onde a fiscalização é muito severa, os resíduos de DDT freqüentemente ultrapassam 12 partes por milhão, inclusive no leite?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Vou dar um dado para V. Ex^a e que é recente e, talvez, V. Ex^a o desconheça: a FAO e a Organização Mundial de Saúde certificaram, recentemente, que o DDT é o único defensivo agrícola que possui no effect level — dose sem efeito tóxico para o homem. Para concluir essa pesquisa, inclusive, usando cobaias humanas, chegou-se à conclusão de que não há efeito tóxico para o homem. É o único produto testado em homem — porque todos foram testados em animais — é o único produto que, até hoje, recebeu no effect level, porque o homem foi tratado com DDT e não há toxidez. Isto é dado oficial, recente. Talvez V. Ex^a não tenha conhecimento.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O que tenho, aqui, é do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro — mas é outra coisa, é contra clorados.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Contra clorados e que são resíduos que foram encontrados até em pinguins — em necrópsias de pinguins realizadas na Antártida. A poluição já chegou na Antártida. Quem afirma isso é o Chefe da Clínica do Hospital Souza Aguiar, o Professor Dr. Frederico de Azevedo Gomes.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Apenas para dar uma idéia aos Srs. Parlamentares, que a técnica, hoje, de apreciação de resíduos pode detectar parte por trilhão — isto quer dizer que corresponde a segundos em dois mil anos. Então, se o Sr. fizer uma pesquisa, dentro dessa sala, o Sr. achará resíduo de qualquer coisa — cigarro ou qualquer material — porque a capacidade de percepção, hoje, dos instrumentos são tão apurados que, a primeira coisa nesta informação teria que ser qual o dado que foi estimado — se a parte por trilhão, se a parte por bilhão ou se a parte por milhão — e se esse resíduo encontrado, realmente, é tóxico para alguém. O resíduo não é importante. O importante é o dano que o resíduo pode causar em nível de resíduo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Perguntaria, ainda, a V. Ex^a se, com relação a esses dados que me chegaram às mãos, qual a apreciação que as empresas fazem dele — o volume físico em toneladas da produção de defensivos agrícolas no Brasil seria da ordem de 67 mil toneladas em 1981, compondo-se de importação e produção nacional — o Sr. acha razoável este número?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não é razoável e nem deixa de ser. Acho que o consumo brasileiro, se se tomar o consumo por hectare plantado que é o que realmente, demonstra o volume de consumo — nós temos, hoje, que o nível de consumo brasileiro é baixíssimo comparado com o consumo dos países mais evoluídos. O Sr. tem, hoje, o Japão — apenas para complementar, o Japão, hoje, com a maior taxa de consumo por hectare. É o país de maior longevidade do mundo. Então, fica um pouco difícil...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas, no Japão, houve a tragédia de Niimata e, lá, as empresas pagaram um alto preço...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exatamente...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — ... e isto não ocorre no Brasil.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Com o uso indevido, inclusive, de mercuriais.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — É, isso levou as empresas a uma condenação judicial severa, à paralisação dos trabalhos, o que não ocorre no Brasil. Até hoje há numerosas mortes e não me consta que nenhuma empresa tenha sido condenada até hoje.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Acho que se a empresa for culpada, ela deve ser condenada. O que deve ser considerado é a comprovação da culpa. Se foi o usuário, se foi aplicado em desacordo com as recomendações, a segmentação da responsabilidade deve ser bem definida. Não se pode culpar empresa nenhuma... como não se pode culpar a Volkswagen por acidentes com carros da marca. Isso não pode ser aceito. A apreciação tem que ser inteligente, racional, para se identificar o real causador do problema. E todos os produtos são fabricados, são vendidos no Brasil legalmente, após passarem pelo Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Falando no aspecto legal aí cabe uma pergunta às empresas: como V. S^a justifica ou explica o recurso das empresas ao Supremo Tribunal Federal contra a legislação estadual do Rio Grande do Sul? Essa legislação não defendia o interesse público?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Primeiramente acho que foi uma providência democrática, totalmente democrática. Julgamos que estávamos sendo prejudicados — e vou explicar o porquê — e usamos um direito democrático apelando para o Supremo Tribunal Federal. E por que apelamos? Primeiro porque não acredito que um país e uma pessoa possam conviver com duas leis conflitantes: alguma tem que prevalecer. Ou a lei Federal ou a lei Estadual. Existiam determinados pontos na legislação do Rio Grande do Sul que confrontavam diretamente com a lei Federal. Por exemplo, rótulo. É privativo do Governo Federal. Não se pode mudar uma vírgula, uma palavra no rótulo aprovado pelo Governo Federal. O Governo Estadual exigia que se alterasse o rótulo. Esse é um dos pontos principais. Então, o que acontecia? Você ia ter, além da lei federal, a curto prazo, 22 leis estaduais conflitantes entre si. Cada Estado proíbe um determinado produto. Acho então que deve haver uma ordenação jurídica sobre o assunto. Não somos contra as leis estaduais, mas achamos que tem que haver... ou a lei estadual é complementar à lei Federal, ou temos uma lei Federal. Apenas não podemos conviver com leis conflitantes. Esse foi o entendimento dos juizes do Supremo Tribunal Federal, para aqueles aspectos que julgávamos procedentes.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Passando a outro assunto, em relação a alguns agrotóxicos como Zendrin, Endrex, Nitrosil... esses produtos estão sendo fabricados?

O SR. MARCUS PEÇANHA - Não. Estão interrompidos, porque hoje são produtos praticamente superados por outras tecnologias aplicadas, outros produtos. São produtos com registros válidos mas não renovados pelas empresas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas ainda estão no comércio?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não, praticamente não existem mais no comércio. A importação cessou já há algum tempo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Que tempo? V. S^a poderia precisar?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Acredito que mais ou menos um ano. São produtos para os quais hoje há sucedâneos no mercado que são mais seguros e de custo/benefício maior.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas esses produtos, até há pouco mais de uma ano estavam sendo comercializados e vendidos geralmente...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Mas em volumes muito baixos. São produtos registrados e eram vendidos para uso, registrados pelo Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Em alguns casos, com relação ao agrotóxicos, se constata que eles são quimicamente não biodegradáveis e que, conseqüentemente eles se transformam em outros compostos químicos mais ativos, não é verdade?

O SR. MARCUS PEÇANHA — É, mas mesmo quando a empresa pleiteia o registro, ela fornece inclusive informações toxicológicas sobre o desdobramento do produto.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas isso ocorre?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Claro. Não há problema de haver decomposição desde que o produto decomposto não seja inaceitável.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Outra pergunta. Existe ainda algum composto clorado em uso no mercado?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Existe inclusive para usos restritos em que não haja alternativas...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E quais são esses produtos?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Temos alguns produtos que são usados basicamente em aplicação no solo e usos tóxicos. Uns três ou quatro produtos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E V. S^a não tem a denominação de alguns deles?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Tenho. Temos o Aldrin, o Heptacloro e temos o Mirex. São produtos dirigidos basicamente ao uso do solo, controle de formigas e para proteção de mudas florestais.

O SR. PACHECO CHAVES — E que não acabem com o Mirex, senão acabam com o País. É usado para combater a *atta capiguara*.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exatamente. É para controle de formigas, como o nobre Deputado aparteu, que é inclusive um produto indispensável hoje para o agricultor. Então, à medida que apareçam alternativas esses produtos obviamente serão retirados do mercado.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — As empresas têm examinado que esses orgânicos clorados podem, levados aos rios, provocar o desaparecimento desses e de invertebrados, etc., e que eles também provocam um desequilíbrio ecológico porque eliminam uma série de inimigos naturais das pragas?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Um primeiro ponto: esse produto dificilmente será carregado para as águas, a não ser que ele seja aplicado muito próximo de rios, o que é indesejável.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas as chuvas não podem carrear-los?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Não pelos seus usos principais. O uso principal dele, hoje, é o controle de formigas. E aplicado diretamente no local.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — E no uso de pragas como o nematóide e outros em que é aplicado?

O SR. MARCUS PEÇANHA — O nematóide é outro problema. É nematicida, outro problema.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas o Aldrin, por exemplo, ele é usado na plantação de banana...

O SR. MARCUS PEÇANHA — Ele tem o registro mas praticamente não é usado mais...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não há nada que seja mais usado no meu Estado do que o Aldrin. E em todo o Nordeste também.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Pode ser no seu Estado. Agora, não há nenhum mal. É um produto que o uso/benefício foi julgado justificado pela autoridade. Agora, cabe à autoridade competente falar: não usem tal produto, mas vamos indicar uma alternativa. Então, para o produtor rural, que está do outro lado, ele tem que olhar o custo/benefício. E dados confirmados que possam ter danos à saúde e ao meio ambiente, etc.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quando V. S^a fala aqui, sentado na sala da Comissão de Economia, com toda essa tranqüilidade, parece que tudo isso é inócuo e não atinge a saúde. Vi em minha cidade natal, em Bom Jardim, Pernambuco, morrerem dezenas de crianças em conseqüência de agrotóxicos usados na cultura de tomates, que eram levados pelas chuvas para os poços onde se abastecia a população. A população adulta ainda ficava intoxicada mas resistia, mas as crianças morriam e morriam às dezenas. Imaginou-se que era uma peste, vieram médicos da Saúde Pública da Capital, fizeram exames de toda ordem e no fim verificou-se que era intoxicação por agrotóxico.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Deputado, desculpe-me mas não estou defendendo o mau uso ou o uso do produto. Reconhecemos que o produto é...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Sei que V. S^a não está fazendo isso. Estou dizendo somente que é preciso usar o outro lado também. Imaginar que temos sobretudo no campo, onde os aplicadores são homens simples. Na sua maioria analfabetos, que nem sequer lêem aqueles rótulos. Conheço aqui agricultores mais adiantados que fornecem a seus empregados luvas e máscaras, mas eles as rejeitam.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exatamente. Então, volto ao meu tema, uma das perguntas que eu respondi. O problema do defensivo agrícola, em primeiro lugar, para se combater o defensivo agrícola é preciso se criar uma alternativa. Segundo, se temos que usar o defensivo agrícola, ele tem que ser usado adequadamente. É um problema de educação e é um problema de extensão rural. Temos que levar o conhecimento ao aplicador. O que não podemos é eliminar o defensivo e não criar alternativas, que é uma das teses vigentes no mercado. Há pessoas que atacam, acham que defensivos não devem ser usados de forma alguma, mas não há oferecimento de uma alternativa viável. O produtor rural realmente sabe da necessidade do produto.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Finalmente, para concluir, porque o tempo é curto e o assunto é muito vasto, ele levaria horas, V. S^a há de concordar comigo. Apenas diria que, a mim, como membro da Comissão, me parece que as próprias companhias fabricantes deveriam, primeiro, concordar que se proibisse a fabricação no Brasil daqueles agrotóxicos que já são proibidos nos países onde eles, originariamente, foram criados, o que não ocorre. Nós continuamos fabricando no Brasil agrotóxicos proibidos nos Estados Unidos, no Japão e na Alemanha Federal, etc. Segundo, creio que deveria interessar às próprias companhias uma política de educação que mostrasse que todo agrotóxico é potencialmente venenoso, ele pode causar morte, causar efeitos genéticos, teratogênicos e, conseqüentemente, ele só deve ser usado em circunstâncias especiais e com cuidados especiais.

Vi na minha terra, por exemplo, fazer-se — é pena que o Senador Carlos Lyra tenha saído — freqüentemente, porque era fazendeiro, nesta época, no sul do Estado, viajei para o interior debaixo de uma nuvem de BHC jogado pelos aviões, à margem das estradas, em regiões inteiramente povoadas, cortadas por rios, num combate à cigarrinha, que se provou inteiramente ineficaz. Hoje, a cigarrinha está sendo combatida de forma muito mais eficaz pelo controle biológico, através de uma vespa, cuja cultura foi intensificada em laboratório. É só, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. S^a

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — O próximo inquiridor é o Deputado José Frejat.

Infelizmente, nós somos obrigados a limitar o tempo, porque o Relator, naturalmente, na sua ânsia de querer maiores informações do depoente, esgotou o nosso tempo.

Solicito a V. Ex^a que reduza ao máximo possível. V. Ex^a prefere falar ou fazer perguntas?

O SR. JOSÉ FREJAT — Fazer Perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ FREJAT — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. expositor Marcus Peçanha; nós temos uma experiência de alguns milhares de anos em que a humanidade teve o cultivo agrícola sem nenhuma necessidade de pesticidas, defensivos, ou ofensivos químicos, e sempre deu para alimentar a humanidade inteira. Nós estamos aplicando defensivos químicos há bastante tempo e nem por isso a nossa produção agrícola, para dar um exemplo concreto, aumentou, nós estamos há vários anos com 50 milhões de toneladas de produção de grãos, apesar dos defensivos, ou, digo, por causa dos defensivos.

Além do mais, esses defensivos estão contaminando as águas, matando os pássaros, os ovos dos pássaros, os filhotes dos pássaros, os mananciais, as fontes d'água, os vegetais, numa falta de controle absoluta que nós temos; e os estudos das Nações Unidas, que nós temos solicitado, as publicações oficiais, demonstram que — e há uma publicação recente da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos, que até o CNPq traduziu — mostrando que o lado negativo é bem maior que o lado positivo, porque nós não podemos achar que só pelo fato de os defensivos estarem matando, mas também os acidentes matam, o automóvel mata, e por isso nós não devemos aplicar os defensivos porque aí é um problema que diz respeito diretamente com a vida de uma coletividade, com os recursos naturais, com as fontes fundamentais de sobrevivência do ser humano.

E eu pergunto: fiquei muito satisfeito em ouvir da parte de V. S^a o seu registro com respeito ao controle biológico, que nós temos que marchar para o controle biológico. Não acha V. S^a que nós podemos marchar para um controle biológico, que é muito mais salutar, que é muito mais barato, que é muito mais conclusivo do que usar os defensivos químicos, sobre os quais não há possibilidade de controle? Nós estamos vendo o problema do algodão e de vários outros. À medida que as pragas são atacadas pelos defensivos químicos, elas mesmas fazem crescer o poder de se imunizarem contra esses defensivos químicos. E, por outro lado, esses defensivos químicos inutilizam os outros animais, que poderiam eliminar essas pragas e que não têm a possibilidade de se defenderem. De modo que pergunto a V. S^a: não acha muito mais salutar, econômico e para o bem da humanidade, que se substitua, ou que apliquem esses investimentos no controle biológico ao em vez desses pesticidas que acabam não somente prejudicando a humanidade, como a produção agrícola do mundo inteiro, não fazendo aumentar satisfatoriamente na mesma proporção da aplicação do agrotóxico?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Exatamente! Inclusive aqui — talvez o Sr. tenha chegado um pouco depois que comecei — expus alguns pontos. Vou reter um ponto que coloco na minha palestra aqui.

Controles alternativos, inclusive através de agentes biológicos, devem ser perseguidos pelas áreas de pesquisa da indústria e órgãos públicos, visando a futura substituição de parte dos produtos químicos, ou todo, dentro de um quadro realista de alternativas válidas e comprovadas.

Concordo plenamente, acho que a pesquisa deva ser dirigida, o ideal para nós é que, a curto prazo, nós possamos ter somente controle biológico que vai exigir, também, testes toxicológicos, testes de mutagênese, se esses vírus não vão provocar, também outros tipos de doenças, entra no mesmo campo. Mas, concordo plenamente, o ponto, o enfoque, é o seguinte: hoje, ninguém de sã consciência pode chegar perto do lavrador e dizer que não use o defensivo, porque a pergunta que o Sr. vai receber é a seguinte: Muito bem, o que é que eu faço?

O Sr. tem para três culturas hoje: a cana de açúcar, que é o controle da cigarrinha, o Sr. tem o controle do pulgão do trigo, parcial; e o controle de cigarrinha das pastagens. Para as outras duzentas pragas economicamente importantes hoje, todas as pragas de horticultura, todas as pragas de algodão, as grandes culturas, o Sr. não tem hoje uma alternativa estabelecida. Acreditamos que a tendência é caminhar nesta área. Então, acho que quanto mais cedo chegarmos lá, melhor para todos nós. Em tese, concordo com V. Ex^a, apenas talvez o nosso enfoque seja um pouco diferente em termos do tempo, porque o lavrador vai precisar de uma alternativa. Como o próprio Deputado colocou, por exemplo, o Mirex, para controle de formiga. Vamos eliminar o produto. Como é que nós vamos eliminar a formiga? Então, não existe hoje, ainda, uma solução, apesar da pesquisa biológica estar sendo feita nos últimos trinta anos. Desde a vespinha de Uganda, que é uma vespinha antiga, nos últimos trinta anos, que se faz pesquisa e controle biológico, hoje mais intensamente. Mas, é um caminho realmente complexo e acredito que ele só virá através da engenharia genética, não há outra alternativa. Você não pode criar, hoje, um inseto, que vá resolver o problema. Talvez, através de mutações, ou engenharia genética, se vai conseguir produzir determinados inimigos naturais para combater determinadas pragas.

Então, concordo com V. Ex^a; o caminho é esse, temos que perseguir, a pesquisa tem que ser neste setor. Apenas hoje, para o produtor, não há uma alternativa total, substancial, para ele substituir. Agora, com todos esses inconvenientes, nós temos que batalhar, usar o produto somente quando necessário e levar a instrução do uso adequado desses produtos, somente usá-lo quando for necessário. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — V. Ex^a está satisfeito?

O SR. JOSÉ FREJAT — Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tem a palavra o Deputado Pacheco Chaves.

O SR. PACHECO CHAVES — Sr. Presidente, não tenho muita coisa a acrescentar. Vou, em todo caso, dizer o seguinte: o primeiro combate biológico que eu conheci na minha vida foi exatamente o uso da vespa de Uganda para combater a broca do café. Para que a vespa de Uganda continuasse a existir era necessário que a broca do café também continuasse a existir. O lavrador do café já tinha que partilhar com o Governo parte da sua renda, ainda tinha que partilhar com a vespa de Uganda outra parte da sua produção.

Então achou o lavrador de café que era mais interessante usar um defensivo agrícola, que naquele tempo era o BHC a 1%, conseqüentemente a uma dosagem quase que mínima e não era intoxicante em nada. Evidentemente tem os inconvenientes do uso inadequado; porcentagens maiores, o uso com o vento em posição contrária, enfim todas aquelas coisas que vamos discutir lá na Câmara dos Deputados e não numa Comissão como essa, mas que notoriamente tem que ser diálogo.

Então o combate biológico deve ser perseguido, porque à medida que se consegue o combate biológico, é de todas as formas mais interessantes, pela preservação do meio ambiente e sobretudo também pela economia que traz ao agricultor.

Eu gostaria, apenas, de perguntar ao depoente se, numa agricultura rentável, como tem que ser a agricultura de todo país do mundo, especialmente a do nosso País, com produtos destinados à exportação, produtos destinados à industrialização e produtos destinados ao consumo, se é possível se dispensar o uso do defensivo agrícola? Porque eu sei que quando se planta uma área pequena, não é preciso usar nada, mas quando se aumenta a área plantada e se passa a uma cultura chamada comercial, é preciso imediatamente se fazer a defesa do produto.

Eu assisti isso em São Paulo, no surto da mandioca. Todo mundo tinha um mandiocal no fundo do quintal, não tinha praga nenhuma. No dia em que passaram a produzir raspa de mandioca em quantidade grande para misturar ao pão, e para diminuir a importação de trigo, e que foram adotadas providências legislativas nesse sentido, o que aconteceu? Apareceram pragas nos mandiocais que ninguém conhecia e desapareceram os mandiocais. E

hoje a produção de mandioca no Estado de São Paulo é restrita ou então se faz a plantação com o uso de determinados inseticidas.

Então, é claro, nós temos que defender aqueles que trabalham com defensivos agrícolas. Temos que defender pela instrução, pela informação bem feita e sobretudo por parte daqueles que têm a responsabilidade da produção agrícola, pela sua responsabilidade do uso do defensivo. Não é possível que um proprietário rural que utilize, em grande escala, de produto de defensivo agrícola, não seja responsabilizado pelo que aconteça na sua propriedade. Tem que ser! Acho que a lei tem que ser mais rigorosa nesse sentido. Ele tem que participar. Essa participação, essa defesa não deve caber apenas ao Estado e às empresas vendedoras de produtos agrícolas. Eu acho que tem que ser uma participação geral.

Nós temos que fazer com que o uso... que é difícil, não é qualquer um que consegue fazê-lo com facilidade, mas é preciso que nos empenhemos nisso, porque não se pode produzir, fazer agricultura em nosso País economicamente, no meu entender, sem o uso de defensivos agrícolas.

Então eu pergunto se acha o depoente se isto está certo ou se é preciso acrescentar alguma coisa?

O SR. MARCUS PEÇANHA — Eu apenas responder aqui com uma pesquisa que nós efetuamos junto aos produtores rurais e a primeira pergunta que nós fizemos para os produtores, se ele usava o defensivo agrícola. 100% usavam defensivo agrícola.

A outra pergunta foi a seguinte: O que aconteceria com a sua produção, se não usasse o defensivo agrícola? 85% responderam que haveria uma queda de produção imediata, sem, evidentemente, uma alternativa para o defensivo. E se eu fizesse a pergunta para o produtor de cana? A cana não precisa de defensivo, já tem o controle biológico, mas para as outras culturas, evidentemente, não existem alternativas válidas ainda.

Então é exatamente esse o ponto, a realidade é essa; nós não temos hoje uma alternativa comprovada para mais de 200 pragas para culturas comercialmente importantes. Acredito que, com o passar do tempo, mais pragas serão controladas através do controle biológico, mas não podemos ter a responsabilidade hoje de chegar ao produtor e falar: não use defensivo. Porque certamente aqueles milhões de cruzeiros que ele fez por hectare, no seu investimento, na sua produção, ele perderá com certeza. Há culturas impossíveis de se controlar, como é o caso do tomate. Não se colhe um pé, um fruto, sem o defensivo agrícola.

O SR. PACHECO CHAVES — A minha experiência de velho agricultor, filho de agricultor, eu vi algodões plantados pelo meu pai serem liquidados pelas pragas. Inclusive a colheita já feita foi para o vento. Eu plantei milho, quando fui vender o milho já não tinha mais milho, tinha borboleta. Não tinha mais nada.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Hoje a perda é de 40%.

O SR. PACHECO CHAVES — Então é preciso que a gente atenda à realidade.

Esse é o meu apelo, eu acho que nós devemos tomar o máximo de cuidado em defesa da saúde do trabalhador rural, na preservação contra os abusos que são cometidos no uso dos defensivos agrícolas, como muito bem citou o nosso Relator no uso do BHC por pulverização aérea, porque, de fato, há um abuso enorme nesse sentido e não há punição correspondente para aqueles que praticam esse abuso e acho que isso tem que ser apurado por esta Comissão e sugestões têm que ser levadas ao Poder Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Saramago Pinheiro.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Expositor, nobres colegas:

Eu tenho uma dupla experiência nesse problema, não nasci em fazenda como o Deputado Pacheco Chaves, mas me elegi Deputado Estadual e cheguei à conclusão que o grande problema deste País é a agricultura, porque se tivéssemos uma agricultura forte, esse País seria independente. E eu que não sabia plantar um pé de couve, vendi imóveis na cidade, comprei terras e transformei-

me, lá no Estado do Rio de Janeiro, num dos maiores plantadores de arroz, associado a Nestor Jost, antes dele ser diretor do Banco do Brasil. Então, quem colhe 15 mil sacos de arroz sabe que tem que haver aplicação de defensivo agrícola.

Agora causou-me uma profunda impressão essa sua declaração de que nós temos 36 mil agrônomos, 8 mil desempregados, e que as empresas que trabalham com defensivos empregam diretamente 1.200 agrônomos e 500 técnicos agrícolas e as empresas que fazem a distribuição, assistência técnica, empregam mais 600.

Lamentavelmente o sistema de extensão rural, que foi criado por um pernambucano, que foi Ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, foi uma perda terrível que esse País experimentou.

Eu cheguei a Presidente da ABCAR, fui fundador da KLIJ, quando Cirne Lima renunciou e foi uma desgraça para esse País, porque o acúmulo que a ABCAR tinha em experiência, mandando seus técnicos ao estrangeiro, foi um patrimônio lamentavelmente perdido.

E a crise que a extensão experimentou com esse desastre...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Esse foi um dos pequenos males que o Sr. Moura Cavalcanti causou ao Brasil.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — É eu o considero o inimigo público da agricultura nacional, eu nunca o perdooirei o que ele fez contra a agricultura.

Mas, o que aconteceu? A extensão rural hoje, com a crise experimentada, transformou as suas filiais em meras preparadoras de projeto de empréstimos em bancos oficiais.

Então eu gostaria de sugerir à Comissão e ao Expositor, para que nós déssemos, por exemplo, uma grande ênfase à preparação dos agrônomos, assim como os médicos, que tem a residência médica, eles se formam e ficam uns dois anos aprendendo, também os agrônomos, que saem da faculdade sem experiência alguma, deveriam ter este tempo de aprendizado.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Eu posso apenas complementar o que o Sr. está dizendo.

Apenas sete universidades hoje, no Brasil, tem curso regular de Entomologia, ou a parte de defensivos, a parte comum. É uma falha lamentável.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Então seria interessante continuar, por exemplo, quando o agrônomo sai da faculdade, ele que não tem nenhuma experiência, deveria fazer um estágio, mesmo que fosse pago uma pequena importância, para que ele pudesse absorver essas técnicas especializadas, em contato com a realidade, a aplicação dos defensivos agrícolas. Não podemos deixar de aplicar defensivos numa agricultura moderna. Isto é uma ilusão, é um sonho que nós não podemos alimentar. O que de nós precisamos é criar condições para que a aplicação desses defensivos não prejudique a saúde dos agricultores.

Ao mesmo tempo, a extensão rural deveria dar oportunidade a esses jovens que saem da faculdade completamente tontos, e eles não são contratados porque não têm experiência, e a iniciativa privada não os aproveita porque eles não têm condições de responder à iniciativa privada.

É o que gostaria de saber do Sr. Expositor se acha boa ou não a idéia.

O SR. MARCUS PEÇANHA — Eu concordo e acho que haveria um grande ganho para empresas, não só na área de defensivos, mas na área, talvez, de fertilizante, ou outras áreas de atividades, que se pudesse propiciar maiores conhecimentos da realidade aos agrônomos, que saem da escola realmente sem uma experiência prévia através de um estágio.

Eu acho que seria muito bem aceito, e poderíamos dar conhecimento específico sobre aquela área para o indivíduo. Eu acho que realmente é uma idéia excelente e deve ser desenvolvida, sugerida até talvez em um documento final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nós vamos encerrar esta Comissão recolhendo o depoimento do Sr. Marcus Peçanha.

Cabe-me, nesse momento, agradecer ao Dr. Marcus Peçanha a sua presença, a contribuição que deu ao nosso estudo e pedir que qualquer elemento que possa nos orientar mais, que nos seja remetido para ser considerado oportunamente.

Muito obrigado a V. Ex^a e agradeço a presença dos membros dessa Comissão. Na oportunidade, convido a Comissão para a próxima reunião, na terça-feira, dia 25 de junho, na qual será o Expositor o Dr. Adilson Pascoal, da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS.

**4ª Reunião, realizada em
6 de agosto de 1985**

Às dezesseis horas, do dia seis de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Jorge Kalume, Benedito Ferreira, Roberto Wypych e Deputados Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Galvão Modesto, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Marcondes Gadelha, Carlos Lyra e Deputados Augusto Trein, Octávio Cesário, Pacheco Chaves, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida, é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente, após discurso de abertura, concede a palavra ao Dr. Flávio Puga, biólogo do Instituto Biológico de São Paulo, que expõe sobre a situação do País, no que se refere à toxicidade dos produtos químicos utilizados na agricultura e por fim a palavra é concedida ao Dr. Adilson Dias Pascoal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de São Paulo, que teceu comentários sobre os problemas ocasionados pela utilização excessiva de agrotóxicos, tanto em termos de meio ambiente, como de modelo de desenvolvimento rural.

Finalizando, o Senhor Presidente, agradece a presença dos depoentes e demais membros da Comissão e determina, que as notas taquigráficas tão logo sejam traduzidas e revizadas seja, publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO, DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Declaro abertos os trabalhos desta Comissão Mista destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País. Eu vou abrir a reunião e pedir desculpas aos nossos convidados pela presença diminuta dos representantes do povo que aqui deveriam

estar. Eu atribuo esse número baixo de comparecimento primeiro ao fato de o Congresso Nacional estar praticamente reiniciando os seus trabalhos na data de hoje, e muitas das iniciativas congressuais estarem iniciando na presente data. Por outro lado, na Câmara dos Deputados está o Ministro das Comunicações prestando depoimento, e isso naturalmente tem um atrativo político muito grande.

Então, para que nós não perdessemos a oportunidade de aqui ouvirmos os nossos convidados, eu queria solicitar que eles fizessem a sua exposição. Aqui está o Dr. Flávio Puga, chefe a Seção de Toxicologia do Instituto Biológico de São Paulo, biólogo com mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e especialização em organofosforados na Iugoslávia.

Está também aqui o professor Adilson Dias Pascoal, professor da Escola Superior de Zoologia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, PHD pela Universidade de Ohio, em Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais.

O depoimento que será aqui prestado é natural e melhor que fosse ouvido por um número maior de Deputados e de Senadores. Mas, de qualquer forma, o depoimento será registrado por esta Comissão e dele será dado conhecimento aos Senadores e Deputados. Concedo a palavra ao Dr. Flávio Puga, em primeiro lugar.

O DS. FLÁVIO PUGA — Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão o convite para apresentar alguma coisa daquilo que nós trabalhamos e daquilo que nós fazemos lá no Instituto, com o objetivo de contribuir para os trabalhos que estão sendo realizados nesta Comissão.

O assunto "pesticida", ou "praguicida", ou "agrotóxico" é bastante polêmico, e existem vários ângulos que devem ser abordados em relação a esses produtos.

Nós vamos aqui mostrar um pouco do problema existente nesses compostos desde a sua síntese até o seu uso. Vamos mostrar que no Brasil nós temos, em 1975, o registro de cerca de 258 produtos e mais ou menos 2.000 formulações desses compostos, com os diferentes objetivos. Então nós temos compostos para o combate a insetos, a ervas, a fungos, a dermatoides, a moluscos — raticidas, desfolhantes, antibrotantes, reguladores de crescimento, isso dando então cerca de 258 produtos.

Bem, desses produtos, o Brasil evoluiu bastante nos últimos anos, e hoje cerca de mais de 40 produtos são sintetizados. Realmente, é uma tecnologia desses compostos

O Brasil chegou a produzir 50 compostos desses 258. Nós sabemos que após a talidomida, substância utilizada em medicina, cuja avaliação toxicológica desses compostos sofreram realmente uma reformulação total, e com isso em todo o mundo começaram-se a pesquisar de uma maneira mais racional esses produtos e, para que o produto entrasse no mercado, ele teria que passar por uma série de avaliações. E nós temos aí, então, um quadro mostrando como um produto é sintetizado e como ele passa por diferentes fases de avaliação toxicológica. Essa avaliação toxicológica vai desde os estudos toxicológicos agudos, os estudos toxicológicos por período longo, quer dizer por vários anos, e uma série de tipos de testes sobre efeito no meio ambiente, enfim, uma avaliação bastante completa se faz hoje desse produto até chegar na sua comercialização. Então nós podemos dizer que em questão toxicológica esses produtos hoje são bastante estudados, são até as vezes mais estudados do que certos medicamentos, porque é lógico que nós estamos recebendo diariamente resíduos desses produtos em nosso alimento, enquanto que medicamento apenas alguma parte da população recebe esse medicamento e também por um período curto de sua vida. São raras as pessoas que tomam medicamentos a vida toda. Então a avaliação toxicológica desses compostos deve ser realmente muito rigorosa. Nós temos hoje cerca de 10 mil substâncias que são sintetizadas e apenas uma dessas substâncias chega ao mercado para ser então utilizada. Hoje se faz um gasto bastante grande para que se possa encontrar essas substâncias. Hoje é aplicado mais ou menos 50 milhões de dólares para que o produto possa ser lançado no mercado, e essas experiências levam cerca de 10 anos.

Bem, nesse momento eu gostaria de fazer um parêntese para dizer o seguinte: isto nós estamos pensando em

avaliação toxicológica do produto de um princípio ativo, não estamos avaliando uma outra coisa chamada "risco", porque é importante fazer essa diferença entre o que é toxicidade de uma substância e o que é risco dessa substância. A toxicidade é a capacidade que essa substância tem de causar um dano ao organismo, quer dizer no caso do homem, causar um dano ao homem, e o risco é a probabilidade que a substância tem de causar esse dano quando usada. Então nós temos que nos preocupar muito mais com o problema de risco do uso dessa substância do que com a sua toxicidade. Em escala de risco, o potencial de risco dessas substâncias vai aumentando desde a sua síntese até o seu uso. E aí é que nós devemos parar e pensar um pouco. Na síntese de uma substância nós temos um sistema fechado, no qual envolve apenas alguns operários, e no passado essa síntese não era feita no Brasil, mas hoje nós temos a síntese de quase 50 produtos, então nessa síntese envolve apenas um determinado número de operários. Mas depois nós passamos para uma outra fase, que é a formulação desse composto, e a formulação desse composto já envolve uma quantidade maior de pessoas, a síntese desse composto geralmente é feita por uma indústria que têm um equipamento bastante bom, adequado para aquela síntese. Já as formulações são feitas por firmas menores, firmas que não têm equipamentos ou trabalham com equipamentos velhos. Ao exportarmos um alimento, os países importadores exigem análise de resíduos dessas substâncias. E nós, ao importarmos não só alimentos, mas esses produtos, esses inseticidas e agrotóxicos, nós não exigimos uma análise não do princípio ativo dessa substância, mas análise de impureza. E um trabalho realizado no Instituto Biológico mostrou que várias formulações no produto chamado quotozene possui um contaminante chamado HCB em níveis muito maiores do que aqueles recomendados pelas organizações internacionais. Então, por exemplo, a FAO recomenda 0,1% de impureza desse produto, e nós estamos encontrando até 2,8% de impurezas nesse produto. É necessário que se aparelhem laboratórios para que se possa analisar essas matérias-primas ou esses produtos que são importados ou que aqui são produzidos.

Dessa maneira nós poderíamos melhorar o nosso produto, por quê? Porque um grande número de produtos que temos no mercado não dá a eficiência necessária em termos agronômicos, não compete quanto ao problema de risco com os produtos usados em outros países. Então isso leva a fazer leis, a estabelecer normas para que esses problemas sejam minimizados.

No caso dos inseticidas clorados, uma pesquisa realizada em 1971 mostrou que nós tínhamos, de 120 amostras de carne, 100% dessas amostras contaminadas com resíduos. Dessas amostras contaminadas, tínhamos 56% com resíduos acima dos limites permitidos pelas organizações internacionais. E por esse motivo é que nós fizemos a devolução de carne nesse período. Nesse momento, então, se elaborou uma lei proibindo o uso de pesticidas clorados em pastagens.

Depois de 8 anos, novamente se fez um trabalho para verificar como estava funcionando a lei, se estava sendo obedecida, se o pessoal não estava mais utilizando esse produto em pastagens. E nós tivemos a contaminação de 97% desses produtos. Essa carne estava contaminada. Isso para mostrar que a lei, depois de 7 anos, não tinha quase funcionado. Em carnes processadas, nós tivemos 98%. O que o Governo teve que fazer no caso desse produto BHC e no caso do DT? Depois de um período muito longo, que acho que é muito longo, 10 anos, teve que proibir a utilização desses produtos na agricultura.

Eu acho que nós temos que encontrar medidas para avaliar as nossas leis, medidas que venham rapidamente dizer se a lei está ou não funcionando, e não esperar um período de 10 a 15 anos para chegar a uma conclusão de que o meio ambiente está todo contaminado, que os nossos operários estão com problemas de saúde devido à utilização desses compostos, enfim, uma série de problemas relacionados com isso.

A mesma coisa nós podemos mostrar em relação aos Estados Unidos. Quando os Estados Unidos fez a análise do DDT no sangue materno, em 1960, encontrou 17%; o Canadá, em 67, encontrou 0,13 ppm. miligramas por litro. Depois, em 69, os Estados Unidos repetiu: estava

com 0,07, já estava abaixando os resíduos de DDT no leite materno. Em 72, o Canadá, fazendo o mesmo tipo de trabalho, mostrou 0,04. Em 73, 0,04 nos Estados Unidos, e, em 75, 0,03 no Canadá. Isso mostra que, por volta de 1967/68, os Estados Unidos começaram a eliminar a utilização de DDT no país e começou a exigir a análise de alimentos que eram enviados aos Estados Unidos em relação ao DDT. Com isso, a sua população começa a sentir menos o impacto desse produto, e então o leite materno começa a ter menor quantidade de resíduos desses compostos.

Se nós fizermos um levantamento em qualquer país para verificar esse efeito de compostos clorados no leite materno, nós podemos dizer como esse país está utilizando esses compostos. A mesma pesquisa feita por Lillian Albert nos países sul-americanos tem mostrado que os teores são bastante elevados. Então, toda a América Latina está utilizando grandes quantidades de inseticidas clorados, e utilizando de maneira incorreta, errônea. Isso leva a conclusões de que, apesar de existirem as leis estabelecendo o uso de certos compostos, estas leis não estão sendo cumpridas. E não estão sendo cumpridas por quê? Porque, na verdade, nós não temos uma fiscalização em relação a esses compostos.

Nós sabemos que existem leis que regulam a utilização desses compostos por aplicação aérea. Nós sabemos as barbaridades que são feitas por via aérea na aplicação desses compostos. Existem leis que não permitem que se apliquem produtos a menos de 500 metros de uma residência ou de uma fonte de água. Mas isso não é obedecido, e então temos a contaminação das águas e de casas por aplicação indevida desses compostos.

Na verdade, nós precisamos acompanhar esses produtos em várias fases, e no Brasil acompanhamos apenas na sua fase inicial, que é a avaliação e previsão de riscos antes do registro. Essa previsão e avaliação de riscos antes do registro são informações que são dadas pelas firmas antes de registrar o produto, e os são dados nunca são do Brasil, e sim dados do exterior. E nós sabemos que as condições climáticas de um país, o tipo de água, dureza de água e outros fatores são importantíssimos quanto a questão de risco desses compostos. Então, nós precisamos de realmente exigir esses dados começar a fazer os seguintes dados, que é a previsão sobre o comportamento e efeito do produto no meio ambiente. O Brasil precisa pesquisar para poder avaliar cada um desses compostos no seu meio. Não adianta termos dados do exterior, dados, que não são semelhantes aos nossos. Então nós precisamos ter dados feitos no Brasil. Para isso, as organizações internacionais recomendam que as indústrias que se instalam nos países em desenvolvimento colaborem com esses países desenvolvendo pesquisas, não desenvolvendo pesquisas apenas de produção de um produto, mas desenvolvendo pesquisas sobre riscos desse produto para a população. Nós temos produtos que são vendidos no Brasil, e não é possível serem analisados nem pelas indústrias nem pelo Poder Público. Não podemos permitir que se faça a venda de um produto, o qual não temos a capacidade de analisar, quer seja indústria, quer seja governo. É necessário que cada vez quer for entrar um novo composto no mercado, a indústria ou o governo, as instituições governamentais tenham capacidade de analisar esse produto, para que não ocorram acidentes, e não tenhamos nem capacidade de avaliar os efeitos desses acidentes.

Vigilância e monitoramento após o registro: isto é outro dado que precisamos. Precisamos aumentar os laboratórios de análises desses compostos, análises quanto ao seu efeito no combate à praga. Nós temos uma série de compostos e não sabemos se a sua utilização está adequada ou não. Por isso dizem que o Brasil é um dos grandes consumidores desses produtos, mas não é o maior produtor de alimentos. Lógico porque nós estamos utilizando produtos de maneira inadequada.

Essa vigilância e monitoramento após o registro, fornecerá aos órgãos do Governo maneiras de poder então avaliar os efeitos desses compostos no meio, e com isso, então, retirar o produto de certas culturas ou não permitir a utilização desses produtos em determinadas áreas. Aqui entra o problema de utilização de produtos em áreas. É importante que, em relação ao risco, nós estejamos atentos de que certos compostos podem ser utiliza-

dos em um meio e não pode ser utilizados em outros, porque os riscos que eles oferecem são riscos diferentes em relação ao meio. Poderíamos citar, por exemplo, a aplicação aérea de produtos em uma área densamente povoada, como o caso de aplicação aérea de produtos na região de Campinas, na cultura de algodão. É impossível aplicar-se um produto por avião numa região como Campinas, onde a cultura de algodão é quase dentro da casa, da moradia do indivíduo. Em regiões aqui em Goiás, temos áreas que comportam a aplicação aérea de pesticida por avião. Então, em áreas extensas, onde o avião pode executar um serviço adequado, aí sim, mas em áreas onde existe uma população, ou fontes de água, não pode ser utilizado. O risco depende também do local onde esse produto vai ser utilizado.

Para isso, nós propomos algumas medidas de controle para a utilização desses produtos. E quais seriam as medidas de controle? Primeiro, uma legislação atualizada. Nós precisamos atualizar nossa legislação. Depois, uma fiscalização adequada, uma fiscalização em todos os pontos, não só na produção do produto, mas na sua comercialização, no seu transporte. Então é necessária essa fiscalização. Uma implantação de pesquisas pela indústria. A indústria não pode apenas sintetizar os produtos aqui, ela precisa investir em pesquisa no País no sentido de conhecer melhor os produtos por ela fabricados com as matérias-primas do País, porque as mudanças de matérias-primas podem ser responsáveis por uma série de efeitos no ambiente e no homem.

Monitoramento e análise — o receituário agrônomo, nós sabemos que pode ter uma série de falhas, mas o receituário agrônomo ajuda a disciplinar o uso desse produto, porque, através desse receituário, o agricultor vai usar o produto indicado para aquela cultura, e não utilizar produtos não adequados para aquela cultura. Hoje nós estamos tendo em análise de resíduos produtos que não são indicados para a cultura. Então, uma análise feita pela CEAGESP em São Paulo mostra que 13% dos produtos encontrados como resíduos são produtos não indicados para aquele tipo de alimento. Então, o erro está sendo maior na utilização de produtos não indicados para aquela cultura.

Operários especializados — nós precisamos, e para isso a FUNDACENTRO está começando um trabalho para o aplicador especializado, nós precisamos educar o indivíduo que aplicar o produto. Nós precisamos de um aplicador especializado, um indivíduo que saiba fazer, saiba manusear o produto. Nós exigimos que o indivíduo para dirigir um carro tenha uma carta de motorista, mas não exigimos que o indivíduo que vai trabalhar com esses produtos, que são altamente tóxicos e podem pôr em risco a vida de muitas pessoas, tenha um conhecimento desses produtos. Uma comissão nacional permanente para a avaliação dos riscos, é necessário que haja um grupo de pessoas que esteja constantemente fazendo avaliação dos diferentes pontos de riscos oferecidos por esse produto, desde a sua síntese, a sua formulação, o transporte o armazenamento e também o uso desse produto. E o principal: o esclarecimento, a educação à população, porque a população é que vai exigir isto ou aquilo. No momento em que nós conseguirmos mostrar à população que se ela não exigir um produto de certa qualidade visual, o agricultor poderá diminuir o uso desses produtos e poderá baixar o custo desses produtos, então essa campanha para esclarecimento da população é muito importante. E isso só poderá ser feito através de movimentos de sociedades, como sociedade de agronomia, sociedades ecológicas, para que esclareça a população que o alimento, a quantidade de nutrição do alimento não está no seu visual, mas sim no tipo de alimento, e orientar essa população para esse tipo de substância desses alimentos que ela vai ingerir. Era mais ou menos isso, e agora estou à disposição para responder perguntas ou esclarecer alguma coisa daquilo que eu falei que não ficou muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Pacheco Chaves) — O Dr. Flávio Puga, se pôs à disposição para responder a perguntas. Com a palavra o nobre Deputado Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Nós queríamos apenas levantar uma questão, já que o nosso ilustre pales-

trante é ligado ao Instituto Biológico de São Paulo. Gostaríamos de indagar se as medidas, se as legislações existentes a nível de Estado, e, mais especificamente, na questão do Estado de São Paulo, estão sendo condizentes com a nossa realidade atual em relação aos perigos e riscos que a população corre, e se essas legislações estão a contento na sua avaliação. Além do mais, indagaríamos, em função da própria exposição feita, da necessidade de se ter laboratórios, equipamentos e outros instrumentais para se avaliar, já, as conseqüências da aplicação dos agrotóxicos, se já existe algum equipamento nesse sentido, ou muitos equipamentos, e se isso representa muito em termos de custos financeiros, e o que, na sua avaliação, o Poder público tem feito por isso a nível de Estado.

Em relação à questão a nível federal, nós já estivemos participando, nesses anos aqui — eu sou Deputado de primeira legislatura —, da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Já tivemos oportunidade de várias vezes, inclusive com as pessoas que se encontram aqui, debater, fazer encontros, seminários, propostas, em termos de legislação, tanto de iniciativa da Câmara como do Senado, que transitaram ou transitam nesta Casa. Nós sabemos que é muito deficiente, e normalmente até hoje o Governo tem sido muito irresponsável em relação a esse tipo de questão, favorecendo a introdução de novos pesticidas, sem o menor cuidado, aceitando a burla do fabricante em todos os níveis. Esse é um verdadeiro crime que se comete. O Governo atual é novo ainda, não creio que tenha também tomado medidas de grande profundidade neste aspecto. Mas, em todo caso, conheço o Ministro Simon, que é autor de um projeto no Senado, que já é um grande avanço nesse sentido. Fiz essas colocações para que o professor fizesse algum comentário, principalmente sobre a legislação estadual.

O SR. FLÁVIO PUGA — A lei estadual, principalmente a de São Paulo, pelo que me consta, não está ainda em vigor. Mas dentro da lei ainda existem algumas falhas que nós poderíamos, como técnico, apontar. Por exemplo, a falha de colocar como retirada total de inseticidas organocloratos, dando um nome a uma classe de compostos. Nós sabemos que dentro desse grupo de inseticidas organocloratos nós temos produtos que são realmente poluidores ambientais, produtos altamente tóxicos, produtos que têm causado sérios problemas de resíduos em alimentos, que deveriam ser rapidamente tirados, deveriam ter sido tirados há mais de 10 anos, mas continuam ainda no mercado.

Com esse nome genérico de organocloratos, o que acontece é que muitas firmas conseguem classificar o seu produto como produto não organoclorato. Então, acabam burlando a lei de uma outra maneira. Ela vai e classifica o seu produto não como organoclorato, mas como uma outra classe, isso a nível federal. Quando o produto está classificado a nível federal como produto não clorado, já começam as dificuldades para a retirada desse produto.

Na verdade, as leis, principalmente as estaduais, deveriam apontar o nome de cada um dos compostos e não grupos.

Uma outra coisa é que, na minha opinião, as leis estaduais deveriam marcar muito mais na sua fiscalização do que no registro do produto. O produto registrado na área federal seria muito bem fiscalizado na área estadual, e deveria exigir-se desses novos produtos os parâmetros de que falamos, de um acompanhamento desse produtos por um certo período. Agora, o encargo financeiro da pesquisa desse produto deveria ser arcado pela firma registrante, porque se ela vai ter um lucro na utilização desses produtos, ela deve investir na pesquisa desses produtos. O monitoramento desse produto quando à sua eficiência, o seu impacto ambiental, os problemas de resíduos e os problemas de saúde ocupacional do aplicador deveriam ser encargos da indústria, o que não ficou claro na lei.

Quanto às análises, nós temos no Brasil uma série de produtos que ninguém é capaz de analisar. Por exemplo, nós temos a etilenotriurêa que é um produto que ninguém ainda faz análise. Nós temos as nitrosaminas, que podem originar-se de compostos de alguns herbicidas, que também não se faz no País. É necessário que aquelas firmas que comercializam esses produtos tragam, introduzam no País essas análises. Que tenham capacidade de fazer nos seus laboratórios esse tipo de análise, ou ofe-

reçam a órgãos federais ou estaduais laboratórios adequados para esse tipo de análise. Nós sabemos que os materiais utilizados, os aparelhos para se fazer uma análise desse tipo são realmente bastante caros. Nós precisamos de gente especializada para essa área, e o País conta com pouca gente especializada para análise desses compostos. Para a avaliação desses compostos quanto ao impacto no meio ambiente, também nós necessitamos de mais técnicos. Nós precisamos de incentivar essa pesquisa.

Eu acho que o Governo tem feito muito pouco em questão de investimento em pesquisas na área de impacto ambiental. Não só relacionado a esse grupo de substâncias agrotóxicas, mas impacto ambiental de todas — poluições de fábricas, poluições de rios através de compostos, de destilarias de açúcar. Enfim, uma série de poluentes ambientais que o Governo deveria investir na sua pesquisa, e investir também na formação de técnicos dentro dessa área.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — São Paulo tem legislação aprovada?

O SR. FLÁVIO PUGA — Não, a legislação ainda não está em vigor; é a 4.002, que ainda não está regulamentada.

O SR. PRESIDENTE (Pacheco Chaves) — Alguém deseja fazer mais alguma pergunta?

O SR. PAULO GUENDO — Sou engenheiro agrônomo da EMATER, do Distrito Federal, responsável pela área dos defensivos agrícolas aqui no Distrito Federal.

A minha pergunta, já que estamos falando sobre legislação, é esta. Gostaria de saber se V. S^a conhece, e quais os pontos que acha falhos naquele anteprojeto de lei que foi encaminhado. Ele foi feito por uma comissão interministerial, encaminhado ao ex-Presidente Figueiredo, que por sua vez encaminhou o projeto à Câmara dos Deputados, que foi retirado pelo Ministério da Agricultura.

O SR. FLÁVIO PUGA — Realmente faz bastante tempo que foi encaminhado, eu já não me lembro de detalhes do projeto. Parece-me que a lei pega muito em punição monetária das pessoas que burlam, faltosas. Mas parece-me que na parte técnica aquela lei deixa muito a desejar, quer dizer, uma série de modificações deveriam ser feitas quanto à questão técnica da lei. Não me lembro de detalhes agora, mas parece-me que a ênfase da lei está na parte financeira, cobrando taxas que antes, realmente, a de 1934 cobrava quantias irrisórias. A coisa foi modificada, mas detalhes técnicos precisam ser aprimorados.

O SR. PAULO GUENDO — Nós estivemos, ano passado, juntos no seminário que promovemos. Do ano passado para cá, lembro que conversamos sobre monitoramento que estava sendo feito inclusive pelo Instituto Biológico, como V. S^a exemplificou aqui, bem como a realização que agora nós ficamos sabendo, que ainda não foi regulamentada. Do ano passado para cá, com todas as campanhas, com todo esse enfoque que tem sido dado pela imprensa, houve mudanças de comportamento em termos de aplicadores, em termos até de consumidores?

O SR. FLÁVIO PUGA — O que está ocorrendo realmente é uma movimentação de vários órgãos de governo para melhorar a coisa. Por exemplo, a FUNDACENTRO está fazendo um trabalho de treinamento dos seus técnicos para treinar o aplicador. Isso eu acho que é uma evolução na coisa.

As campanhas de jornais, juntamente com os acidentes que têm ocorrido, tem tentado esclarecer alguma coisa, mas no meu entender ainda é pouco. Nós podemos ver, por exemplo, que no Rio Grande do Sul, a campanha feita contra morangos contaminados a população reagiu de maneira interessante, não comprando morango. Eu sinto muita pena do agricultor, mas ele acabou tendo que diminuir o uso desses compostos. Não sei se diminuiu ou apenas naquele momento diminuiu a utilização desses compostos. Eu acho que esses impactos provocados pela própria população acabam realmente dando algum efeito. Mas para nós que estamos dentro do contexto, achamos que caminhamos muito lentamente. Nós vimos lutando pela retirada do BHC e DDT há mais de 6 anos, e cada hora o Governo encontra uma desculpa. Uma hora era problema social de desemprego

dos indivíduos que estavam na fábrica, outra hora era falta de substituto do produto para certas pragas. Enfim, a coisa foi levando, até que realmente alguém decidiu que a partir daquele momento estava proibido o produto para uso agrícola. Se nós pensarmos em termos de progresso, o progresso vem-se fazendo, mas é necessário, porque se não se fizer, a coisa vai piorar muito. Mas eu acho que é lento.

Em termos de análise, por exemplo, no início de 1981 só São Paulo fazia. Hoje há o Rio Grande do Sul fazendo, Minas Gerais fazendo, está começando em Campinas, parece que Paraná também está começando a fazer. Nós estamos tendo mais núcleos que estão querendo se desenvolver. Mas o uso cada vez maior desses compostos, é preciso acelerar a normalização desses produtos, precisamos acelerar o controle deles. Não podemos esperar que aconteça como aconteceu com o DDT e BHC, que depois de 210 anos é que o Governo chegou à conclusão — ele já sabia — de que precisava retirar esse produto de circulação por efeitos no meio ambiente. Não vamos esperar que outros compostos cheguem a esse ponto, precisamos tomar medidas antes que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Pacheco Chaves) — Tem a palavra o Sr. Donizeti Tokarski.

O Sr. Donizeti Tokarski — Sou engenheiro agrônomo, produtor de ervas medicinais aqui em Brasília, por enquanto.

Uma das colocações que V. S^a fez foi sobre o receituário agrônomo de que ele tem algumas falhas ainda. Qual seria a sugestão de V. S^a para que pudéssemos incrementar o receituário agrônomo, que viesse a diminuir as falhas que existem ainda dentro do receituário agrônomo.

Outra colocação é sobre o uso, que ainda acontece, do agrotóxico em função da própria política agrícola nacional, que faz com que o produtor tenha que usar o próprio financiamento, o indivíduo tem que colocar 20% de veneno lá dentro. São os insumos modernos que temos que usar na agricultura.

Além disso, sobre a questão da literatura, nós, técnicos, estamos muito deficientes na formação, o próprio direcionamento do ensino ainda está voltado ao uso dos produtos, porque as grandes empresas, as que ganham dinheiro com agrotóxico, vendem caro e ganham em cima das costas do produtor, do trabalhador lançando propagandas ilustrativas. E nós não temos sequer uma apostila, sem figurinhas nem nada, mas que venha realmente nos dar condições de subsídio para discutirmos tecnicamente o uso correto, quando deve ser usado realmente, e não o uso adequado, que ele passa a ser adequado a partir do momento em que está usando sem um conhecimento.

Eu queria que V. S^a me respondesse esses três pontos.

O SR. FLÁVIO PUGA — Quanto ao receituário agrônomo, eu acho que é encarado só quanto ao produto em si. Para que o receituário agrônomo fosse realmente bem cumprido deveria ser um receituário não só para alguns produtos, mas para que todos os produtos, porque? Porque o agrônomo é que tem que orientar o agricultor para aquele tipo de trabalho que ele vai fazer, quer dizer, qual é a praga, qual é o produto melhor, mais eficiente, qual o produto de menor toxicidade para ser utilizado, um assessoramento ao agricultor, nesse sentido. Eu acho que o receituário agrônomo está restrito apenas a um grupo de produtos, quando deveria ser para todos os produtos nesse sentido de orientação, e não apenas da receita de um determinado produto, mas de uma orientação da área e uma série de outras coisas. Inclusive esse receituário poderia ser um acompanhamento. Não adianta dizer que tem uma praga lá. O agrônomo tem que saber qual é o índice de praga, como é que aquilo está se desenvolvendo, para que ele possa receitar dizendo quantas vezes é para aplicar o produto. Enfim, uma orientação também na maneira de aplicar o produto.

O SR. DONIZETI TOKARSKI — E sobre a política agrícola nacional que já...

O SR. FLÁVIO PUGA — Ai o senhor sabe que tudo foi envolvido, a pesquisa também. Se nós pensarmos em termos de pesquisa, as pesquisas financiadas eram e ainda são de maior interesse econômico de exportação. Vo-

cê vai pesquisar soja, café, trigo, cacau, as coisas mais importantes, mas ninguém vai pesquisar mandioca, feijão e uma série de coisas, porque há uma série de falhas nesse ponto. Por quê? Porque se volta ao problema econômico. Mas quanto à literatura, as indústrias têm toda uma literatura, têm toda uma máquina formada para levar os dados. Eles chegam antes dos agrônomos do Estado, do Governo, para orientar o agricultor. Além disso, vocês não recebem do Ministério as informações se o produto está ou não registrado, quer dizer, a máquina do Governo parece-me muito lenta em informações. Se amanhã perguntar-se para um técnico ligado a uma instituição de pesquisa, se certo produto está registrado ou não, às vezes ele nem sabe, porque é muito lenta a informação. Por exemplo, em São Paulo existe um escritório do Ministério da Agricultura, se eu quiser uma informação e vou a esse escritório e não vou encontrar essa informação referente a registro de produtos; vou ter que telefonar para Brasília para saber se está registrado ou não.

O SR. DONIZETI TOKARSKI — Eu gostaria de informar que atualmente todos esses registros são publicados no Diário Oficial da União.

O SR. FLÁVIO PUGA — Sim, mas demoram. Antes não era assim, só depois de março.

O SR. DONIZETI TOKARSKI — Não, foi na época ainda do outro governo; o Dr. Hélio Palma Arruda passou a adotar esse critério.

O SR. FLÁVIO PUGA — Publicação no Diário Oficial? Então está começando a melhorar o negócio, mas antes não tínhamos essas informações. Falta cooperação, porque, por exemplo, o técnico do campo não vai assinar Diário Oficial da União. Inclusive se o senhor passar pelo lado do Rio Grande do Sul ou pelo Nordeste, dificilmente vai encontrar um Diário Oficial da União para seguir diariamente. O necessário era haver uma cooperação, para que a cada dois meses se mandasse para os diferentes locais esses diários, como chegou a ser feito em uma determinada época. Mas parece que as coisas boas duram pouco. Há determinada época que funcionam; depois sai aquela pessoa e tudo volta a zero.

O SR. ROGÉRIO PEREIRA DIAS — Só para dar um esclarecimento. Eu sou do Ministério da Agricultura, não trabalho especificamente na área, mas na Delegacia Federal de Agricultura do DF. Existe essa publicação mas a tiragem que era feita, por maior que fosse, nunca ia abranger o País inteiro, não teria condição, porque imagine a quantidade de pessoas que têm interesse em receber isso! Aconteceu que o Ministério vinha fazendo isso durante algum tempo, mas, por falta de recursos, não pôde continuar fazendo. Começou a diminuir o número de publicações e chegou a um ponto que a última vez que eles publicaram chegou a 200 exemplares. Imagine 200 exemplares para o País todo não é nada. Era melhor parar. Era uma publicação caríssima. Ficava caro para o Ministério fazer aquilo. Passou-se a adotar o critério do Diário Oficial. Não é o melhor sabemos disso, mas o Diário Oficial pelo menos nas Capitais, nas delegacias têm que ter. Então já é uma referência para os pesquisadores, pelo menos, não o pessoal de campo.

Agora, além disso, saiu recentemente a publicação do compêndio dos defensivos agrícolas. Como já existe para a área médica e para a área veterinária, foi publicado recentemente um trabalho. Ainda é uma obra falha. Nós mesmos já levantamos um porção de críticas, mas acho que já é um princípio para solucionar isto. Já que vai ser posto em todas as livrarias, qualquer pessoa vai ter condição de comprar. Não é uma coisa presa ao Ministério. Já é mais um passo em função da necessidade que surgiu.

O SR. FLÁVIO PUGA — O grande problema é que essas coisas mudam muito rapidamente. É por isso que digo que estamos andando devagar quando se trata de governo, porque quando o Senhor fica sabendo de um produto já foram registrados mais dez, já foram retirados aqueles que o Senhor pensa que já foram registrados. Nós estamos na era do computador. O Senhor vai a uma indústria, pede um negócio, e imediatamente dão tudo aquilo através de um computador. Acho também que nós devemos ter em setores de governo a base desses registros de uma maneira mais fácil, porque do contrário não

temos condição de trabalhar. Por exemplo, o Senhor compra um produto. Se o produto não está registrado, até o Senhor conseguir aquilo, já se passaram 10, 15 dias, então já usaram aquilo em quantidade exagerada.

O SR. PRESIDENTE (Pacheco Chaves) — Tem mais alguma pergunta? Não tendo mais ninguém que queira fazer pergunta ao Dr. Flávio Puga, vou agradecer-lhe a palestra que acaba de proferir e dar a palavra ao Professor Adilson Dias Pascoal.

O SR. ADILSON DIAS PASCOAL — Inicialmente, gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados e Senadores por esta iniciativa de criarem uma comissão especial para o estudo do agrotóxico.

Isso demonstra claramente que o interesse atingiu a esfera política, e dessa esfera política se espera as decisões que por tanto tempo nós vimos batalhando.

Em primeiro lugar, a disciplina do uso dos agrotóxicos, e, em segundo lugar, a sua substituição paulatinamente por processos naturais e controle de pragas e doenças na agricultura.

Isso também ilustra o fato de que, ao se formar esta comissão no Senado, claramente fica explícita nessa decisão a abertura política e o clima democrático que vive atualmente o País.

Ao mesmo tempo que parabenizo esta Comissão Mista, agradeço a V. Ex.^{as} a oportunidade de vir aqui para expor as minhas idéias a respeito dos agrotóxicos e do problema de pragas no Brasil.

Como o tempo é realmente escasso, vou direto a duas perguntas que certamente os Senhores estarão interessados na resposta.

A primeira é: seria possível fazer-se agricultura sem o uso de agrotóxicos? Em segundo lugar: se é possível, como fazer essa agricultura?

Então está aí um paradigma colocado pela indústria química no Brasil, de que sem o uso dos agrotóxicos o País enfrentaria a pior crise de fome, de miséria, porque se deixando de usar os agrotóxicos, aquela parte que estaria sendo consumida pela população seria consumida pelas pragas e destruída pelos patógenos, pelos agentes que causam a doença da planta.

A resposta à primeira pergunta, se é possível fazer agricultura sem agrotóxicos, a resposta é sim, é perfeitamente possível. E para responder a isso, eu reservei uma série de projeções de slides para o final da palestra de uma viagem que tive a oportunidade de fazer à Europa justamente para estudar essa técnica de uma agricultura onde o uso do agrotóxico é colocado de lado simplesmente porque ele não é necessário.

Quanto à questão da fome, que eu disse que é um paradigma, na realidade nós temos que entender isso da seguinte maneira: o uso ou não do agrotóxico está ligado à presença maior ou menor de pragas no sistema agrícola, e o número maior ou menor de pragas no sistema agrícola está ligado ao modelo de agricultura. Se o modelo de agricultura é o modelo da grande monocultura, como da cana-de-açúcar, como da soja, como do algodão, se o modelo da agricultura é o modelo que usa a variedade mais produtiva que, pela sua própria natureza, é mais susceptível à praga e à doença, e se essa variedade foi melhorada para produzir mais em função do adubo químico, então esse modelo é o modelo que vai favorecer o aparecimento das pragas e doenças e, conseqüentemente, vai exigir uso dos agrotóxicos. Então, nós vemos claramente que há uma ligação íntima entre modelo agrícola, número de pragas e volume de agrotóxicos.

Agora, nós vemos um país como os Estados Unidos, os países da América do Norte, vemos os países da Europa, vemos a Austrália e o Japão que usam a tecnologia altamente avançada de agricultura industrial, dar assistência às monoculturas, da adubação puramente química e do uso dos agrotóxicos. Então, nós vemos as estatísticas nesses países nos dizerem que se ali, nesse sistema, não se usar agrotóxico, a praga como 30, 40% do que foi plantado, o que resultaria em problemas de fome.

Agora vemos as estatísticas que não existem nas áreas tropicais, como generalização do fato de que o mesmo ocorreria no trópico, ou, melhor dizendo, nos países em desenvolvimento, ou como eles querem nos taxar, de países do Terceiro Mundo.

Mas seria verdadeiro isso realmente nas áreas dos países em desenvolvimento? Bem, é verdadeiro no instante

em que nós começamos a raciocinar sobre a revolução verde, preconizada pelos americanos, na realidade por 3 grandes instituições: a Ford, a Kellog's e a Rockefeller. Estas três organizações americanas é que criaram aquilo que se chamou de a "revolução verde".

Bem, a idéia central da revolução verde era acabar com a fome através do aumento da produtividade da agricultura pelo maior uso dos insumos, e os países do Terceiro Mundo, os países em desenvolvimento têm problemas sérios de falta de alimentos.

Hoje nós sabemos perfeitamente que essa revolução verde aumentou a produção da agricultura, colocou mais alimentos à disposição dos países, fez de certos países importadores de alimentos em exportadores. É o caso do México, o caso típico nosso aqui do Brasil.

Acontece que apesar desses países terem aumentado a produção de alimentos, o povo continua passando fome. Por quê? Porque esse países que ingressaram nesse modelo de agricultura industrial desenvolvido pelos países de área temperada, pelos países que têm capital para os insumos, os países que têm possibilidade de uma mecanização por falta de mão-de-obra, esses países que ingressaram nessa revolução verde, pelo fato de não disporem desses insumos, que tiveram de importar dos países desenvolvidos, obviamente que encareceram o custo da produção final.

Então, vejam bem, que o modelo da agricultura industrial levou exatamente à situação presente. Quer dizer, hoje se nós produzirmos mais alimentos à fração da população para qual a revolução verde foi preconizada como solução para resolver o problema, falhou; falhou porque agora a fome não é mais por falta de alimentos mas, sim, por falta de dinheiro para comprar esses alimentos, que custam 10, 15, 20 ou centenas de vezes mais caros do que a produção antes da agricultura industrial.

Então vejam que realmente não se trata de uma simples análise para ver se o agrotóxico, se deixado de lado, vai criar fome no mundo. Poderá criar fome no mundo, como eu disse, nos países que têm agricultura industrial e para o qual os sistemas estão totalmente desequilibrados. Mas o problema de fome nos países em desenvolvimento nunca deixou de existir, mesmo com os agrotóxicos, mesmo com os adubos sintéticos.

Então, vamos dar uma idéia mais ou menos do que aconteceu com a agricultura no Brasil.

Nós poderíamos nos reportar aos anos anteriores a 1960 e nós veríamos no Brasil uma agricultura sem o uso de agrotóxicos, sem o uso intensivo de agrotóxicos sintéticos. O que se usava no Brasil, os agrônomos mais antigos conhecem perfeitamente isso, eram produtos botânicos, de origem vegetal, que se degradavam no ambiente facilmente, eram produtos minerais também de degradação rápida, sem efeitos, e o número de pragas era excessivamente pequeno. O técnico aprendia não mais do que 20 ou 30 espécies importantes de pragas. Hoje nós vemos um quadro da ordem de mais de 500 espécies, que são altamente prejudiciais à agricultura, que são ensinadas aos agrônomos recentes, que saem das universidades, e um verdadeiro arsenal químico para combater essas pragas.

Fiz um estudo, publicado num livro pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em que eu demonstro que desde 1963 o número de pragas no Brasil aumentou num ritmo de 20 novas pragas por ano. E há uma correlação perfeita entre o número de pragas e o volume de agrotóxicos usados.

Como é que chegou esse modelo de agricultura no Brasil? Nós tivemos vários PNDs no Brasil, o primeiro dos quais foi em 72/74. Nesse primeiro PND, Programa Nacional de Desenvolvimento, da SEPLAN, estava claro que a agricultura brasileira só poderia desenvolver-se em função do maior volume de insumos químicos. A mesma filosofia está no II PND, de 75 a 79, e também nos programas governamentais que surgiram como conseqüência desses PNDs, como o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas de 1975, o Programa Nacional de Fertilizantes e Corretivos Agrícolas. E felizmente nós tivemos no III PNB uma alteração na filosofia dos dois primeiros PNDs, em que as prioridades já eram outras e não mais apenas para o controle químico de pragas.

Então fiz um estudo que gostaria de mostrar alguns resultados, embora não seja esse evidentemente o objetivo desta apresentação.

Esse aqui é um panorama da evolução da agricultura brasileira em função desse PND e dos programas nacionais de corretivos, fertilizantes e agrotóxicos.

Vou apenas passar rapidamente sobre esse assunto, mas apenas para mostrar as conseqüências desse modelo de agricultura para o nosso País.

Então, aqui dos adubos químicos, minerais, de 64 até 79, quer dizer em 15 anos, nós tivemos um aumento do consumo de fertilizantes de 900 mil toneladas para 12 milhões, quer dizer, um aumento médio de 1,243%, só de fertilizantes minerais. De agrotóxicos, os programas nacionais de desenvolvimento, de programas nacionais de defensivos, houve um aumento de 16 mil toneladas para 84 mil toneladas, representando um aumento da ordem de 421%. Só de herbicidas, os Senhores podem ver que em 15 anos houve um aumento de 5.400%.

Finalmente, de tratores, tivemos um aumento da ordem de quase 400%. Não foi um aumento significativo, pois o número de tratores no Brasil ainda é muito pouco expressivo. Enfim, os aumentos em 15 anos são bastante grandes nos insumos, os quais são atribuídos às altas produtividades da agricultura.

Paralelamente a isso, fiz um estudo para saber se realmente a agricultura brasileira nesses quinze anos foi contemplada com os aumentos esperados pelos PNDs. Cheguei a uma conclusão realmente assustadora: nos quinze anos de agricultura industrial que tivemos no Brasil, apesar desses aumentos elevados de insumos para a agricultura, tivemos um aumento de produtividade de apenas 4,9%.

Este quadro — a transparência não está nada boa — tubulei esse resultado para os mesmos anos, de 64 a 79, para as dez principais culturas brasileiras, e cheguei à conclusão — vou mostrar apenas o final — que das dez culturas, o aumento da produtividade foi de apenas 4,9%. Isso para confirmar o que dizia o Dr. Flávio Puga há pouco, de que a produtividade da agricultura brasileira é uma das mais baixas do mundo. Apesar de ser uma das que mais usa insumos químicos em todo o mundo. Em 1979, por exemplo, o Brasil era o terceiro País do mundo em consumo de agrotóxicos. Só éramos superados pelos Estados Unidos e pela França. Havíamos mesmo atingido um nível superior ao próprio Japão em consumo de agrotóxicos. Por essa data também o Brasil já estava entre os 10 maiores consumidores de fertilizantes minerais do mundo e com uma produtividade excessivamente baixa como essa.

O SR. — Os primeiros países em consumo de agrotóxicos eram os Estados Unidos e a França?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Perfeito. Mas o que realmente preocupa é que nesse ano de 1980 a importação de insumos no Brasil foi de uma ordem astronômica. São os dados que tenho. O Brasil importou em fertilizantes minerais e gastou para isso 900 milhões de dólares, em 1980.

O SR. — Só em 1980?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Só em 1980 gastou 900 milhões de dólares. O Brasil já produzia cerca de 45% de fertilizantes internamente; quer dizer, esses 900 milhões de dólares referem-se apenas aos 75% que foram importados. De agrotóxicos, no mesmo ano, o Brasil gastou 500 milhões de dólares. Cinquenta por cento importados e 50% produzidos internamente. Quer dizer que somente com esses insumos básicos o Brasil, em 1980, gastou 1 bilhão e 400 milhões de dólares.

De combustível para a agricultura, fiz um cálculo e cheguei à conclusão de que nesse ano de 1980 a agricultura brasileira gastou 2% do total de petróleo consumido no Brasil. Isso dava mais ou menos em torno de 200 mil dólares em combustíveis para acionar as máquinas agrícolas.

Assim, portanto, os três insumos básicos da agricultura — o fertilizante, o agrotóxico e as máquinas — custaram ao País 1,6 bilhões de dólares. E como se não bastasse isso, ainda neste ano importamos alimentos básicos como arroz, cevada, feijão das águas, milho, soja e trigo, e gastamos nessas importações 1 bilhão de dólares. Isso quer dizer que para o ano de 1980 a agricultura industrial no Brasil custou 3,1 bilhões de dólares. Lembro-me bem que nessa ocasião isso representava 1/3 da dívida externa brasileira.

O SR. — E quando rendeu isso em exportação, embora aí não se esteja falando em exportação somente, mas também em produção interna, a produção total.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Esses dados referem-se somente à importação de alimentos. É o que gastamos.

O SR. — É importação de insumos, mas o insumo não serviu só para a exportação. Serviu para consumo interno e exportação.

O SR. — Mas aí é importação de alimentos.

O SR. — Estou falando nos outros números anteriores. Mas eu pergunto quanto rendeu isso. Qual foi a produção agrícola total?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Não me recordo. Aqui estamos apenas querendo demonstrar que esse modelo de agricultura estava custando um valor essencialmente alto para o País. Poderíamos perfeitamente produzir ou talvez até importar esses insumos, mas com um rendimento da agricultura muito mais alto do que aqueles 4,9% que foi demonstrado, em aumento de produtividade.

E por que é falha essa agricultura aqui no Brasil? Vamos entender a questão. Primeiro, pelas variedades. Disse que a questão das pragas está intimamente ligada ao modelo agrícola. Então, vemos aqui os centros de onde se retiravam as variedades para se fazer agricultura. O interessante de se notar aqui é que os centros de origem das variedades das culturas estão sempre em áreas tropicais ou subtropicais nos países em desenvolvimento. Não há centros de origem de agricultura em países desenvolvidos. Isso quer dizer que os países desenvolvidos dependem dos países em desenvolvimento para a obtenção das variedades com que eles melhoram e aprimoram novas técnicas de agricultura.

Vemos aqui que os principais centros de melhoramentos de plantas estão exatamente situados nos centros de origem dessas culturas. Existem vários aqui em áreas sempre tropicais ou subtropicais. Pois bem, o ponto em que quero chegar é o seguinte: que os componentes da agricultura da revolução verde certamente entenderam a importância de preservar esse potencial genético que existe nos países em desenvolvimento, como estratégia de futuros melhoramentos de plantas. E é claro que a primeira medida foi colocar esses centros de pesquisas nessas áreas, para garantir um germoplasma, para garantir as variedades a futuros melhoramentos. Bem, quem fez isso, como eu havia mencionado no início, foram aquelas três organizações, três fundações conhecidas de todos, que são a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e também a Fundação Kellogg's. Pois bem, hoje são oito estações localizadas nos principais centros, e tudo isso sob o controle, essas variedades estão sob o controle da Internacional Board For Plant Genetic Researches, um grupo internacional para recursos genéticos originais de plantas, que tem sede em Roma. Esta IBPGE está vinculada e esse National Suda Storage Laboratory, Laboratório de Armazenamento Nacional de Sementes, que se localiza no Colorado, nos Estados Unidos, e ali está basicamente o germoplasma do mundo inteiro, controlado pelos americanos. E os recursos para a manutenção desses IBPGE é feito por um grupo internacional de conselheiros localizados nos Estados Unidos e para a qual aquelas três fundações e mais o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas também subsidiam.

O perigo que há nisso é que os nossos sistemas estão sendo destruídos pela poluição, pela degradação natural do ambiente, pela degradação provocada pelo ambiente. Então na reta uma única saída, que é obter as nossas variedades desse centro localizado nos Estados Unidos. O que acontece, que é muito comum, é que somos obrigados a pagar patentes para as variedades próprias da nossa região a essas instituições que controlam o Banco de germoplasma no mundo inteiro. Isso é uma ameaça aos países em desenvolvimento, tanto para o seu potencial genético, como para a sua própria economia. E o que é mais interessante é que hoje vemos indústrias de

agrotóxicos comprando firmas que comercializam sementes. Por quê? Que interesse haveria em firmas que vendem insumos químicos, adubo químico ou inseticida comprar firmas de sementes? Porque estas variedades, que estão armazenadas e muito bem protegidas lá nessa organização, essas variedades são altamente suscetíveis a pragas e doenças. Quer dizer que, por serem altamente suscetíveis quando, uso essas sementes, eu já sou obrigado a comprar agrotóxicos para defendê-las. Essa então é a estratégia da agricultura industrial. Essa foi a estratégia da revolução verde, que na realidade apenas beneficiou uma minoria já abastada e nunca a grande maioria, para a qual ela foi teoricamente desenvolvida.

Vemos aqui, por exemplo, as fontes de germoplasma mais importantes para os Estados Unidos. São vários países que fornecem esse germoplasma, essa variedade genética para os melhoramentos nos Estados Unidos. Para nós aqui a laranja funciona... O Brasil tem o centro e o amendoim. Agora vejam a vulnerabilidade que essas variedades genéticas apresentam nos Estados Unidos e no Canadá. Essa vulnerabilidade é quanto a pragas e doenças. Por exemplo, o trigo, são 4 variedades principais nos Estados Unidos e no Canadá, e 75% delas são suscetíveis a pragas e doenças. A colza, 95% das variedades são suscetíveis; a cevada, 63%; o painço, a soja, a ervilha, todas elas estão aí com valores acima de 50% de suscetibilidade a pragas e a doenças.

Quando essas variedades são usadas, é claro que as pragas surgem e, conseqüentemente o uso de agrotóxicos torna-se freqüente.

Vemos agora um exemplo prático do que está acontecendo. A questão das patentes a que me referi. Por exemplo, de feijão, cerca de 79% das variedades patenteadas de feijão estão sob o controle dessas multinacionais, a SANDOZ, a Union Carbide. Do algodão, 44% das variedades controladas por essas multinacionais. Alfaca, o Union Carbide, FNC, ITP, etc. E assim por diante.

Vemos aqui neste transparência as companhias multinacionais de agroquímicos envolvidas com companhias de sementes. Por exemplo, a Royal Dutch Shell, que é a maior potência mundial de agroquímicos, também tem sementes, comercializa sementes. A ITT, americana, aqui só sementes. A CARGILL, que conhecemos bem, aqui só sementes. Mas a Union Carbide tem os agroquímicos e tem as sementes. A Ocidental Petroleum, a mesma coisa.

Isso então é uma prova de que, quando se usa as variedades de agricultura industrial, o pacote tecnológico já está montando para vender o fertilizante químico e também o agrotóxico.

Voltando ao início, estava dizendo que a questão de pragas ser maior ou menor na agricultura, está na dependência do modelo agrícola.

Usando-se essa variedade altamente suscetível, usando-se o adubo químico e o agrotóxico, nós aumentamos o número de pragas. Para isso há uma explicação científica bastante demorada, e eu não tenho, infelizmente, todo esse tempo para explicar a V. Ex^a, mas hoje se sabe perfeitamente que um solo desequilibrado pelos adubos químicos leva ao aparecimento de pragas na parte aérea. Isso porque há um acúmulo de substâncias na seiva da planta, como o sulco celular, que são principalmente nitratos, aminoácidos e açúcares, que aumenta a população de pulgões, aumenta a população de acras, enfim, todas as pragas que sugam a seiva, ou sulco celular. E quando usamos o agrotóxicos, matamos os inimigos naturais, desequilibramos mais aquele sistema e geramos novas pragas. Então, todo o mecanismo agora está intimamente relacionado: o modelo agrícola, levando ao aparecimento de pragas, pela variedade mais suscetível pelo adubo químico e pelo agrotóxico usado.

Usando-se essas técnicas dentro de um regime de monoculturas, de extensas monoculturas, é claro que o problema é muito mais agravado.

De volta à pergunta inicial: é possível fazer-se agricultura sem uso de agrotóxico? É possível. E é possível desde que mudemos a nossa própria filosofia de agricultura. Se nesta Comissão Mista do Senado Federal estamos procurando resolver o problema dos agrotóxicos, terá que ser feito através de um estudo profundo, que demonstre claramente que o uso de agrotóxicos está intimamente atrelado ao modelo da agricultura. E aí então,

aquela pergunta que também foi feita, sobre a questão da fome, só é verdadeira nessas condições. Se suspendêssemos hoje o uso de agrotóxicos com o modelo de agricultura que temos, é claro que os danos que as pragas iriam causar seriam muito grandes, porque o próprio sistema favorece o aparecimento de pragas e doenças. Mas isso não quer dizer que vamos ter que seguir a linha do uso dos venenos altamente tóxicos e altamente persistentes no ambiente. Existem modelos que podem e devem ser usados para diminuir o volume dos agrotóxicos usados. Os exemplos são claros da questão do manejo integrado de pragas, que permite uma economia de milhões e milhões de dólares com o não uso dos agrotóxicos, apenas se avaliando os danos corretamente e fazendo o uso desses produtos, quando realmente eles são necessários, e, também, diminuindo-se as dosagens e substituindo, o que é mais importante, o agrotóxico por meio de controles naturais. A própria EMBRAPA está pesquisando hoje o uso de um microrganismo, um vírus, um baculovírus, que já permitiu reduzir o número de aplicações em soja e em outras culturas de 10 para 4, 3, 2 vezes ou nenhuma aplicação de agrotóxico. Os Senhores podem entender por aí quanto é que o Brasil lucra com isso, quanto é que a agricultura lucra com isso e quanto é que nós todos consumidores lucramos com isso, porque podemos ter assim alimentos mais baratos para comprar.

Agora gostaria de mostrar uma série de slides, que vai ficar claro aos Senhores que é perfeitamente possível se produzir agora sem uma gota de agrotóxico sintético. Esse modelo é o modelo que há muito se usou no Brasil e que os países desenvolvidos estão agora usando também. É o modelo de agricultura orgânica e o modelo da agricultura, que chamamos, como agriculturas alternativas, como técnicas alternativas. Pois bem, essa preocupação é uma preocupação dos países desenvolvidos, porque ela está fundamentada em todos esses princípios, e que, apesar de eles terem hoje alimentos abundantes em sua mesa, os países desenvolvidos, lá não se morre mais de fome, por outro lado eles sabem perfeitamente que, apesar da sua população não morrer de fome, hoje a incidência de câncer é muito mais alta do que no passado. Quer dizer, não se morre mais de fome, mas se morre de câncer, e câncer provocado principalmente pelos resíduos de agrotóxicos, pelos resíduos de fertilizantes químicos nos alimentos.

Então esse modelo de agricultura demonstra, por exemplo, que os próprios Estados Unidos estão preocupados com isso. A Comissão, que foi encomendada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para estudar a questão da agricultura orgânica, elaborou um relatório que foi publicado em 1980, que é um relatório de recomendações sobre agricultura orgânica nos Estados Unidos. Tivemos a felicidade de ter sido traduzido para o português e publicado por uma coeditoria SEPLAN — CNPq. Esse é um relatório extremamente importante de agricultura orgânica, e demonstra, vindo de um país que nos exportou o modelo da agricultura industrial, que podemos realmente acreditar que eles estão bastante interessados em mudar o seu próprio modelo de agricultura.

O que vou mostrar nos slides é o resultado de uma viagem que fiz de um ano à Europa e também aos Estados Unidos justamente com a finalidade de responder a uma série de dúvidas que eu próprio tinha com relação àquela primeira pergunta, de produzir-se sem o uso de agrotóxicos.

O que tenho são alguns slides, mas realmente a série é bastante grande e bem detalhada.

Vamos começar pela Inglaterra, onde existe college, uma instituição que pesquisa a agricultura chamada biodinâmica.

(Projeção do slide)

Este é o centro que fica ao sul de Londres. O que essa agricultura? É uma agricultura da matéria orgânica, básica é a matéria orgânica que vai garantir a sanidade do solo, e essa sanidade do solo vai representar a sanidade da planta, e a sanidade da planta vai representar a sanidade do animal e, finalmente, do homem.

Os animais estão ali e vai sendo empilhada aquela matéria orgânica durante o período do inverno. Ali, então, está o esterco animal mais a palha, que é o resto de cultura.

No fim do inverno, início da primavera, entra esse trator, retira essa matéria orgânica e a coloca em uma carreta. É tudo mecanizado. Esse trator leva e coloca isso para o processo, que se chama de compostagem, quer dizer, é a obtenção do composto, a matéria orgânica, que é o fundamento dessa agricultura chamada orgânica.

(Projeção de outro slide.)

Esse é o preparo do solo em algumas técnicas alternativas. O preparo é o convencional, não difere, mas em outros eles não eram mais de 15 cm, por exemplo, não invertem as camadas de solo, porque o que está acima do solo deve permanecer acima, o que está abaixo deve permanecer abaixo, nunca invertido, porque se cria condições com o oxigênio e sem oxigênio que desfavorece a vida do solo.

(Projeção de outro slide.)

Essa é uma máquina que vai aplicar o composto. É uma simples carreta com aquelas hélices atrás e um fundo móvel que vai, então, jogando aquele esterco, aquele material compostado sobre o solo.

(Projeção de outro slide.)

Vejam ali a preocupação do agricultor orgânico. Ele está usando um trator com rodas suplementares. Isto é para evitar a compactação do solo, porque o objetivo principal é o solo, o solo sadio, com a vida ativa microbiana, e, também, de minhocas e outros organismos úteis. Por isso a estrutura do solo é extremamente importante. Então, ali está essa preocupação do uso racional de uma máquina.

(Projeção de outro slide.)

Ali, vejamos o resultado. Todas aquelas estruturas que aparecem em saliência são dejeções de minhocas e as minhocas funcionam como verdadeiros arados vivos que fazem um trabalho gratuito para o agricultor. Eles invertem as camadas de solo e arejam esse solo, não permitem acúmulo de água e constitui-se em um padrão de fertilidade. Quer dizer, solos que têm muitas minhocas são solos extremamente férteis.

(Projeção de outro slide.)

Está aí uma agricultura sem uma gota de adubo químico e sem uma gota de agrotóxico. São plantações extensas de trigo, centeio, aveia, onde as pragas estão controladas naturalmente, porque a planta está equilibrada, não há deficiências minerais na planta que favoreçam as pragas, não há acúmulo de substâncias que também favorecem as pragas, e as ervas invasoras são controladas por simples rotações de culturas. Quer dizer, não se usa herbicida, se faz rotações de cultura, diversifica-se o ambiente e tudo isso fica automaticamente controlado pelos agentes naturais.

Para as pastagens, por exemplo, não se faz como se faz no Brasil, na agricultura convencional, alimentar o gado com ração que vem de fora. Não, tudo se produz internamente. É um sistema de auto-suficiência. Então, essa pastagem tem ali associada aveia, tem centeio, tem quatro ou cinco outras gramíneas e outras leguminosas. Isto é suficiente para fazer um feno de alta qualidade, e que o animal está-se alimentando com substância altamente nutritivas, com todos os micro e macro nutrientes que ele precisa e, portanto, é um animal saudável, um animal que não fica doente e não precisa de antibióticos, não precisa de sulfas e não precisa de hormônios e outras coisas mais.

As criações animais não são aquelas engaioladas como na agricultura industrial. Os animais tomam sol e andam livremente e, portanto, tem uma saúde muito melhor, conseqüentemente dispensam, também, os produtos químicos usados para mantê-los forçadamente com saúde.

(Projeção de outro slide.)

Este é um centro de pesquisa em agricultura orgânica na Inglaterra. É o Soil Association, Associação de Solo, que tem pesquisas muito importantes na comparação de métodos convencionais e orgânicos em agricultura. Esse é o centro dessas pesquisas, e o resultado de vinte e cinco anos de pesquisa demonstra claramente a superioridade dos métodos de agricultura orgânica sobre os métodos convencionais. Quer dizer, a agricultura sem o uso de insumos químicos, de produtividades tão altas ou mais al-

tas do que a convencional e, o que é mais importante, preservou o solo e garantiu uma saúde melhor às plantas e aos animais e ao próprio homem.

Esse é um aspecto dessa área experimental na Inglaterra.

(Projeção de outro slide.)

Aqui podem notar uma cultura, onde se faz onde não se aplicou herbicida e notem que não há plantas invasoras.

(Projeção de outro slide.)

Esta é a universidade de Londres, um dos colleges da universidade de Londres e ali está um grupo de pesquisadores que trabalham em agricultura orgânica. Eles conseguiram fazer um processo de reciclagem de matéria orgânica e com isso empregaram muitas pessoas que estavam desempregadas, porque não havia possibilidade de emprego, e agora com essa reciclagem de restos industriais e agrícolas eles têm garantido emprego.

(Projeção de outro slide.)

Este é um processo de compostagem para pequenas propriedades.

(Projeção de outro slide.)

Aí o pesquisador avaliando a qualidade do composto.

(Projeção de outro slide.)

Esse é um aspecto desse college da Universidade de Londres, da área experimental. Esse é um aspecto do experimento, comparando adubação orgânica com a convencional.

(Projeção de outro slide.)

Essa é uma fazenda orgânica também na Inglaterra. Essas vacas, por exemplo, jersey, tinham produtividades muito superiores às convencionais — de 5 a 6 mil litros de leite por animal, por lactação. Isso era mais do que a média do próprio País, e com um teor de 6,5% de gordura, um teor altíssimo, também, mais do que o padrão geral inglês. O que eles usam é um sistema de rotação de pasto, quer dizer, entram primeiro as vacas e depois vem o carneiro e depois as galinhas e os patos, quer dizer, cada um pastando diferentes alimentos e, portanto, nunca esgotando as reservas do solo. Utilizando plantas de diferentes naturezas e com isso vocês podem notar a beleza daquela pastagem e dos animais.

Para pequenas propriedades existe essa organização que pesquisa também a agricultura orgânica, mas para o inglês. O inglês gosta muito de ter um jardim, no fundo do quintal, uma horta. Então, para eles existe essa organização que pesquisa uma agricultura sem insumos químicos e basicamente orgânica e biológica.

(Projeção de outro slide.)

No País de Gales existe um centro muito importante de tecnologia alternativas. Quando se chega, se encontra esse visual que diz "a cidade do futuro", e ali estão as tecnologias alternativas, porque um dos graves problemas da agricultura industrial é que ela é baseada no petróleo, e sabemos perfeitamente que o petróleo tem mais 20 anos, ele se esgota em vinte anos, e o petróleo é o responsável por todo aumento do custo da produção, porque os insumos, os agrotóxicos, os fertilizantes e as máquinas usam produtos direta ou indiretamente derivados do petróleo. Então, a idéia é se ter uma agricultura com fontes alternativas de energia, não ligadas a combustível fóssil.

(Projeção de outro slide.)

Reciclagem dos próprios detritos humanos também são permitidos, desde que controlados. O uso de roda d'água para gerar eletricidade. Armadilhas para o controle de pragas, que atram as pragas ou então repelem as pragas, e o uso de energia solar para aquecer, por exemplo, um tanque de criação de peixes. Gás metano para gerar eletricidade, para obtenção de um biofertilizante. Energia eólica, para a geração de energia ou para acionamento de bombas e outras finalidades.

(Projeção de outro slide.)

Esse é um aspecto do que deve ser, provavelmente na concepção deles, uma cozinha do futuro, quer dizer, usando todas as fontes alternativas de energia, usando

plantas medicinais, usando ervas para temperos e alimentos integrais e de alto valor biológico. Não apenas aquilo que o Dr. Flávio estava se referindo, apenas do aspecto externo, mas sim do valor interno, que é muito mais importante na concepção de uma agricultura saudável.

(Projeção)

Agora vamos para a França. É um outro método de agricultura chamada biológica

(Projeção de outro slide.)

Este é o Centro de Pesquisa de Agricultura Biológica na França.

(Projeção de outro slide.)

Este é um agricultor, aliás, um criador que usa o método biológico. e ele tem lá aquele gado que é a raça Charolese.

(Projeção de outro slide.)

Agora podemos observar a sanidade desse animal. Aliás, um fato notório que eu próprio documentei é que quando esses criadores passam para o método orgânico, biológico, os gastos com veterinária caem quase a zero, quer dizer, não é bom para o veterinário, evidentemente, mas para o agricultor é um resultado fantástico, de acordo com centenas de documentos registrados de gastos. Os animais dispensam o uso de medicamentos para a cura de doenças; eles são saudáveis. E o que é mais importante, também, é que esse agricultor conseguia um ganho de peso muito maior do que os próprios vizinhos dele, em menos tempo.

Em Paris existe uma outra organização de pesquisas de agricultura orgânica, que é esta que aí está, biológica. Essa organização, cuja representação a EMBRATER, no Brasil, tem um convênio e publica as fichas técnicas que é chamado GRET, um grupo de pesquisa e de troca de tecnologias.

(Projeção de outro slide.)

Agora vejamos uma horticultura, uma horta pelo processo de agricultura biológica. Essa fazenda é a horta do indivíduo. Esse é o aspecto do alimento.

Agora eu gostaria, inclusive, de dizer que na agricultura orgânica a qualidade, o aspecto externo do produto é tão bom quanto o da agricultura química, e, o que é mais importante, sem usar agrotóxicos. Podem notar aqui a qualidade desses, rabanetes. São produtos que têm um aspecto comercial fantástico, e nunca se usou aí uma gota de adubo nem de inseticida.

Aqui está uma horta biológica. Então o sistema é diversificar. Podem notar que existem alfaces plantadas aí, mas são variedades diferentes, porque umas são mais, outras são menos resistentes a pragas e doenças. E onde aqui é alface, na próxima vez será cenoura, depois será uma leguminosa, e assim por diante. Existem várias rotações de cultura. Diversifica-se o sistema e, como isso, não se têm as pragas nem as doenças. E tudo é reciclado, nada se perde. Essas sobras todas aqui vão servir para fazer lá atrás o composto.

Bom, isso é um aspecto também na França, e ali são propriedades agrícolas, melhor, de criação animal.

Agora vamos ver essa fazenda, que é uma fazenda que tem uma história muito interessante, que gostaria de me referir a ela. Pois bem, essa fazenda, é uma fazenda com esse gado, onde se retira o leite para fazer um queijo de altíssima qualidade, que é vendido a um preço muito alto, compensador, na França, e quem faz isso são Abates. Pois bem, esses Abates sempre produziram organicamente, até o instante em que chegaram técnicos do Ministério da Agricultura e sugeriram a eles que para aumentar a produção das culturas, eles deveriam passar para a adubação química. Bom, na tentativa de fazer uma produção maior de leite, portanto, de queijos, eles caíram nessa idéia dos técnicos do Ministério da Agricultura, e passaram a usar, ao invés de adubo orgânico, adubo químico. E o resultado foi que esse gado rapidamente perdeu peso e apresentou uma doença que não havia cura, e os técnicos do Ministério iam constantemente na fazenda e não conseguiam resolver o problema. Até que chegaram a sugerir aos Abates que a única solução seria trocar todos os animais por novos animais. Mas, talvez, esse Abates, iluminados por uma luz divina, ao invés de trocar os animais, resolveram trocar de técnicos, e aí então foi que a coisa deu certo.

O Sr. — Qual é o local?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — A fazenda chama-se Fazenda da Pedra que Vira, fica no Vale do Ioni, na França. Isso está documentado tudo direitinho em documentos bastante confiáveis, publicados pelas organizações de agricultura biológica.

Voltando então à adubação orgânica esse gado aumentou de peso e ganhou novamente saúde e, finalmente, eles conseguiram produções bastante altas de leite e queijo.

Aí está a produção do queijo, e esses porcos reciclam a matéria orgânica que é perdida, no caso aí, o soro do leite, do queijo, que é dado para a engorda deles.

Bom, essa é a palha que sobra da agricultura, que depois é usada para fazer as camas dos animais, para fazer composto.

Agora vejamos aqui essa fazenda, que é uma Fazenda que usa fruticultura. O que se permite usar são, por exemplo, aí no caso é um guano, que são fezes de pássaros marinhos, que é um adubo permitido para a agricultura biológica.

Agora vejam essas macieiras, e vão perceber também que são altamente qualificadas para o comércio. E aí também nesse modelo de fruticultura não se usa o adubo químico e não se usa uma gota de agrotóxico, e podem notar que essas maçãs estão perfeitas, o aspecto comercial delas é excelente e também o valor biológico é nutritivo, é de alta qualidade. Ou então essas peras, que também estão aí perfeitas. Não há pragas, não há doenças que causem danos, e o sistema é feito sempre com rotações, com associação de cultura, de variedade resistentes.

Agora, essa horta, por exemplo, aqui são plantadas cenouras, do lado é alface e sempre fazendo uma rotação de culturas.

Isso é uma loja de produtos naturais na França.

Bom, agora, a Alemanha é o país onde realmente a agricultura biológica está mais avançada. Esse é um experimento feito para comparar a agricultura convencional com a orgânica, e o resultado mais significativo, demonstrado já, é que a agricultura química, hoje cultura química, por exemplo; no caso da cenoura, o teor de vitamina é de três a cinco vezes inferior na agricultura química do que na agricultura orgânica. Quer dizer, a gente está produzindo a um custo muito mais alto com um alimento que tem um valor nutritivo muitas vezes mais baixo do que aquilo que se esperava.

Esse é um número de fazendas biológicas na Alemanha. Esses são alguns produtos industrializados, e, o que é importante, sem nenhum aditivo químico.

Bom, essa é uma fazenda na Alemanha que usa o processo biodinâmico. Notem a qualidade da pastagem, perfeita, e também o aspecto sadio desse reprodutor, e aqui os prêmios que esse gado recebeu na Alemanha. Realmente, eu fiz questão de tirar esse slide como comprovante de que realmente a qualidade dos animais era altíssima.

Outra fazenda biológica na Alemanha. Aqui estudando a interação de astros na produção, e venda descentralizada. As pessoas podem procurar os alimentos diretamente nessa fonte. Algumas organizações dispõem de várias publicações dentro da área de agricultura orgânica.

Uma universidade na Alemanha, esse pesquisador já esteve no Brasil duas vezes. Aqui está um laboratório de solos, análises de resíduos, uma máquina que estava preparando uma área experimental. Uma universidade também de pesquisa a agricultura orgânica na Alemanha, esse é o aspecto da universidade. Esse é o pesquisador principal, a área de adubos verdes. Essa é uma fábrica só de aparelhos para a agricultura biológica, de implementos e máquinas para a agricultura biológica. Aspectos dos pesquisadores e uma farmácia. O interessante é que as farmácias na Alemanha e na Europa são farmácias que vendem basicamente chás medicinais. Quer dizer, não são como as nossas farmácias no Brasil, que têm incrível volume de produtos que podem ser comprados livremente. E centros de dietética, e lojas de produtos orgânicos, que podem ser comprados, processados ou não.

Na Bélgica há também uma organização importante, que chama-se Limar. Aí está um aspecto do laboratório também. Agora notem uma coisa também interessante: hoje em dia já caiu de moda esses moinhos de pedra. Pois bem, os moinhos de pedra estão voltando agora na Eu-

ropa, porque eles garantem um tipo de alimento mais nutritivo, porque o próprio germe permanece vivo, mesmo passando nesses moinhos, que têm uma movimentação mais lenta. Conseqüentemente, o valor do cereal é muito mais alto.

Aspectos dos produtos comercializados.

Na Suíça há uma outra organização de agricultura biológica muito importante, aliás, a principal delas na Europa. Esse é um aspecto pessoal.

Essas são as fazendas orgânicas na Suíça.

Esse é um experimento com repolho.

Agora, a Holanda também está muito avançada em termos de pesquisa e comercialização de produtos. Essa é uma escola que ensina a agricultura biodinâmica.

Aqui está o aspecto de uma fazenda do Ministério da Agricultura na Holanda, que compara os métodos convencionais e orgânicos de agricultura.

O processo de reciclagem da própria matéria orgânica, usando-se porcos.

Essa é uma horta orgânica, também na Holanda.

Isso é a fava italiana, e ali está o porquê de não se usar adubo químico. Aqueles pontos brancos que estão ali são bactérias que fixam o nitrogênio, e esse nitrogênio é o que garante a alta produtividade da agricultura orgânica.

Ah, de novo, aquela preocupação de se preservar a estrutura do solo.

Outras máquinas que aplicam compostos e que podem aplicar diretamente no pé da árvore.

Essa é um cooperativa que fica próximo de Amsterdã. É uma cooperativa que entrega os produtos diretamente ao consumidor, sem passar pelo intermediário.

Aí estão leite integral, vários produtos frescos. Esse caminhão é que leva esse material para ser comercializado nas grandes cidades.

Esse é um centro experimental de uma fazenda que fica na Holanda.

Um aspecto da produção do esterco orgânico.

Bom, essa aqui é uma área livre de ervas invasoras, é a área orgânica. Agora podem notar que essa aqui é a área onde se usou herbicidas, está totalmente infestada de ervas invasoras.

Pois bem, isso foi rapidamente sobre a Europa.

Agora, nos Estados Unidos existe uma outra organização que, talvez, seja mais importante de todas elas, que é o Centro de Pesquisas Rodero. Tem uma impressora fantástica, de vários livros em inglês. Esse é o proponente desse modelo de agricultura. Esse é um aspecto de biblioteca e um centro de culinária, onde eles preconizam as melhores formas de cocção de alimentos que perderam seu valor nutritivo e criações de peixes internamente, com filtros, etc. etc. E também no Brasil, para dizer que não temos nada, temos várias coisas já feitas. Por exemplo, em São Paulo há esse engenheiro agrônomo que pesquisa, que tem uma horta de agricultura orgânica. E aqui estão reunidos vários Secretários de Estados de Agricultura, de Meio-Ambiente e de Saúde, pesquisando e aprendendo a técnica da agricultura orgânica com esse pesquisador. Vários deles estão aí e acompanharam toda a excursão para ver essa horta orgânica, que fica em Cotia, São Paulo. Podem notar que o aspecto também é bastante saudável dos alimentos, e por quinze anos esse pesquisador produz hortaliças de São Paulo e nunca usou uma gota de adubo químico nem de agrotóxico.

Criação de animais e novamente o aspecto do pessoal, desses profissionais e de pessoas ligadas à área de agricultura.

Então, só para encerrar, esta é a mensagem que eu gostaria de deixar claro. Claro que há possibilidade de se produzir sem o uso de agrotóxicos, mas, para se produzir sem uso de agrotóxicos, há necessidade de se mudar o modelo de agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Apesar do adiamento da hora, na ausência do Sr. Presidente, o Senador Amaral Peixoto, que tinha outra reunião, eu indagaria do expositor e dos participantes, dos Deputados presentes, se haveria conveniência de algum debate ou de algumas indagações.

Com a palavra o nobre Deputado Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, Deputados participantes deste encontro, Prof. Adilson Pasqual, nós já temos participado, noutras oportunidades,

de debates, discussões, seminários e encontros desse gênero, e se tem notado que o interesse dentro de nosso País também por esse aspecto é muito grande. Eu creio que esses debates, esses seminários, esses encontros estão produzindo uma preocupação, pontos positivos na sociedade ligada à questão da agronomia e também ligada aos produtores.

Uma das questões que a gente tem sentido mais é ainda uma carência muito grande de uma formulação prática para chegar até a essas pessoas que estão preocupadas, mas que estão encontrando dificuldades onde encontrar literatura, a qualidade da literatura, porque é verdade que nesse momento também sai muita coisa que não tem valor mais aprofundado e até passa pelo nível da picaretagem. Então, eu gostaria de indagar ao professor. Nesse aspecto, o que nós temos realmente de literatura prática? Como essa literatura está chegando às pessoas que estão preocupadas com isso, não só a nível de escola, de universidade, de estudantes, nem de pesquisadores, nem só de profissionais ligados à área, mas também de produtores e até de sociedades de modo geral? Isso é uma indagação.

A outra indagação é em relação àquele professor Mario Nogueira Oliveira, de São Paulo, que tem trabalhos sobre bactérias e tem, sei lá, uma pesquisa, que produz algumas bactérias lá, um tipo meio caseiro, parece-me, e ele tem feito uma pregação, inclusive tentado registrar no Ministério da Agricultura, eu tenho conversado com ele de vez em quando sobre isso, e se o Professor tem assim algumas considerações a fazer àquela proposta que foi, parece-me, hoje consolidada numa empresa, qualquer coisa desse gênero assim. Isso realmente tem uma fundamentação ligada a essa visão da agricultura biodinâmica, agricultura alternativa ou biológica ou, afinal, que seja dentro de um equilíbrio da natureza que nós buscamos.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Sobre a literatura alternativa, é uma literatura vastíssima, e ela está principalmente nas línguas alemã, inglesa, francesa, italiana e espanhola. Em português nós temos quase nada, quase nada. Eu sempre chamo a atenção das pessoas que durante todo o desenvolvimento da ciência agrônoma no Brasil, a agricultura foi puramente orgânica. Quer dizer, é questão de 20 anos que essa agricultura mudou para uma agricultura química, de base puramente química. Então, quer dizer que existem muitas pesquisas, existe muita informação de 1960, antes de 1960, anteriormente, nas décadas de 30, 40, 50, houve grandes projeções científicas nas áreas de adubação orgânica, nas áreas de compostagem, nas áreas de controle biológico, nas áreas de rotação de controle, de consorciações de cultura. Então, as bibliotecas mais antigas, as escolas mais antigas dos institutos de pesquisas dispõem de um acervo que não está sendo considerado. Não quer dizer, entretanto, que nos vamos voltar a uma agricultura de 20, 30 anos atrás. Não. O que quero dizer é que está ali a base sobre a qual nós podemos prosseguir as pesquisas que pararam nas décadas de 60, 70 e 80. Isso eram pesquisas feitas por eminentes pesquisadores brasileiros, que não são conhecidas dos técnicos atuais, simplesmente porque não representam a época presente. Mas estas pesquisas podem ser adaptadas à realidade atual, quer dizer, elas devem servir de alicerce a essa pesquisa. Agora, claro que as traduções de vários compêndios, de várias obras importantes, européias e americanas, é uma coisa que deve preocupar-nos. Nós devemos trazer essas informações ao Brasil, e devemos também procurar produzir mais e mais pesquisas dentro desta área.

A nível prático, a nível do extensionista, a única coisa que tem sido feita no Brasil são cursos de agricultura, com estes princípios que apontei e feitas aos extensionistas das EMATER e também dentro das universidades. Mas isto apenas é uma pequena amostragem, que realmente deveria ser feito num nível muito mais intensivo, mas ainda é alguma coisa que funciona porque serve como núcleos de irradiação de novas tecnologias, de novas idéias. De qualquer forma, nós somos deficitários nessas duas coisas, em pesquisa e em divulgação da tecnologia.

Agora, com relação ao pesquisador, realmente não conheço o que é que ele está querendo registrar no Ministério. Só sei que ele trabalhou muito tempo com minhocas, e vendia um húmus com minhocas, com casulos, com ovos de minhocas, e isto foi muito desacreditado,

durante algum tempo. Talvez ele não tivesse tido a preocupação de um rigor científico e realmente mostrar que o que ele estava vendendo correspondia ao que estava ali dentro, e por isso ele acabou sendo de certa forma desacreditado. Mas não tenho pessoalmente nada contra o registro de produtos. Por exemplo, foi mostrando um slide em que estava lá, clara, a comercialização de um adubo orgânico ensacado direitinho, vendido no comércio. Quer dizer, não há nada contra isso. Mas acho que isto tudo é dispensável, quer dizer, o agricultor, ele próprio, ele mesmo pode produzir o seu próprio fertilizante orgânico, sem ter que depender de ninguém. Quer dizer, é aquela idéia da auto-suficiência, é aquela idéia de se ter um agricultor independente da flutuação do preço dos insumos do mercado. Quer dizer, ele recicla toda a matéria orgânica do sistema, maximiza o fluxo da energia dentro do próprio sistema. Cria estabilidade, e isto é o suficiente para ter uma agricultura de alto rendimento e sem dependência do petróleo e da flutuação do preço.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Com a palavra o Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT — Professor Adilson Pasqual já teve oportunidade de ouvi-lo na Comissão, em outro debate na Câmara dos Deputados, e realmente fiquei muito impressionado com a dissertação que foi feita. Até já utilizei palavras de seus trabalhos publicados na "Revista Brasileira de Tecnologia" em alguns pronunciamentos que fiz na Câmara dos Deputados.

Tinha uma pergunta a fazer, mas quero fazer uma introdução sobre isto. Esses produtores de agrotóxicos, de aditivos todos, de adubos químicos e fertilizantes, estão pensando que descobriram o mundo, que o mundo antes não tinha agricultura, que há alguns milhares de anos não havia agricultura e que essa agricultura era incapaz de sustentar a humanidade. Isto vem de uma tese dos países hegemônicos, dos países dominantes, que procuraram injetar isto nos países, na intelectualidade científica dos próprios países subdesenvolvidos, como eles dizem, de que não poderia prosperar a agricultura sem esses elementos que eles vendem aos preços que eles mesmos tabelam. E já estabelecem até sobre. V. S^a já falou neste aqui, a genética de alimentos, a genética que eles produzem, a semente com esses inseticidas todos, que ela possa produzir, quer dizer, produzir para matar o homem. E que depois disso se verifica que todas essas grandes empresas de petróleo hoje estão no setor de agrotóxicos. São produtos químicos, são produtos medicamentosos, produzindo eles próprios tudo. Produzem o agrotóxico, o inseticida que mata o homem, e depois dão remédio não para nos curar, mas o remédio para remediar, o remédio não está aí para curar. E assim eles vão dominando a economia e, com isto, escravizando-nos cada vez mais, impedindo a independência econômica deste País.

Mas eu queria fazer uma pergunta objetiva: Quanto tempo V. S^a acha que é preciso para fazer a reversão de uma agricultura baseada nos agrotóxicos, nos fertilizantes químicos? Quanto tempo levaria para mudar para um outro tipo de agricultura biológica, alternativa? Seria muito demorada e também muito onerosa essa mudança?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Qualquer previsão de mudança seria uma tentativa fadada a um erro, uma perspectiva que nós não podemos imaginar quanto tempo levaria. Mas o que se observa que evidentemente vai mudar o processo de agricultura é que essa agricultura está embasada no uso do petróleo, quer dizer, todos os insumos são direta ou indiretamente dependente do petróleo. E o petróleo, sabemos, está com os seus dias contados. Quando a agricultura era orgânica e o petróleo barato e abundante, o processo da agricultura passou de orgânico para químico, e isto levou, talvez, uma década. E como os resultados eram bastante animadores, a técnica orgânica foi sendo desacreditada e o processo então passou a ser de uma pura agricultura química. Agora vejo isto como um processo histórico de agricultura. Este modelo químico que aí está já demonstrou que não funciona, que ele polui, que ele destrói o ambiente, que ele deixa resíduos nos alimentos, e estes resíduos nos afeta, e que além disso ele encarece sobremaneira os produtos. Consequentemente a solução deve ser a busca de uma alternativa que historicamente irá mudar esse processo de agricultura, queiram ou não queiram as

pessoas. Então, vejo assim que hoje o que acelera no mundo todo a mudança da técnica de agricultura química para uma agricultura natural, uma agricultura orgânica, é a questão econômica, não é tanto mais a questão ecológica que se levantou no Brasil e no mundo nas décadas de 70 e 80, não é apenas a questão social, que nós sabemos que é gravíssima do modelo agricultura industrial, mas agora vemos também acrescida a esses dois fatores o fator econômico. Este fator econômico é que vai levar a uma aceleração da mudança do processo da agricultura. E é claro que, paralelamente a isto, nós devemos nos preparar para essa mudança. É o que há 10 anos eu dizia, e as pessoas não acreditavam que isso fosse possível, porque seria querer rapidamente mudar o processo da agricultura. Mas eu dizia a eles, às pessoas, que se nós começássemos naquela época a pensar num modelo de agricultura, talvez quando ela fosse necessária não teríamos nada feito para esse processo de mudança. E hoje, 10 anos passados, a gente vê que alguma coisa foi feita. Pelo menos as pessoas já estão conscientes de que comem produtos altamente contaminados, que isso está afetando a sua saúde, que os problemas ecológicos são gravíssimos, os sociais mais ainda. Então tudo agora indica que nós teremos a mudança de processo de agricultura. E esta mudança, claro, que pode ser acelerada com o empenho de toda a classe envolvida com a agricultura e com a classe política, cujas decisões nós todos dependemos.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pacheco Chaves.

O Sr. Pacheco Chaves — Em primeiro lugar, quero expressar o meu agradecimento ao Professor Pasqual pela palestra que acabou de proferir. Em todo o caso algumas dúvidas sempre subsistem para mim pelo menos. Acredito em primeiro lugar que a agricultura química, pelo menos no que diz respeito aos adubos, não é totalmente baseada no petróleo. É claro, os fosfatos e os potássios não são baseados no petróleo. Pode ser que alguns nitrogenados o sejam. Isto quer dizer que fatalmente com a crise do petróleo, não ocorrerá a substituição dos adubos minerais por adubos orgânicos. Acredito que os dois podem completar-se.

Outra dúvida que me ocorre e esta vem das palavras que nós acabamos de ouvir na sua resposta ao nobre Deputado Dirceu Carneiro, é que se no Brasil foi possível uma agricultura em que não se utilizava nenhum insumo agrícola, não nos precisamos esquecer que naquele tempo as terras do nosso País eram férteis. Pelo menos no tange ao Estado de São Paulo, eram ricas em matérias orgânicas e as culturas prosperavam com grande vivacidade, com grande força. Hoje, com o esgotamento progressivo da matéria orgânica do solo, a mesma situação não se repete com muita facilidade. Evidentemente, o lavrador foi obrigado a procurar outros recursos. Não quero dizer que não se deva procurar outros recursos. Não quero dizer que não se deva procurar utilizar ao máximo os recursos que a natureza nos oferece. Mas eu lhe pergunto ao mesmo tempo se é possível, e isto me parece que já está respondido previamente pelo ilustre conferencista, no atual sistema brasileiro, econômico brasileiro, substituir completamente uma agricultura pela outra num prazo relativamente rápido, quando se recorre por exemplo, ao álcool como combustível, como substitutivo do petróleo, e, por outro lado, quando o Brasil tira das exportações dos produtos agrícolas boa parte daquilo que ele consegue manter a sua economia. Apesar de nossas estatísticas indicarem um crescimento muito alto do produto industrializado, nos números referentes aos produtos industrializados e exportados grande parte destes produtos industrializados são derivados da agricultura. Então, como conciliar as duas coisas, como conciliar essa evidente necessidade de um maior equilíbrio da propriedade rural, da vida rural para uma agricultura mais inteligente, mais condizente com as necessidades e com as possibilidades do agricultor? Nós sabemos perfeitamente, e vou dizer uma coisa que é óbvia, que esta crise atual brasileira, o preço do dinheiro, o juro, a correção monetária, a retirada dos subsídios, obriga o lavrador hoje em dia a recorrer muito mais aos recursos próprios e aos recursos que encontra na sua fazenda. Não há um agricultor que não esteja procurando substituir o seu tra-

riedade relativamente pequena. Numa propriedade grande, numa usina, isto se torna quase que impossível.

Então, eu queria ouvir a sua opinião sobre a compatibilização desses dois membros diferentes da nossa agricultura, mas que vivem simultaneamente, que nós vivemos simultaneamente. Tenho certeza que nós devemos tomar muitas providências com relação à utilização dos chamados agrotóxicos. Não posso admitir que os abusos que vêm ocorrendo em nosso País continuem a ocorrer sem uma legislação coibidora e sem muito mais do que isto, sem uma educação, sem um trabalho do Governo, um trabalho real de policiamento e de informação que permita ao agricultor brasileiro escapar daquela utilização indevida de produtos que são perigosos. Mas eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito dessa compatibilização dos dois momentos.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Perfeito. Essa é evidentemente uma preocupação que eu também tenho, confesso que tenho, mas ao mesmo tempo o que me preocupa é justamente isso: se nós não pesquisarmos alternativas ao modelo, nós acabaremos dentro daquele paradigma inicial que eu estava dizendo, da questão da fome, da questão da miséria. Agora, numa apresentação curta como esta, evidentemente que muita coisa deixou de ser dita. Eu, por exemplo, talvez deva ter transparecido que sou radicalmente contra os agrotóxicos e aos fertilizantes químicos, mas não é tanto assim. O que estou querendo colocar em evidência é que em uma agricultura racional, nós temos que nos preocupar em primeiro lugar com o solo. E na agricultura industrial, o solo é considerado como mero suporte físico da planta ou então um mero instrumento de fornecimento indireto do adubo para a planta. Numa visão científica, o solo encarado como entidade biológica, que tem vida, e que através deste solo é que nós vamos alimentar a planta. Quer dizer, a planta realmente vai tirar o seu sustento do solo e não do adubo. Isto não se consegue com uma adubação puramente química, porque o adubo químico, acaba esterilizando o solo. Então, os microorganismos desaparecem. As minhocas, na presença do adubo químico, também desaparecem. A estrutura do solo se perde. Então, o mais nobre dos recursos naturais que nós temos, o solo, com esse modelo de agricultura está-se perdendo como V. Ex^a muito bem se referiu. A perda da matéria orgânica nos solos paulistas levou à migração, ao êxodo rural e à expansão da fronteira agrícola, deixando atrás verdadeiros desertos. Pois bem, isto é que preocupa. Então aí vem o raciocínio de uma agricultura realmente científica. Nós só vamos conseguir melhorar a estrutura do solo com a matéria orgânica. Então a matéria orgânica, esta sim, é o principal fertilizante. Os minerais devem ser adicionados como complementos da matéria orgânica, e não como atualmente se pensa, no uso exclusivo do fertilizante químico. Ou então no fertilizante químico, mais o complemento matéria orgânica, só para resolver certos problemas específicos de adubos muito solúveis. Então é assim que encaro a questão do fertilizante. Não quero dizer que não se deva usar o fertilizante, sim, mas não se pode deixar de lado a matéria orgânica, e a matéria orgânica não custa nada para ninguém. Pode-se ter isso perfeitamente numa propriedade pequena, média ou grande, e se produzir, e se enriquecer o solo, criando vida neste solo, portanto, preservando este solo para todas as gerações que virão depois.

Agora, a questão dos agrotóxicos, esta sim, já sou um pouco mais radical. Acho que o agrotóxico, como foi demonstrado, é uma consequência do uso de uma técnica errada, principalmente em áreas tropicais, que é o uso da variedade altamente produtiva, mas, por outro lado, altamente suscetível a pragas e a doenças. E eu poderia demonstrar aqui que em áreas tropicais um fator importante é o fator biológico. São os inimigos naturais que estão agindo ali com as pragas, e controlando-as naturalmente. E o agrotóxico? O inseticida mata principalmente o inimigo natural do que a própria praga. Ele é um agente que gera pragas. Quando se usa agrotóxico, está-se desequilibrando cada vez mais o sistema que já é desequilibrado. Então está-se gerando novas e novas pragas. É aquele ciclo vicioso: quando o agricultor inicia, não consegue mais sair. Nesse ponto eu sou mais radical. Acho que o agrotóxico em áreas tropicais é um desastre total. Ele pode e deve ser substituído por técnicas naturais, e essas técnicas naturais já estão comprovadamente de-

monstradas que são possíveis, que são lógicas e que são necessárias. O manejo integrado é uma delas; o controle biológico, o uso de produtos microbianos à base de bactérias, de fungos, de vírus funcionam maravilhosamente; plantas repelentes e a própria diversificação das culturas só com essas simples técnicas culturais se resolve o problema de pragas. Então, com agrotóxicos eu realmente sou sincero em afirmar que eles são, num modelo estável, totalmente desnecessários e muito prejudiciais.

Agora, como necessários num sistema, digamos, de transição de uma agricultura, de um processo químico para um biológico puro, aí eles são necessários. Mas então aí nós vamos escolher aqueles produtos que são menos prejudiciais, aqueles que não deixam resíduos, que degradam rapidamente e produtos que não são tão venenosos, que não são tão tóxicos para o homem e para os animais domésticos. Isto também existe à disposição das pessoas, do agricultor. Então eu vejo por esse lado.

O Sr. — (Fora do microfone)

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Não, eu não tenho a pretensão de que a agricultura realmente, de um dia para outro, vire totalmente orgânica. Eu acho que isso seria desejar de mais, mas eu vejo que este é o caminho. É um caminho que está aberto e é um caminho que os países mais desenvolvidos estão procurando, estão pesquisando, estão tentando convencer as pessoas da necessidade dessa mudança. Agora, quanto tempo vai levar? Ninguém sabe. Mas o fato é que essa mudança virá.

O SR. PACHECO CHAVES — É a grande distinção entre a agricultura como meio de vida e agricultura como modo de vida, não é? A agricultura como meio de vida é mais complicada como modo de vida. Em todo caso eu queria lhe dizer o seguinte: eu tenho uma pequena plantação de café em Piracicaba, e o senhor conhece Piracicaba tão bem quanto eu, se não melhor, e sabe que não tem nenhuma plantação de café próxima da minha. É a única que existe no Município todo de Piracicaba, não tem outra. Assim mesmo, no meu cafezal, que é pequeno, aparecem todas as doenças; aparece ferrugem, aparece bicho-minicoro, aparece broca, aparecem todas as coisas. Eu estou contando isso mais como uma anedota. O Valter Lazarine, que é um agrônomo amigo meu, do seu conhecimento também, pai do Deputado, e que era muito favorável à adubação mineral em tempos idos, agora ele converteu-se muito à agricultura biológica. Então eu lhe pergunto: "Como é que eu faço com a broca?" Ele disse — "Olha, você planta um pouco de café robusta embaixo que a broca prefere o café robusta. Logo o café robusta! Primeiro eu não vou plantar café robusta nenhum porque é uma porcaria e não adianta nada. Mas o café robusta não é selecionado, é tudo exatamente ao contrário daquilo que estaria enquadrado dentro da sua versão do aumento de praga. E também a minha lavoura no meio de um ambiente completamente diversificado daquele, onde aparece essas doenças todas, é uma coisa que torna a agricultura de fato uma coisa muito difícil de a gente resolver, como vai agir. Evidentemente, diminuindo cada vez mais o uso de tóxicos. Eu os evito. No ano passado eu não usei nada. Usei só adubo, adubo tem que usar, porque senão não se produz café. Estou procurando esterco, como sempre. Enfim, era só esta observação.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Eu acho que o próprio Flávio poderia fazer um depoimento sobre isso, sobre aquela praga em frutas, que depois também ocorreu na laranja, não foi você que me contou isso? — Mas sobre o caso cafeeiro, obviamente é o caso que o próprio Lazarine nunca chegou a acreditar na matéria orgânica, porque ele foi forçado a acreditar que somente a adubação química é que funcionava. Quer dizer, ele realmente era um proponente da adubação orgânica, mas nunca chegou a se satisfazer com a argumentação de que pela matéria orgânica ele não teria pragas. Mas não quer dizer apenas que seja...

O SR. — Queira a Deus que não se precise comprar nenhum...

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Por exemplo, a cultura perene já é um pouco mais complicada do que as culturas anuais. Mas aí, no caso cafeeiro, a solução seria a adubação verde. Quer dizer, a adubação verde age nas entrelinhas como a leguminosa, não volúvel, eviden-

temente, que garantisse um ambiente favorável para os inimigos naturais e também para que houvesse incorporação de matéria orgânica ao solo.

Parece-me que com essa técnica se tem reduzido bastante a população de pragas do cafeeiro. Agora, nunca ninguém fez coisa assim em ampla, em larga escala. E também a questão da ferrugem, hoje, a única solução mesmo são as variedades resistentes, não há outra...

O SR. PACHECO CHAVES — Hoje, curiosamente, diminuiu a incidência. Não sei porque, mas diminuiu muito a incidência, porque dá ferrugem numa época que não faz tanto mal ao cafeeiro quando derruba a folha. Depois desaparece

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Eu acho que esse é um processo normal. Quando se introduz uma espécie exótica, sempre os primeiros anos há uma população muito grande. E depois ela acaba sendo controlada por fatores naturais mesmo. E acredito até que variedades resistentes foram introduzidas no café.

O SR. — Tem uma variedade ...

O SR. — Sim. Melhorada para ...

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Professor Adilson Pasqual, eu repetiria aqui, e V. S.^a posteriormente pode até nos dar alguma indicação escrita, um pouco a solicitação feita pelo Deputado Dirceu Carneiro a de que nos fosse concedida a indicação de literatura em Português ou em Espanhol sobre a agricultura orgânica. Esta é a primeira solicitação.

Segundo, é uma dúvida que me ocorre e que me parece de importância e merecedora de esclarecimento. Sendo um antigo agricultor, embora advogado por profissão, recorro as páginas do grande escritor Bronfield sobre a agricultura, em que ele salientava com muita razão a necessidade de calagem dos solos. Ora, sabendo-se que os solos brasileiros são por maioria ácidos, era o caso de indagar: não seria indispensável a calagem nesses solos onde reconhecidamente o teor de acidez fosse alto?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Não seria dispensável, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Não. Não seria indispensável...

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Ah! Indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — ... mesmo que não se processasse a adubação química?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Por exemplo, não há nada contra o uso de calcário para a agricultura orgânica, quer dizer, tanto como fonte de cálcio e magnésio, como corretora de pH do solo. Todo mundo usa quando tem culturas que são sensíveis a um pH baixo. Então se faz a correção desse solo.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Sem inconveniente?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Sem nenhum inconveniente. Não há nada a se opor a esse uso.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Segunda solicitação que eu faria era de que os expositores, se possível, encaminhassem a esta Comissão, posteriormente, sugestões para uma legislação que concedesse incentivos para a pesquisa da agricultura orgânica no Brasil. Na sua exposição, V. S.^a citou muito bem a grande massa de recursos que os sucessivos planos nacionais de desenvolvimento concederam ao uso de fertilizantes químicos, de defensivos, de herbicidas e etc., e nunca se concedeu nada no Brasil no sentido de estimular quer a pesquisa, quer o uso da agricultura orgânica. Se V. S.^a puder oferecer a esta Comissão sugestões nesse sentido, eu creio que a Comissão ficaria agradecida a V. S.^a por essa valiosa colaboração.

Finalmente vai aqui também uma indagação de um agricultor e pecuarista bissexto. Falou muito V. S.^a no uso da adubação orgânica, que geralmente é feita com esterco animal. Já verifiquei, constatei que em muitos casos o uso do esterco é acompanhado pela disseminação de pragas daninhas, ou com a alimentação do gado, há uma disseminação nas diversas culturas de sementes ingeridas pelo animal. Verifiquei ultimamente que aquele esterco

que sofre o processo de fermentação nos tanques de biogás, esse já sai sem essas sobrecargas de sementes. Haveria qualquer outra indicação ou qualquer outra fórmula de controle?

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — As suas observações estão perfeitamente corretas. O esterco quando usado não curtido ele apresenta esse inconveniente de disseminar as ervas invasoras. E é por isso que na agricultura orgânica hoje não se fala mais no uso do esterco, mas sim no uso do composto, porque nesse composto o processo de fermentação eleva a temperatura da massa a 70° e a 70°, todas as pragas, patógenos e sementes de ervas invasoras são destruídas. Então, quando se usa o composto, não se dissemina mais as plantas invasoras e também não mais os patógenos e possíveis pragas que vêm em restos de culturas. Além disso, o composto tem uma outra vantagem. Quando se prepara o composto, se está usando uma parte de esterco para quatro partes de restos vegetais. Quer dizer, com o preço do esterco hoje — eu acho que de tanto a gente valorizar esse produto assumiu um preço exorbitante, chegando muitos até a cobrarem de 150 a 300 mil cruzeiros por tonelada — quer dizer, chaga a ser mais caro do que o adubo químico, então usando o composto, nós estamos diluindo esse preço em quatro vezes. É uma maneira de aumentar a matéria orgânica e reduzir o custo.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Eu confirmo a informação de V. S.^a, porque realmente no meu Estado, Pernambuco, o adubo de esterco animal, de aves, sobretudo, está custando muito mais caro do que o adubo mineral, o adubo químico.

Não havendo mais nenhuma...

O SR. — Finalmente, eu gostaria de solicitar também do Professor Adilson cópia daquele material que ele tabulou nos seus quadros apresentados, que na gravação não pôde ser apanhado no seu todo. E também consultaria o Presidente se é interessante para esta Comissão requerer do Ministério da Agricultura uma listagem de todos os agrotóxicos registrados naquele Ministério e os que também são proibidos, que devem ter também uma outra listagem ou uma outra... Eu acho que seria interessante esta Comissão ter registrado nos seus anais esses aspectos também. No mais, queria cumprimentar o Professor Adilson, que sempre tem iluminado bastante o caminho dessa luta pela agricultura orgânica.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Concedo a palavra ao Vítor Moraes.

O SR. VÍTOR MORAIS — Sou médio produtor rural. Eu queria reforçar muito mais a palavra do Deputado Pacheco Chaves. Eu o conhecia só de nome, mas sei que é um homem prático, porque conheço a Chácara Nazaré dele lá, e é um homem de bastante atividade, de bastante conhecimento prático. Em agricultura, muitas vezes o técnico, principalmente o pesquisador, se liga muito a pesquisa e pouco ao retorno econômico, que é a principal razão de ser pequeno é médio produtor.

É bem verdade que o professor tem razão em muitos pontos de vista. Mas a gente nota também que a média tecnologia e a tecnologia aplicada — que o Senhor chamou de agricultura industrial — ela parece que chega a melhorar um pouco também o solo, porque a gente vê esses complexos agroindustriais ficarem numa mesma região, numa mesma terra durante mais de 50 anos, e aplicando com intensidade esses produtos químicos. Eu também sou muito a favor do teu ponto de vista, de que os agrotóxicos estão sendo aplicados abusivamente. Agora, a agricultura existente há mais de 20 anos era uma agricultura um pouco itinerante, em que o solo se esgotava e era necessário voltar a um terreno novo, enquanto se deixava aquele solo se recuperar. Eu acho que a ideia correta seria andarmos no meio termo, andarmos com um pouco de agricultura orgânica, mas sem esquecer a agricultura aplicada com adubos químicos com o mínimo possível de agrotóxicos ou defensivos, com uma tecnologia mediana.

Eu estou um pouco apreensivo com o nosso novo Ministério da Agricultura, que parece fará uma revolução muito grande demais, sem um embasamento anterior.

Eu não sei até que ponto nós conseguiremos nesses 5 anos aumentar a nossa produção de produtos de primeira necessidade, e os produtos de exportação, pelo que nós estamos entendendo, deverão baixar bastante, porque provavelmente a produtividade deve cair.

Eu lhe pergunto, finalmente — por enquanto não lhe fiz pergunta nenhuma —, nesses países que o Senhor visitou, que tem agricultura biológica, o índice de produção desses países está mais baseado em agricultura biológica ou na agricultura industrial, como o Senhor chamou, com a utilização de fertilizantes?

Eu acredito que aqui no Brasil também já existe muita coisa de agricultura biológica, mas, economicamente, não sei até que ponto ela é viável. É viável desde que você venda em lojas de produtos naturais, que não tem acesso o homem de classe média e pobre, porque são os produtos mais caros que são vendidos, talvez porque o custo de produção também seja meio caro.

O SR. ADILSON DIAS PASQUAL — Aí há várias coisas que também precisam ser esclarecidas, começando pela última colocação do preço do produto orgânico.

De fato, esses produtos que se compram nas lojas de produtos naturais são mais caros. Mas são mais caros por quê? Porque o custo da produção orgânica é mais ca-

ro, comparado com o convencional, ou será que é por uma questão apenas de oferta e demanda? Se a agricultura orgânica não usa insumos químicos, ela teoricamente não pode ser mais cara do que a convencional. Mas se está sendo mais cara, é obviamente porque a produção é limitada e a demanda muito alta, e de fato isso eu observei também na Europa, que, por exemplo, nas grandes cidades, nos grandes centros, onde as pessoas estão recebendo fluxo de informações mais atualizadas, é onde se encontram esses produtos à venda. Mas se a gente for observar, esses produtos caminham milhas, quilômetros para chegar até um local de consumo. A produção é em áreas não poluídas, de preferência que eles escolhem, de ar não poluído, o solo não poluído, e então está aí uma das razões de serem mais caros.

A segunda razão é a mão-de-obra. Na agricultura orgânica usa-se mais mão-de-obra, e isso encarece o produto final. Mas aqui no Brasil esse produto não pode e não deve custar mais caro. Quando se produz organicamente ao nível da produção industrial hoje da agricultura, esse produto tem que ser necessariamente mais barato. Nós temos mão-de-obra abundante, neste País, o desemprego é alto, e mesmo assim fazemos uma agricultura em base de uma mecanização intensa, como de um modelo onde a mão-de-obra não existe, é cara. Então a questão

do maior preço não é uma questão do modelo, mas sim uma questão de comércio, de oferta e procura.

Agora a outra questão me fugiu um pouco.

O SR. VITOR MORAIS — A que antecedeu a essa foi mais um apoio ao Pacheco Chaves...

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Eu lembraria ao expositor e aos ouvintes o adiantado da hora.

Em nome da Comissão eu quero apresentar ao Mestre Flávio Puga, Chefe da Seção de Toxicologia do Instituto Biológico de São Paulo, e ao Dr. Adilson Dias Pasqual, Professor-Adjunto do Departamento de Zoologia da Universidade de São Paulo, o agradecimento desta Comissão pelo excepcional nível das exposições que fizeram e sobretudo pelo campo de apreciação que ofereceram à Comissão sobre as novas oportunidades e a nova orientação da agricultura orgânica, que vem oferecer subsídios muito valiosos ao trabalho da Comissão de Agrotóxico.

Fica registrado, assim, o agradecimento desta Comissão, que penhorada renova aos expositores a sua gratidão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00